

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IVAN PENTEADO DOURADO

ECONOMIAS SOLIDÁRIAS:
TRÊS NIVEIS DE REPRESENTAÇÃO
E MÚLTIPLOS SENTIDOS

Orientadora: Dra. Lúcia Helena Alves Müller

Porto Alegre

2010

IVAN PENTEADO DOURADO

ECONOMIAS SOLIDÁRIAS:
TRÊS NIVEIS DE REPRESENTAÇÃO E MULTIPLOS SENTIDOS

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Lúcia Helena Alves Müller

Porto Alegre

2010

IVAN PENTEADO DOURADO

ECONOMIAS SOLIDÁRIAS:

TRÊS NIVEIS DE REPRESENTAÇÃO E MÚLTIPLOS SENTIDOS

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 1 de março de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dra. Lúcia Helena Alves Müller
Orientadora

Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Dr. Marcelo Kunrath Silva

Agradecimentos:

À Família pelo apoio e carinho;

Aos amigos-irmãos pela amizade e força;

Aos colegas e integrantes de grupos de estudos sobre o tema;

Aos cooperados das duas cooperativas, que me permitiram vivenciar seu cotidiano;

Ao CNPQ pela bolsa integral, que me permitiu realizar com dedicação esse trabalho;

Em especial, à orientadora Dr^a. Lúcia Müller, pela condução de um trabalho prazeroso, recheado de aprendizagens e descobertas;

A todos esses, o meu muito obrigado.

Resumo:

A economia solidária constitui realidades geradoras de temas e discussões que pautam diversos projetos e ações no contexto brasileiro. Existem diferentes definições e sentidos que caracterizam essas novas práticas de geração de trabalho e renda, comumente chamados de “economia solidária”. O presente estudo objetiva captar nos estudos acadêmicos, e nas realidades cooperativas, como são construídos os sentidos e valores para a noção “economia solidária”. Realizamos o mapeamento das principais obras de autores tidos como referência sobre o tema, a análise de alguns trabalhos acadêmicos na área das Ciências Sociais que realizaram estudos de caso em cooperativas e uma pesquisa etnográfica realizada em duas cooperativas com distintas vinculações com a noção “economia solidária”. Desta forma, buscamos uma abordagem que permitiu a problematização empírica desta noção em três níveis de representação, que nos informa sobre os diferentes sentidos e valores atribuídos à noção de “economia solidária”.

Palavras-chave: Antropologia econômica. sociologia econômica. economia solidária. cooperativa.

Abstract:

The solidarity economy is generating realities of topics and discussions that guide projects and actions implemented in the Brazilian context. There are different definitions and meanings that characterize these new means of generating employment and income, commonly called "solidarity economy ". This study aims to raise academic studies and the realities cooperatives, as are constructed meanings and values for the term "solidarity economy ". We mapped the main works of authors taken as a reference on the subject, analysis of some academic work in the area of Social Sciences who conducted case studies of cooperatives and an ethnographic study in two cooperatives with different bindings with the notion of "solidarity economy " . Thus, we sought an approach that allowed the questioning of this notion empirically in three levels of representation, which tells us about the different meanings and values assigned to the term "solidarity economy ".

Key-works: Economic anthropology. Economic Sociology. solidarity economy. cooperative.

Lista de esquemas:

Esquema 1: Economia Solidária: Contexto Europeu.....43
Esquema 2: Economia Solidária: Contexto Brasileiro.....44

Lista de Siglas:

ADS: Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

AVESOL: Associação do Voluntariado e da Solidariedade

BANRISUL: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica

COLACOT: Confederação Latinoamericana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FETRABALHO: Federação das Cooperativas de Trabalho (RS)

M.A.U.S.S.: Mouvement Anti Utilitariste dans les Sciences Sociales

OCERGS: Organização das Cooperativas do Estado do RS

ONGs: Organizações não Governamentais

PT: Partidos dos Trabalhadores

SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES: Serviço Nacional de Informações em Economia Solidária

UNISINOS: Universidade do Vale dos Sinos

Sumário:

Introdução	12
Proposta de organização da dissertação	15
Capítulo 1 - Economia solidária enquanto representação	17
1.2 Os valores em oposição.....	18
1.3 Práticas cooperativas e a dimensão de classe	20
1.4 A identidade valor - identidade de classe.....	22
1.5 Orientações Metodológicas.....	24
1.6 Campo de pesquisa:	29
Capítulo 2 – <i>O que dizem sobre economia solidária:</i>	32
2.1 Os “especialistas engajados”	32
2.2 Nascimento da economia solidária: um “mito de origem” comum	33
1.6.1 Paul Singer – Proposta revolucionária de economia solidária	36
1.6.2 Luis Gaiger – Um processo em construção	40
1.6.3 Jean Laville (e França Filho) – Proposta plural de economia	42
2.3 Opondo as propostas conceituais: revelando as matrizes ideológicas ...	49
2.3.1 Gaiger e Singer.....	50
2.3.2 Singer e Laville (e França Filho)	52
2.3.3 Laville (e França Filho) e Gaiger.....	53
2.4 Homo-Solidarius – Três concepções ideológicas	54
2.4.1 As categorias de Singer.....	54
2.4.2 As categorias de Gaiger	55
2.4.3 As categorias de Laville (e França Filho)	56
2.5 Elementos moral e político na economia	57
2.6 Elemento ideológico comum – “indivíduo solidário”	60
Capítulo 3 – <i>O que dizem sobre economia solidária: “acadêmicos”</i>	62
3.1 Mondadore e os indicadores da autogestão	63
3.2 Barreto e Paula – Os indivíduos e seus valores	68

3.3	Gonçalves e os laços sociais	72
3.4	Economia solidária como indicador	74
Capítulo 4 – <i>Como fazem economia solidária – “práticas cooperativas”</i>		77
4.1	O “prédio das cooperativas” e seus inquilinos	77
4.2	A ocupação do prédio	80
4.3	Ingressando no campo de pesquisa	81
4.4	COOPUNIS.....	86
4.4.1	Histórico da Cooperativa.....	86
4.4.2	Dos Membros.....	89
4.4.3	Divisão dos ganhos.....	91
4.4.4	Os clientes	91
4.4.5	Os Parceiros	92
4.4.6	Os cooperados.....	93
4.4.6.1	Paulo, o presidente	93
4.4.6.2	Euder	95
4.4.7	Sentir-se em casa na Coopunis.....	96
4.5	Confluências e dissidências da Coopunis - Relação entre vizinhos	97
4.6	COOPERCOSTURA:.....	99
4.6.1	Origem da Coopercostura:.....	99
4.6.2	Ser aceito no campo de pesquisa.....	101
4.6.3	Dos membros.....	102
4.6.4	Divisão dos Ganhos.....	103
4.6.5	Os clientes	103
4.6.6	Processos Decisórios	105
4.6.7	Agentes Apoiadores.....	105
4.6.8	Os cooperados.....	106
4.6.8.1	Rose, a coordenadora	106
4.6.8.2	Plínio.....	106

4.6.8.3 Laís	107
4.6.8.4 Helena	108
4.6.9 Gênero	109
4.6.10 Confluências e dissidências da Coopercostura - relação com vizinhos	110
4.7 Analisando as “Práticas Cooperativas”	112
4.7.1 Indivíduo ou Pessoa – De onde falam os cooperados.....	112
4.8 As identidades “solidárias”:	121
4.8.1 Identidades solidárias da Coopunis	121
4.8.2 Coopercostura: Identidade da negação	127
4.9 Considerações finais.....	133
Referências bibliográficas:.....	138

Introdução

O tema deste trabalho são as representações em torno da noção de “economia solidária”. Procuo analisar os sentidos e valores conferidos à economia solidária expressos sob três formas distintas: as construções conceituais, os estudos de caso acadêmicos, tais como teses, dissertações e artigos e, por fim, as práticas de trabalho em cooperativas.

O interesse de pesquisa surgiu inicialmente pelo tema do cooperativismo. Ao ingressar em uma cooperativa habitacional, passei a conviver com os demais moradores e percebi que cada um possuía um entendimento diferente sobre o que é e como é fazer parte de uma cooperativa. Esses entendimentos eram, em certa medida, diferentes das propostas presentes em livros e estudos acadêmicos sobre o tema. Ao mesmo tempo, todos eles falavam de cooperativismo e se reconheciam ou eram reconhecidos como inseridos no cooperativismo.

Meu interesse orientou-se para o tema da economia solidária quando cursei, ainda na graduação, a disciplina oferecida na faculdade de Economia da UFRGS, chamada Economia Solidária. O programa dessa disciplina incluía a discussão sobre o cooperativismo, inserida em uma concepção mais ampla sobre a construção de uma economia nos moldes solidários. As principais questões abordadas diziam respeito à: eficiência produtiva, viabilidade econômica das práticas de economia solidária e em que medida elas poderiam ser consideradas uma alternativa ao modelo capitalista.

Após contato com alguns trabalhos sobre o referido tema, constatei a existência de diferentes entendimentos sobre a noção de economia solidária, do que é, do que deve ser e do que têm sido as experiências dessas práticas no Brasil.

Grande parte dos estudos produzidos sobre o tema no campo das Ciências Sociais é resultado de estudos sociológicos. Ao longo das leituras desses trabalhos, diferentes dúvidas surgiram, mas uma em especial permaneceu sem resposta: como os sujeitos inseridos na prática dita solidária dão sentido a ela? Essa inquietação me

conduziu a buscar respostas através de uma abordagem antropológica sobre esse tema.

Busco, inicialmente, compreender como é apresentada a economia solidária enquanto conceito teórico. Para isso, mapearei as definições propostas por diferentes autores para essa noção, identificando os elementos em debate que dão sentido ao que se entende por economia solidária.

Segundo os autores que tratam o tema, tais como Paul Singer (2002) Luiz Inácio Gaiger (2004) e Laville e França Filho (2004), o reconhecimento da existência da economia solidária como fenômeno social é recente no Brasil. Os empreendimentos alternativos ganharam força somente a partir dos anos de 1990¹, em consequência do agravamento do desemprego, resultante da abertura do mercado interno às exportações. Já o conceito de economia solidária surge no Brasil apenas em 1996, sendo utilizado pela primeira vez por Paul Singer², no intuito de identificar os empreendimentos autogeridos, democráticos e solidários existentes, e classificá-los por um único nome (Singer, 2002).

Não existe consenso sobre o significado da expressão “economia solidária”. Diversos autores engajados na difusão dessa proposta travam debates teóricos em torno das diferentes interpretações. Porém, Paul Singer (2002), Laville e França Filho (2004) e Luiz Inácio Gaiger (2004) apresentam como traço comum, a tentativa de resgatar os princípios cooperativistas formulados no início da Revolução industrial pelos chamados Socialistas Utópicos (Robert Owen, Fourier e Saint-Simon). Essa proposta inicial buscou a criação de cooperativas, geridas pelos próprios trabalhadores, como forma de luta contra as precárias condições de trabalho e o desemprego em massa existente na época. Essas ações deram origem, no início do século XIX, ao movimento Internacional do Cooperativismo³.

¹ Antes do surgimento do conceito da Economia Solidária em 1996, esses empreendimentos eram considerados pertencentes à economia informal.

² Singer foi responsável pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, durante o Governo Lula, retomaremos esta discussão ao longo do trabalho.

³ Movimento Internacional do Cooperativismo compreende os seguidores dos princípios de Robert Owen, as chamadas sociedades cooperativas ou também “aldeias cooperativas”. Também baseados nas concepções de Fourier e Saint-Simon. (SINGER, 2002).

Segundo os dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária⁴, no Brasil existem 21.857 empreendimentos de economia solidária que foram mapeados em 14 estados do Brasil. Esses empreendimentos totalizam 1, 751 milhão de pessoas associadas.

Um ponto importante na realidade brasileira é a existência de diferentes formas de coordenação política dessas organizações, capazes de constituir, ao longo dos últimos anos, diferentes formas de organização mais institucionalizadas. No ano de 2002 foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), e em seu primeiro encontro, no mesmo ano de sua criação, foi decidida a criação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Segundo afirma França Filho (2006), é possível pensar a economia solidária como um movimento social, pois é no interior dos fóruns que se busca legitimar o campo da economia solidária, influenciando os planos de construção de políticas, vinculadas às necessidades de incentivo público dessas iniciativas (França Filho, 2006).

Esse processo de legitimação frente ao Estado resultou na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), durante o primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Esta secretaria está subordinada ao Ministério do Trabalho e emprego. Existe também um Conselho Nacional de Economia Solidária, além de uma conferência Nacional de Economia Solidária que ocorre anualmente desde 2006.

Além dos trabalhos com caráter mais engajado, diversos trabalhos sobre o tema da economia solidária já foram produzidos no campo acadêmico das Ciências Sociais no Brasil. Em sua maioria, eles objetivaram estudar essa temática enquanto objeto empírico. Buscarei analisar esses tipos de trabalhos com objetivo de identificar os elementos existentes no debate sobre o tema no campo acadêmico.

A leitura dos diferentes autores que buscam refletir sobre os conceitos de economia solidária, juntamente com as produções do campo acadêmico das Ciências Sociais nos ajudará a construir o contorno deste objeto de pesquisa em sua

⁴ Dados construídos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, através de mapeamentos nacionais que estão à disposição em um banco de dados chamado Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) Data: 19/06/2009 (Disponível em: www.sies.mte.gov.br).

dimensão conceitual. Nessas duas frentes de pesquisa, utilizo uma abordagem etnográfica, utilizando como técnica de pesquisa a análise documental das obras, livros e artigos sobre economia solidária, tratados como informantes que se expressam na forma escrita.

Em outra frente de investigação, objetivamos revelar os sentidos conferidos pelos atores inseridos em experiências concretas de trabalho, que são identificados ou se identificam com “economia solidária”. Propõe-se, assim, um estudo etnográfico realizado em duas cooperativas⁵ que habitam um mesmo prédio no centro de Porto Alegre, a COOPERCOSTURA - Cooperativa de Trabalho em Costura e a COOPUNIS - Cooperativa dos Universitários Solidários.

No trabalho de campo, buscarei identificar os elementos sociais, culturais e ideológicos presentes na prática e, desta forma, compreender como os atores das cooperativas conferem sentido às suas ações. No interior das cooperativas, foi realizada uma etnografia, com a utilização de entrevistas semi-estruturadas, histórias de vidas e observação participante.

Proposta de organização da dissertação

Além da introdução, este texto se divide em cinco capítulos, seguindo a seguinte proposta de organização:

Capítulo 1 – *Economia solidária enquanto representação* - Apresentação do referencial teórico e metodológico proposto para produção do presente estudo, juntamente de alguns dados da pesquisa de campo, referentes ao histórico e a apresentação das cooperativas estudadas.

Capítulo 2 – *O que dizem sobre economia solidária – “especialistas engajados”* – Análise da produção de três autores, tendo como objetivo revelar os elementos ideológicos e valorativos comuns e divergentes em suas propostas conceituais.

⁵ Tanto a COOPERCOSTURA quanto a COOPERUNIS são nomes criados para resguardar a privacidade dos grupos estudados.

Capítulo 3 – *O que dizem sobre economia solidária – “acadêmicos”* – Apresentação de trabalhos acadêmicos recentes da área das Ciências Sociais, que partem das propostas conceituais dos “especialistas engajados”, buscando verificar em qual medida elas podem ser identificadas nas práticas de trabalho.

Capítulo 4 – *Como fazem economia solidária – “práticas cooperativas”* – Análise das práticas de trabalho e dos sentidos conferidos pelos cooperados em relação à noção de “economia solidária”, identificando os lugares que esta noção ocupa no cotidiano dos trabalhadores.

Capítulo 5 – *Conclusão* – Retomada dos elementos discutidos ao longo dos capítulos, identificando os atores, as diferentes representações e as construções ideológicas relacionadas ao conceito de “economia solidária”.

Capítulo 1 - Economia solidária enquanto representação

Existem diferentes concepções sobre o que é economia solidária. Singer (2000) concebe economia solidária como um novo modo de produção e distribuição; França Filho (2004) propõe entendê-la como movimento social; já Lechat (2004) define “economia solidária” como um espaço de lutas por significados travados no interior do campo ou ainda, “novas práticas culturais de cunho solidário” (LECHAT, 2001). Segundo afirma Cruz: “*Economia solidária* é uma expressão conceitual ‘em disputa’. Aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido (...)” (CRUZ, 2006 p. 37).

Nossa proposta de entendimento procura captar a economia solidária em termos simbólicos. Buscaremos pensar “economia solidária” como um conjunto de valores pensados em diferentes níveis de representação. Surgem assim, duas importantes questões: como é possível pensar uma prática que se diz econômica como representação? E como é possível sustentar a ideia de pensar a economia como um conjunto de valores?

Um autor que nos ajuda a responder essas questões é *Louis Dumont*. A proposta de estudo de Dumont (2000) focada na construção da ideologia moderna é a continuação de um projeto maior iniciado em seu livro anterior com o título *Homo hierárchicus* (1970). Nesta obra ele estuda as sociedades: tradicional (Índia) e a moderna (sociedades ocidentais) de forma comparativa, o que lhe permite apresentar os valores englobantes, tal como o holismo e o individualismo.

Um autor que inspirou Dumont foi *Karl Polanyi* (2000), em sua obra *A Grande Transformação*. Polanyi foi o primeiro a focar seus estudos econômicos em uma dimensão cultural e institucional. Segundo ele, a sociedade capitalista representa, na realidade, uma configuração institucional. Nela, o mercado estaria descolado do tecido social, com capacidade de determinar outras esferas da vida social.

Em seu outro livro, *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*, ele centra seus estudos nos “fenômenos econômicos”, considerando-os como um sistema de representações. Segundo ele:

(...) Se o objeto, a “economia”, é uma construção e se a disciplina particular que o constrói não pode nos dizer como a faz, se não pode nos dar a *essência* do econômico, os *pressupostos* de base sobre os quais é construído, então, será necessário procurá-lo na *relação entre o pensamento econômico e a ideologia global*, ou seja, no lugar do econômico na configuração ideológica geral (DUMONT, 2000 p. 38).

A trajetória de construção dessa ideologia econômica é tomada por Dumont como objeto de análise. Ele percorre a trajetória da construção intelectual da economia, através da análise de textos clássicos da economia política, tais como Quesnay; Locke; Mandeville; Adam Smith e Karl Marx, selecionados a partir da leitura da *História da Análise Econômica* de Schumpeter (1854). Busca assim, apresentar a gênese da categoria econômica no pensamento ocidental moderno. Esta gênese o autor identifica no processo de autonomia que a categoria "economia" adquiriu frente à política e à moralidade.

Dumont toma a ideologia como uma unidade de representação, um conjunto de ideias ou valores comuns em uma sociedade. Isso lhe permite isolar os “fenômenos econômicos” extraíndo-os do tecido em que se encontram inseridos. Assim, “dada à primazia do ponto de vista econômico no mundo moderno, é natural supor que este ponto de vista deva estar profundamente enraizado na constituição mental do homem moderno” (DUMONT, 2000 p. 38).

1.2 Os valores em oposição

Segundo afirma Lechat (2004) a economia solidária tomada como expressão, pode ser definida como um conjunto de projetos e práticas heterogêneas. Porém, essa expressão não define seu caráter econômico e não ofereceria, segundo ela, uma explicação em si. Ela recorre então a (VAINER, 2000: 10), que constata que a “economia solidária é um oxímoro, tentativa de reunir palavras contraditórias que se repelem e se opõem – economia e solidariedade” (LECHAT, 2004 p.26).

Ainda sobre a oposição presente nos termos, Lechat (2004) apresenta a passagem na qual Luiz Razeto (1993) comenta a sua impressão referente ao termo:

(...) Pude observar la sorpresa que provocaba asociar en una sola expresión los dos términos. Las palabras “economía” y “solidariedad”, siendo habituales tanto en el lenguaje común como en el pensamiento culto, formaban parte de “discursos” separados. “Economía”, inserta en un lenguaje fáctico y en un discurso científico; “solidariedad”, en un lenguaje valórico y un discurso ético. Rara vez aparecían los dos términos en un mismo texto, menos aún en un solo juicio o razonamiento. Resultaba, pues, extraño verlos unidos en un mismo concepto (RAZETO, 1993 p. 11).

Se pensamos que por trás da formulação conceitual que pretende os idealizadores da “economia solidária”, a expressão “solidária” carrega uma tentativa de inserir um valor moral nessa definição. Seguindo esse raciocínio, é possível discutir essa noção em termos valorativos. Isso nos permitiria apontar que a origem do próprio conceito “economia solidária” reflete uma tentativa de diferenciação em relação ao conceito econômico tradicional. Para esclarecer nosso raciocínio, cabe retomarmos algumas ideias propostas por Louis Dumont, apresentando a construção da categoria “economia”, tomada por ele como objeto de reflexão.

Segundo afirma Dumont (2000) a construção social da categoria econômica se deu em um processo de oposição às esferas política e moral aos quais estava subordinada a sociedade feudal. Desse processo, resultou a crença de que a esfera econômica existiria, enquanto instituição, descolada do tecido social, ou seja, a economia como uma esfera independente, possuidora de características próprias. Segundo Dumont essa construção seria precária, tendo em vista que:

(...) A economia repousa sobre um julgamento de valor, uma hierarquia implícita; a categoria supõe a exclusão ou a subordinação de qualquer coisa. Em outros termos, aprendemos que tipo de “desvio” realizamos quando cremos simplesmente “estudar economia” (DUMONT, 2000 p. 40).

Segundo Dumont (2000) não existe social sem valor, e que a própria construção da economia descolada da moralidade constitui uma crença, ao passo que toda a instituição social é baseada em valores. Tendo como base as afirmações de Dumont (2000), é possível pensar que a noção “economia solidária” configuraria uma tentativa de aproximar novamente elementos valorativos ao conceito

“economia” como forma de oposição à economia de mercado. Essas oposições nos permitem pensar essas construções como ideologia, nos termos de Dumont.

Buscaremos identificar como são construídos ideologicamente alguns dos diferentes conceitos de economia solidária. A nossa primeira frente de pesquisa consistirá na reunião dos autores mais relevantes do campo da economia solidária no Brasil. Para tanto, Dumont nos ajudará a analisar as diferentes propostas conceituais, identificando os elementos valorativos presentes nas concepções dos autores e nas diversas formas com que eles constroem as oposições entre economia de mercado e economia solidária.

1.3 Práticas cooperativas e a dimensão de classe no Brasil

Baseado nas ideias de *Louis Dumont (1970)*, Roberto DaMatta (1985) produziu algumas reflexões sobre o Brasil e os brasileiros. Através da análise da noção de democracia, em seu livro intitulado *A casa e a rua*, DaMatta (1985) demonstra a especificidade da configuração ideológica brasileira.

O que o caso brasileiro inegavelmente revela, é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador (DAMATTA, 1985 p. 82).

Segundo DaMatta, na sociedade brasileira as categorias *indivíduo* e *pessoa* nos ajudam a identificar de onde partem os discursos e como são construídas as lógicas discursivas sociais permeadas por questões valorativas.

Sua unidade básica não está baseada em indivíduos ou cidadãos, mas em relações e pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos (...) aqui no Brasil, o indivíduo isolado e sem relações (...) é considerado como altamente negativo, revelando apenas a solidão de alguém que, sem ter vínculos, é um ser humano marginal em relação aos outros membros da comunidade (DAMATTA, 1985 p. 84).

Segundo DaMatta (1985), os conceitos *casa* e *rua*, *indivíduo* e *persona*, são categorias sociológicas, entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas; são domínios culturais institucionalizados. A divisão dos espaços de significação social – casa e rua – serve para separar os contextos e como eles configuram as atitudes. Segundo ele, cada contexto possui visões de mundo e éticas particulares.

Não se trata de cenários ou de máscaras que um sujeito usa ou desusa – como nos livros de Goffman – de acordo com suas estratégias diante da “realidade”, mas de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias (DAMATTA, 1985 p. 53).

A “rua”, segundo o autor, nos remete a possibilidade de ascender a uma dimensão onde habitam relações autoritárias, desiguais, capazes de romper com as redes de relações sociais, tal como afirma Polanyi (2000): o mercado autoregulado teria o poder de destruir as relações sociais. Portanto, a lógica da “rua” é o espaço legítimo das práticas capitalistas, do mercado, onde os indivíduos se relacionam pelo anonimato. Lógica discursiva característica dos dominantes, permeado por elementos legais e jurídicos. Nesses espaços, os indivíduos seriam vistos como “subcidadãos”.

Já a “casa”, segundo DaMatta, é a dimensão onde configuraria o espaço de honestidade, de bondade, de uma generosidade e compromisso com o povo. Não existiria espaço para o individualismo, mas sim pessoas com fortes laços sociais de familiaridade, de “sangue” e de amizade. Essa seria a lógica discursiva, presente no discurso dos subordinados, dos mais pobres. Nesse espaço existiriam os “supercidadãos”.

Segundo DaMatta (1985), mais importante do que os elementos em oposição é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos. Desta forma, DaMatta percebe o Brasil como uma sociedade relacional.

É importante destacar que as noções de casa e rua nos ajudam a entender as relações existentes entre os discursos de diferentes grupos sociais. Segundo o

autor, um desses códigos pode ter hegemonia sobre o outro, de acordo com o segmento ou categoria social a que a pessoa pertença.

No caso do Brasil, o código da “casa” constitui o discurso das camadas dominadas, inferiorizadas ou “populares”, enquanto entidades morais são entendidas enquanto pessoas. A lógica da “rua” constituiria o discurso das classes dominantes, enquanto indivíduos possuidores de uma fala totalizadora. Esses dois conceitos constroem um par estrutural, que constitui e é constituído na própria dinâmica de sua relação.

No presente trabalho, pensaremos os espaços de trabalho através das categorias sociológicas da “casa” e da “rua”. Com isso, mais do que diferenciar espaços físicos, buscaremos pensá-los como “entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados” (DAMATTA, 1985 p. 17).

Partimos da ideia de que no campo das práticas, os valores estarão colocados em diferentes lugares, constituindo oposições e hierarquias. Os conceitos de casa e rua, indivíduo e pessoa, nos ajudarão a construir parâmetros para identificar e comparar os valores existentes nas experiências concretas e os valores presentes nas elaborações teóricas sobre economia solidária.

As categorias, “indivíduo” e “pessoa”, nos revelam de onde partem os discursos e quais são as suas lógicas. Esses conceitos nos remetem, portanto, a uma dimensão de classe. Essa dimensão é muito importante para pensar a dimensão da prática da economia solidária na realidade brasileira, permeada pelo fenômeno da exclusão e da desigualdade social.

1.4 A identidade valor - identidade de classe

A dimensão de classe pode ser percebida na prática solidária através dos processos de construção de identidade. No presente estudo, a concepção de identidade das classes trabalhadoras nos será útil na identificação de alguns elementos ideológicos que estão em jogo na prática solidária.

Luis Fernando Duarte (1986) em seu trabalho *Da Vida Nervosa das Classes Trabalhadoras Urbanas* propôs um estudo dos trabalhadores urbanos, calcado nas representações sobre o “nervoso, nervosa e nervos”, que figuram enquanto conceitos “nativos”. Esses dados empíricos possibilitaram pensar a identidade e os valores de classe do trabalhador urbano no contexto brasileiro.

Duarte (1986) apresenta uma discussão sobre o sentido das categorias de “classificação” e de “valor” na história do conceito de “identidade social”. Segundo ele, existiria uma busca predominante pela “classificação”, em detrimento do “valor”, o que expressaria uma “fábula classificatória” unidimensional (Duarte, 1986). A “identidade contrastiva”, conforme afirma o autor, poderia apresentar uma dimensão de antagonismos entre grupos (luta de classes em Marx e o “distintivo” de Bourdieu). Esse conceito seria importante, pois possibilitaria identificar a existência de identidades políticas presentes nas práticas cotidianas.

Já o conceito “identidade-valor” segundo Duarte (1986), necessita ascender a um nível mais abstrato, mantendo o estatuto básico de classificação, e incorporar a percepção do “valor” (inspirado em Dumont), como elemento imprescindível para propor uma classificação pluridimensional.

Desta forma, esse conceito nos remeteria à dimensão da identidade enquanto valor social, que permitiria pensar o trabalho enquanto valor moral. Sendo assim, este conceito não exige oposição, mas uma identificação, enquanto valor moral.

Essa busca de identificar os elementos que compõem a identidade social dos trabalhadores dos empreendimentos solidários exigirá uma extrema vigilância. Conforme afirma:

(...) Para os nossos olhos individualizantes é uma categoria muito vinculada a “identidade pessoal” – só a partir da qual parece poder se conceber e retrair. (...) A proeminência assim pressuposta do investimento simbólico, cultura, que faz do “real” real implica uma concepção de “identidade social” como fenômeno de classificação e valoração, substantivado ou reificado em formatos “sociológicos” ou “institucionais” (DUARTE, 1986 p. 11-12).

Utilizaremos essa concepção de identidade valorativa, para dar conta dos elementos existentes na prática, principalmente em sua dimensão de classe,

presente nas categorias de DaMatta, mas que podem ser mais claramente identificados empiricamente pela noção de identidade que, segundo Duarte:

(...) permite-nos ascender a um nível analítico privilegiado para a compreensão não só das coisas fundamentais dessa cultura (porque se refere necessariamente à sua concepção de pessoa), como do modo pelo qual se retrata e articula a referida relação com os mecanismos sociológicos e culturais dominantes nas sociedades permeadas pelo “individualismo” de que fazem parte (DUARTE, 1986 p. 13).

Assim, os autores apresentados objetivam problematizar os princípios constituintes dessa prática social chamada “economia solidária”, percebendo como os elementos valorativos são arranjados na construção teórica e prática e quais valores surgem no cotidiano do trabalho cooperativo que constituem a contribuição antropológica a que este trabalho se propõe.

1.5 Orientações Metodológicas

Passamos agora para a apresentação de nossa estratégia metodológica. Nossa proposta consiste em pensar “economia solidária” enquanto representação. No texto *Discurso e Representação, ou de como Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas* (1986), José Magnani utiliza o trabalho de Malinowski (1974)⁶, para refletir sobre o uso do conceito de *representação*. O autor apresenta como é manejado esse conceito apresentando a construção feita por Malinowski, ao separar as diferentes fontes de informação em níveis de representação, e afirma:

Para reconstruir a crença dos Kiriwineses nos espíritos dos mortos, Malinowski deverá contar com o que eles dizem e com o que eles fazem. No primeiro caso são as opiniões que ele vai chamar de “populares” ou gerais; depois, as opiniões dos especialistas e, finalmente, as especulações e comentários de informantes “mais capazes e inteligentes”. No segundo, a observação de determinados

⁶ B. Malinowski, “Baloma: los espíritus de los muertos em las islãs Trobrian, In Magia, Ciência Religião. Barcelona, Ariel, 1974.

costumes e ritos públicos, a conduta dos nativos durante as cerimônias e os comportamentos motivados pelas crenças. Como se verá, o peso de cada uma das fontes de informação, para efeitos da reconstituição das crenças, será diferente (MAGNANI, 1986 p. 130).

Essa divisão entre crenças e práticas resultou em um quadro de orientações metodológicas que permitiu classificar os grupos de crenças conforme as suas afinidades e distinções. Segundo Magnani (1986), o estudo de Malinowski ilustra o que ele entende por representação, ou seja, um processo de reconstituição e rastreamento de fragmentos que serão posteriormente hierarquizados levando em conta a fonte de informação, o que possibilita a distinção e o peso de cada um. Esse processo, segundo ele, torna possível pensar uma totalidade constituída de um núcleo essencial, chamada por Malinowski de “eixo de crenças”.

Para o presente estudo, pretendemos utilizar a concepção de representação proposta por Magnani (1986) a partir de Malinowski, para mapear como é pensada a economia solidária. Segundo o autor, representação é uma imagem mental dos atores. Ela não está dada, não existe sozinha e não é única, mas múltipla.

Desta forma, não podemos afirmar que existe a “economia solidária”. O que existe são imagens diversas sobre o tema, e essas variações advêm de diferentes “ingredientes mentais” acionado por cada um dos atores: o fato dos sujeitos possuírem distintas experiências que conformam as diferenças nas formas de pensar. Cada ator social está imerso em distintas formas e em diversos níveis de inserção social, tais como: família, bairro, profissão, partido, classe social, religião etc (Magnani, 1986). Enfim, partimos da ideia de que são as condições sociais de inserção dos agentes que conformam sua representação de economia solidária.

Buscaremos conduzir o presente trabalho mapeando os diferentes fragmentos de representação, para posteriormente hierarquizá-los e distingui-los, buscando assim identificar como é pensada “economia solidária” e quais serão os elementos que irão compor, parafraseando Malinowski (1974), o nosso “eixo de crenças”.

A definição de economia solidária não é consensual, nem mesmo entre os seus teóricos. Por isso, propomos construir inicialmente um mapa dos significados atribuídos a essa noção.

A primeira frente de pesquisa foi composta pela análise de alguns autores selecionados entre os principais responsáveis pela difusão do conceito de economia solidária no Brasil, que agrupei na categoria “*especialistas engajados*”. Essa categoria recebe inspiração de Malinowski, quando o autor define uma de suas fontes de informação como: sendo dos *especialistas* (Malinowski, 1974). Objetivamos reunir nessa categoria as contribuições conceituais de Paul Singer, Luiz Gaiger e Jean Laville (e França Filho). A escolha desses três autores deve-se à importância que possuem no campo de discussão da economia solidária e por seus trabalhos serem abundantemente citados por estudiosos da área.

Cada autor possui sua trajetória acadêmica, profissional e de engajamento em relação à economia solidária e a difusão de suas propostas. Assim, é de suma importância destacar essas trajetórias, pois serão elas que nos permitirão compreender quem eles são, de onde eles falam e qual a importância dos mesmos nas discussões sobre o tema.

Paul Singer é tido como referência em grande parte dos estudos sobre economia solidária, produzidos no Brasil. Ele nasceu em Viena (Áustria) e radicou-se no Brasil em 1940. Ainda na adolescência buscou uma construção socialista nos Kibutz de Israel. Titulado em Economia, tornou-se professor titular da Universidade de São Paulo (USP), foi membro fundador do CEBRAP (1969-88), chefe do departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e produziu importantes obras acadêmicas Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), atuou nas Secretarias em governos do Partido, como Secretário Municipal de Planejamento no governo do Estado de São Paulo (1989-92) e durante o governo Lula (2003-2010), foi o secretário nacional de economia solidária⁷.

Luiz Inácio Gaiger é doutor em Sociologia pela Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) e atua como professor do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Rio Grande do Sul. Desde 2000, atua também como diretor de pesquisa, juntamente com à Pró-Reitoria de Pesquisa da Unisinos. Trabalhou como consultor em todos os

⁷ Para obter um histórico mais detalhado da trajetória de vida de Paul Singer, ver Lechat, 2004 p. 166-183.

Mapeamentos de Economia Solidária⁸, realizados nos anos de 1996, 1998, 2000, 2001, 2003 e 2009 promovidos pelo Governo Federal. Gaiger utiliza esses dados como fonte de informações sobre economia solidária em grande parte de suas obras⁹.

Jean-Louis Laville é doutor em sociologia pela universidade de Paris, diretor de pesquisas do CNRS (Conseil National de la Recherche Scientifique) e do LSCI (Laboratoire de Sociologie Du Changement Institutionnel) ligado a essa universidade. Coordena o CRIDA (Centre de Recherche e d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie), e atualmente é professor do Institut de Sciences Politiques e do Conservatoire National d'Arts et Métiers (CNAM). Dedicou-se há muitos anos ao tema da economia solidária na França e na Europa, tendo publicado vários livros e artigos, sendo um dos pioneiros na produção sobre o assunto. Suas principais contribuições sobre o tema serão discutidas a partir de algumas de suas obras que receberam maior atenção no Brasil, porque se propunham a discutir o contexto brasileiro. Em algumas obras, ele escreve em parceria com o sociólogo baiano Genauto de França Filho. França Filho é Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris. É atualmente professor da UFBA, é também coordenador do Bansol – Associação de Fomento à Economia Solidária e do Ecosol – Estudos e Ações em Economia Solidária. Em nosso estudo, abordaremos a produção conjunta dos dois autores, pois propõem uma construção conceitual comum.

Cada um desses autores apresenta uma proposta conceitual referente à noção de “economia solidária”. Inicialmente identificaremos como são construídas essas diferentes propostas, identificando dimensões valorativas e destacando os aspectos divergentes entre elas. Essa leitura servirá posteriormente como fonte de inspiração para estudar a realidade cooperativa.

Em nossa segunda frente de pesquisa, reuniremos a produção focada no tema economia solidária, advinda do campo das Ciências Sociais que buscou avaliar as práticas solidárias. A escolha dos trabalhos privilegia os autores que partem dos conceitos desenvolvidos pelos “especialistas engajados”, e que, em suas pesquisas,

⁹ Para obter um histórico mais detalhado da trajetória de vida de Luiz Gaiger, ver Lechat, 2004 p.195-199.

objetivam a avaliação das experiências práticas. Essa produção foi agrupada na categoria que chamei de “*acadêmicos*”. Esses estudos permitem uma aproximação entre as propostas conceituais e as práticas de trabalho.

Tanto a categoria “*acadêmicos*”, quanto à categoria “*especialistas engajados*” objetivam diferenciar os autores que são responsáveis pela construção de propostas conceituais, dos demais pesquisadores que, baseados nesses conceitos, propõem seus estudos empíricos. Reconhecemos que essas categorias não são, portanto, categorias estáticas.

Nessas duas primeiras frentes de pesquisa, buscamos identificar *o que dizem sobre economia solidária*. Isso nos permitiu revelar como são construídas as oposições entre economia solidária e economia capitalista no campo conceitual e acadêmico, que serão entendidas como um nível de representação, conforme utiliza Malinowski (Magnani, 1986).

Já na terceira frente de pesquisa, o objetivo foi de observar duas experiências concretas, que são reconhecidas como sendo solidárias: a Coopercostura e a Coopunis. Essas duas realidades cooperativas informam sobre o nível de representação, que chamei de: *Como se faz economia solidária*.

Reconhecemos a atuação prática dos intelectuais e acadêmicos no campo da economia solidária, e a existência de reflexões por parte dos trabalhadores cooperativados. No entanto, a distinção entre *o que dizem* e *o como fazem* aqui ressaltada, baseia-se no fato que são os cooperados que vivem da economia solidária, enquanto os intelectuais e acadêmicos estudam e propõe definições sobre “*economia solidária*”.

Os níveis escolhidos para compor o presente trabalho não esgotam a totalidade de espaços em que o tema economia solidária transita no Brasil. Reconhecemos a existência de outros agentes importantes que não estão contemplados no presente estudo. Podemos citar, entre eles, instituições ligadas diretamente e indiretamente ao Estado (SENAES, Unitrabalho. Anteag, ADS/CUT),

além de universidades, igrejas, movimentos sociais, entre outros¹⁰. Porém, devido aos limites inerentes a uma dissertação de mestrado, objetivamos um recorte analítico e privilegamos o estudo das dimensões apresentadas anteriormente.

Essas três frentes de pesquisa nos possibilitam enxergar distintos níveis. Nos núcleos de questões presentes em cada nível, pensamos ser possível identificar os elementos culturais ou ideológicos, nos termos de Dumont, que tornam possível pensar a diversidade de práticas e representações em torno da noção de “economia solidária”.

1.6 Campo de pesquisa:

Para a pesquisa etnográfica foram escolhidas duas cooperativas que pertencem a contextos sociais distintos, embora habitem o mesmo prédio, localizado no centro da Cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul. Esse prédio era anteriormente ocupado pela Defensoria Pública Federal, que posteriormente abandonou o espaço e cedeu alguns andares para o uso de entidades sociais diversas (Tais como cooperativas, sindicatos, confederações). Além das cooperativas que foram alvo dessa pesquisa, ali também estão instaladas outras organizações ligadas ao cooperativismo e à economia solidária. A seguir, uma breve descrição das organizações observadas.

A COOPERCOSTURA - Cooperativa de Trabalho em Costura - possui vinte membros, dos quais dezesseis trabalham em casa e quatro trabalham diretamente na sede da cooperativa. São dezenove mulheres e um homem. A organização formou-se em 2003, a partir de um anúncio de jornal, convocando mulheres da região para fundarem uma cooperativa. O que inicialmente era para ser uma

¹⁰ Um exemplo de estudo em que privilegia o recorte analítico de agentes estatais e sociais em diferentes políticas de governo (Ver: Almeida, 2006).

“coopergato¹¹” foi posteriormente reorganizado e constituído como cooperativa. Trabalham principalmente atendendo demandas do setor estatal: costura de bolsas para eventos políticos, corte e costura de vestimentas para prática de esportes comunitários etc. No último Mapeamento Nacional de Economia Solidária¹², a Coopercostura foi classificada como um empreendimento de economia solidária.

Os membros que trabalham na cooperativa possuem experiências anteriores de trabalho assalariado. Essas experiências são apresentadas pelos cooperados como trabalhos que surgiram como “formas de ganhar a vida”.

A COOPUNIS - Cooperativa dos Universitários Solidários - possui 37 membros, são 22 mulheres e 15 homens. Ela surgiu da organização de professores e universitários recém formados, que objetivaram construir uma cooperativa que oferecesse oportunidade de trabalho na sua área de formação e se construísse num “espaço democrático de convivência”. Essa cooperativa trabalha principalmente da participação em editais públicos de projetos sociais, culturais, cursos profissionalizantes, organização de seminários e feiras. A própria cooperativa leva a palavra solidária em seu nome, o que resultou de sucessivos debates entre seus membros. Assim, nossa segunda cooperativa pesquisada se define como um empreendimento de economia solidária.

Assim, tendo definido nosso campo de pesquisa, o presente estudo pretende através de uma abordagem etnográfica, o estudo das produções conceituais, dos estudos acadêmicos e das práticas de trabalho, refletindo como é pensada a “economia solidária” no Brasil. Desta forma, as concepções teóricas e as reflexões práticas e cotidianas, não serão entendidas como dimensões opostas, mas como níveis distintos de representação, atravessadas por questões de classe social, e de construções identitárias que influenciam nas formas com que são acionados os sentidos e valores referentes à noção de “economia solidária”.

¹¹ As “coopergatos” ou também chamadas “cooperfraudes” são cooperativas de fachada, montadas por grande empresas como forma de precarização do trabalho, livrando-se assim do pagamento dos encargos e dos direitos trabalhistas de seus trabalhadores.

¹² Realizada em 2010 pelo SENAES. Dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) em www.sies.mte.gov.br

Capítulo 2 – O que dizem sobre economia solidária:

Mas aqui há um problema: nosso material é constituído de textos particulares de autores particulares. Como reconhecer o que é social e o que não é social em cada texto? A resposta encontra-se, a princípio, na relação entre os diferentes textos. Pode ocorrer que eles se copiem mutuamente ou, ao contrário, que eles não tenham nada em comum. No conjunto, entretanto, há representações fundamentais, configurações que são comuns a um grande número deles (DUMONT, 2000 p. 31).

2.1 Os “especialistas engajados”

Presentes em muitos países, a produção sobre economia solidária é bastante ampla, nela coexistem diferentes perspectivas e entendimentos. Segundo Pablo Guerra (2002), existe duas grandes correntes de estudo de economia solidária: a corrente latino-americana, com autores como Razeto (1993), Arruda (2002); e a corrente europeia com autores como Chanial (2002), Lavelle (2006). O foco do presente estudo, porém, limita-se ao contexto brasileiro.

Iniciaremos apresentando as obras escritas por Paul Singer, Luis Gaiger e Jean Lavelle, que nos servirão para captar a noção “economia solidária” presente em cada proposta. Não pretendemos esgotar todas as obras e todos os escritos produzidos pelos autores e nem dar conta das transformações ocorridas com suas propostas ao longo do tempo. Reconhecemos que esse campo está em constante transformação, trata-se de um campo vivo de disputas e de lutas pela legitimação das propostas.

Objetivamos apresentar a análise de alguns artigos e capítulos, produzidas em um dado período, como forma de acesso às representações conceituais de cada autor. Todas as principais obras consultadas tratam a noção “economia solidária” em seu contexto intelectual.

Para a análise da proposta de Paul Singer, as obras escolhidas foram: *Economia solidária, um modo de produção e distribuição (2000)*; *Economia dos*

Setores Populares: propostas e desafios (2000b); Introdução à Economia solidária (2002); A recente ressurreição da economia solidária no Brasil (2002c); Economia Solidária (2003); As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária (2003b); Prefácio - Um olhar diferente sobre a Economia solidária. (2004); Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário (2004b).

Já para a proposta de Gaiger, utilizamos as seguintes obras: *Significados e tendências da economia solidária. (1999); A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista (2002); Empreendimientos economicos solidários (2004); A economia solidária e o projeto de outra mundialização (2004b); A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalista (2004c); A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários (2006); A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário (2008).*

Para captar a proposta de Laville, utilizamos as seguintes obras: *Fato associativo e Economia Solidária (2002); Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia (2008); Definiciones e instituciones de la economia (2009). E algumas produções escritas conjuntamente como França Filho: A Economia solidária: uma abordagem internacional (2004); Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva Internacional (2006).*

Essas obras foram analisadas como fontes que nos permitem o acesso as representações no nível dos “especialistas engajados”. Percorremos as propostas teóricas de cada autor, e tentamos identificar como eles concebem os espaços “solidários” e quais os valores consideram fundamentais para distinguir “economia solidária” de outras práticas econômicas. Esse processo de análise nos permitiu ter acesso às “representações fundamentais”, às “configurações que são comuns” a elas (DUMONT, 2000 p. 31).

2.2 Nascimento da economia solidária: um “mito de origem” comum

É consenso entre os autores que são reconhecidos como participantes desse campo, que o surgimento da economia solidária ocorreu no contexto europeu, datado no início do século XIX, pós-revolução industrial. Essa origem ocorre pela

ação de diversos movimentos de trabalhadores que se organizaram coletivamente em espaços comuns como forma de luta pela melhoria das condições de trabalho, em resposta ao crescente aumento dos desempregos e dos baixos salários oferecidos nas fábricas.

Essa origem histórica que aqui identificamos como o “mito de origem” não pertence apenas à vertente solidária. No trabalho de Pinho (2004) é possível perceber que essa mesma origem pertence também à origem da concepção de cooperativismo tradicional. Segundo a autora, existem duas vertentes do cooperativismo, de um lado a autora identifica a “Vertente Pioneira” que hoje identificamos também como cooperativismo de mercado e do outro a “Vertente Solidária” (PINHO, 2004).

Assim, essas ações que ocorreram no início do século XIX são apontadas como a origem histórica, ou o que Lechat (2002) chamou de “mito de origem da economia solidária”. Consideradas como o marco inicial das formas de organização alternativa de produção, organizadas e geridas pelos próprios trabalhadores, no qual todos os que trabalham são também os donos e suas decisões possuem o mesmo peso em discussões coletivas e democráticas.

Existem, no entanto, pequenas diferenças sobre o papel conferido aos idealizadores dessas ações. Se, por um lado, é consenso que foram os próprios trabalhadores que deram origem ao movimento cooperativista, Singer, Gaiger e Laville apresentam diferentes interpretações sobre quem foram seus idealizadores.

Segundo Gaiger, essa prática esteve intimamente vinculada a diferentes matrizes intelectuais e políticas, percorrendo diferentes caminhos, que vão desde os socialistas utópicos, Fourier (1772-1827) e Saint-Simon (1760-1825), passando pelos anarquistas, Joseph Proudhon (1809-1865) e Kropotkin (1842- 1921), pelos os cooperativistas Owen (1771-1859) e Gide, os cristãos Le Play (1806-1882) e Raiffeisen, até os socialistas (Pannekoek (1873-1960) e Jaurés 1859- 1914) (GAIGER, 2004).

Já Laville e França Filho (2004) apontam para um pensador em especial, Pierre Leroux (1798-1871), um estudioso francês, defensor da classe operária, que

buscou substituir o cristianismo por uma religião da humanidade¹³. Além dos socialistas utópicos, Laville e França Filho afirmam que Leroux elabora a noção de solidariedade recíproca que, segundo eles, constitui um conceito importantíssimo para a origem da economia solidária. Segundo os autores, esse pensamento:

(...) faz ecoar um associacionismo operário no qual ele intervém, pois se engaja justamente na pesquisa de uma economia que poderia ser solidária: a organização do trabalho que fica para ser encontrada poderia fornecer a oportunidade de erguer entidades produtivas que inscrevam a solidariedade no coração da economia (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004 p. 43).

Singer (2002) também tem sua leitura específica. O autor propõe por um lado uma distinção entre os idealizadores e os que praticaram o cooperativismo, ao mesmo tempo, destaca a importância de Robert Owen (1771-1859) justamente em razão de sua especificidade de aliar a concepção e a prática. Ele é apresentado como o mais importante iniciador do movimento socialista, pois foi o único que testou suas hipóteses teóricas na prática, em contraste com Charles Fourier (1772-1827) e Claude Henri de Rouvroy, Conde de Saint Simon (1760-1825), os quais, segundo Singer, se “limitaram a escrever obras e sobre elas fundar escolas de pensamento” (SINGER, 2003 p. 117). Em outro momento, o autor aponta para a importância que Owen teve para Marx e Engels, os quais possuem dívidas em relação a esse autor.

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint Simon, os clássicos do Socialismo Utópico. O primeiro foi, além disso, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro (SINGER, 2002 p. 38).

Essa contribuição de Singer é posteriormente incorporada por Laville e Gaiger, em uma publicação conjunta Laville e Gaiger (2009), em que ambos reconhecem a importância diferenciada em Owen na origem da “economia solidária”.

¹³ Pierre Leroux foi fundador do jornal Le Globe em 1824, posteriormente lançou a Encyclopédie Nouvelle (1836-1843) e a Revue Indépendante (1841-1848), na qual expôs sua teoria de um deísmo nacional para substituir as religiões cristãs.

O que podemos identificar nessa discussão sobre o papel dos diferentes idealizadores do movimento cooperativista são os indícios de algumas diferenças existentes entre as formas de conceber e de apresentar o conceito “economia solidária”. Porém, algumas dessas diferenças são temporárias, tendo em vista as adaptações que os autores fazem em seus apontamentos, e as suas influências mútuas ao longo do tempo. Lechat (2004) percebe no interior do campo da economia solidária que “na relação entre os três autores, é interessante notar que, apesar da notoriedade de Paul Singer, são Gaiger e Arruda que tentam influenciá-lo e modificar certas posturas teóricas” (LECHAT, 2004 p. 165-166).

1.6.1 Paul Singer – Proposta revolucionária de economia solidária

De um lado há a figura de Singer, um economista que parte principalmente de bases teóricas marxistas e coloca a capacidade revolucionária na economia solidária como característica primeira. Esse autor utiliza estudos e contribuições de outros estudiosos da área, juntamente com a experiência de coordenador de incubadoras sociais para construir seus trabalhos. A perspectiva de Singer constitui a visão mais politizada, engajada e propositiva, que revelam sua trajetória de militância política relacionada à defesa da proposta socialista de economia solidária.

Singer chama de “*empresa solidária*”, a instituição que figura como **oposta**¹⁴ à empresa capitalista, porque nela **não há separação entre a posse dos meios de produção e o trabalho**. A empresa solidária possui, portanto, todo o seu capital nas mãos dos trabalhadores, ou seja, todos são donos e possuem o mesmo poder de decidir. Sua finalidade reside em **maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho, ao invés do lucro**.

Singer afirma que a “unidade típica” (Singer e Souza, 2000) ou “a forma clássica” (Singer, 2003) da economia solidária é a **cooperativa de produção**. Seus princípios organizativos devem apontar para as seguintes características: **posse coletiva** dos meios de produção pelos que nela trabalham, **gestão democrática** e

¹⁴ Deste ponto em diante, todos os grifos são do autor e objetivam destacar os elementos valorativos que são identificados no discurso dos informantes.

divisão da receita líquida entre os cooperados por critérios decididos democraticamente (Singer e Souza, 2000). No Brasil, empresas em processo de falência que foram organizadas como cooperativas são exemplos típicos desse modelo.

Singer pode ser apontado como um teórico que constrói o conceito de economia solidária em uma clara oposição ao capitalismo. Ao contrário de Laville e de Gaiger, que apontam para uma construção plural de economia, ou como meio de promoção de novas formas de trabalho. Singer defende a possibilidade de **superação do modelo econômico vigente**, através do **modo de produção e distribuição solidária**. Segundo ele, “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (Singer, 2002 p. 112).

Segundo Singer, a forma como uma empresa é organizada, define em grande parte a diferença entre uma empresa capitalista e a empresa solidária. Empresas em que as decisões são tomadas por uma cúpula, e que ao restante dos trabalhadores cabe apenas o papel de acatar as decisões, são exemplos do que o autor chama de heterogestão, e que caracteriza a grande maioria das empresas capitalistas.

A prática de tomar decisões em **assembléia** de forma **coletiva**, democrática, **igualitária** e **livre** é chamada de autogestão. Segundo Singer, não existem tipos puros de empresas, mas a busca pela construção de uma maior autogestão é a meta das empresas cooperativas que lutam pela construção de uma “outra economia”.

Ao refutar a heterogestão, a economia solidária constrói um modelo administrativo chamado **autogestão solidária**. Ela proporciona uma vantagem, pois suas decisões tendem a ser mais certeiras do que as tomadas pelas cúpulas nas empresas capitalistas (Singer e Souza, 2000).

Singer (2002) afirma que, quanto mais os cooperados aprenderem e absorvem os valores da economia solidária, mais é possível a construção da

autogestão¹⁵. Desta forma, na economia solidária a **solidariedade** seria um **indicador de eficiência**, em oposição ao lucro e à competitividade nas empresas capitalistas. Singer aponta para três características presentes na economia solidária.

A primeira é a característica **pedagógica**, essa perspectiva aponta para o trabalho como “forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos sem distinção” (SINGER, 2008 p. 2).

Outra característica é a possibilidade do trabalhador vivenciar a **experiência libertadora** de assumir um papel de poder, ao participar das decisões, buscar estar informado sobre o que acontece, mesmo que a melhoria das condições deixe um pouco a desejar, “é um passo importante para a redenção humana do trabalhador” (SINGER e SOUZA, 2000 p. 18).

Já a terceira característica aponta para a **ação estratégica** da economia solidária, que reforça o poder de luta dos trabalhadores contra o capitalismo, “no mínimo porque diminui o exército de reserva” (Singer e Souza, 2000 p. 18). Singer afirma que esse foi o principal papel da economia solidária no Brasil: possibilitar aos excluídos oportunidades de trabalho; ao mesmo tempo esse papel não limita a proposta de construir uma “outra economia”, mais igualitária e **justa** (Singer, 2008).

Segundo Singer, a economia solidária busca superar a visão utilitarista de eficiência, existente nas empresas capitalistas. Assim as cooperativas objetivam não só a reprodução individual dos que nela trabalham, mas

(...) um desenvolvimento durável e sustentável na sua **qualidade de vida**, que contemple, além dos aspectos materiais, o nível consciente dos desejos, acesso igualitário a um sistema de justiça, estar ao abrigo de repressão política, da violência física e psíquica e de outras formas de sofrimento (SINGER, 2003 p. 127).

A economia solidária consiste em um modo de produção que se caracteriza principalmente pela igualdade e pela coletividade autogestionária (Singer, 2003).

¹⁵ Foi o que (Azambuja, 2009) identificou na teoria de Singer de uma co-determinação existente entre os valores ideológicos e a prática autogestionária.

Surge como modo de produção e distribuição **alternativo** ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (...), com o princípio da socialização desses meios (...). O modo solidário de produção e distribuição parece a primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos* (SINGER e SOUZA, 2000 p. 13).

Segundo Singer, para que seja possível compreender a lógica da economia solidária, é preciso considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. Ela constitui, há pelo menos dois séculos, iniciativas não-capitalistas criadas pelos trabalhadores, como forma de oposição aos ditames do capitalismo. De um lado os trabalhadores executam na prática, e de outro, os pensadores socialistas estudam, organizam e sistematizam. Mas a economia solidária, segundo o autor, não é uma criação de intelectuais, é uma criação dos próprios trabalhadores em processo contínuo de luta contra o capitalismo (Singer e Souza, 2000).

Assim, os trabalhadores vivenciam a *experiência* de um resgate à **cidadania**, em um local onde todos são iguais, possuidores de **mesmos direitos e deveres**, onde podem se manifestar e escutar a todos.

Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de **revoluções locais**, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, (...) Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores, por exemplo (SINGER E SOUZA, 2000 p. 28).

Na obra *A outra economia* (CATTANI, 2003), Singer é responsável pelo verbete *Economia Solidária*. Em sua definição, ele aponta para duas especificidades presentes no conceito de economia solidária. Além de se referir a “organizações de produtores, consumidores, poupadores etc.” A economia solidária se distingue por duas especificidades: “estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão”, por outro, “praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na **ajuda aos mais desfavorecidos**” (Singer, 2003 p. 116).

Segundo Singer, a economia solidária, mais do que uma alternativa de emprego e renda para os excluídos, “poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (SINGER, 2002 p. 114), pois permite proporcionar aos consumidores e produtores, uma *vida melhor*.

Assim, a economia solidária possui, segundo o autor, um caráter **revolucionário**, que pode ser considerado o início das revoluções locais. Ao mudar as relações sociais e os valores prevaletentes entre seus membros e a comunidade, ela deixa de ser um mero paliativo ao desemprego e aponta para uma alternativa de mudança.

1.6.2 Luis Gaiger – Um processo em construção

Gaiger, figura como um sociólogo engajado, com perfil mais acadêmico do que de militância política. Ele utiliza conceitos weberianos, tal como “tipo ideal”; e conceitos marxistas, tal como “modo de produção”, e propõe uma análise calcada em dados quantitativos e qualitativos.

Gaiger (1999) utiliza como referência o conceito de “*empreendimentos econômicos solidários*” (EES), expressão utilizada pela primeira vez por Luiz Razeto para os estudos da economia informal na realidade Latino-americana (Razeto e Calcagni, 1989), posteriormente resgatada por Gaiger para avaliar a realidade brasileira:

Para que se possa analisar as organizações de trabalho e renda, comparando a sua natureza e as características, a pesquisa está utilizando como parâmetro o conceito de *empreendimentos econômicos solidários*. O conceito é teórico e funciona como uma espécie de modelo que reúne as características ideais de um empreendimento perfeitamente solidário (GAIGER, 1999 p. 3).

Esses empreendimentos seriam a célula propulsora básica da economia solidária, pois reuniriam “diversas modalidades de organização econômica, originadas em **livre associação** dos trabalhadores, com base em princípios de **autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade**” (GAIGER, 2004 p. 824). Segundo o autor, os empreendimentos possuem o potencial de serem os grandes fomentadores da construção de uma “**democracia política**”.

Segundo Gaiger, o conceito permite apontar as condições para o surgimento dos empreendimentos, sua vocação e, principalmente, a análise precisa das seis características independentes (autogestão, democracia, **participação**, viabilidade, **responsabilidade social e desenvolvimento humano**).

O autor defende que a utilização deste conceito (EES) permitirá formular proposições válidas sobre o que está por vir, apoiada em análises históricas, objetivando “elucidar as condições para que determinados processos de mudança social tenham lugar” (Gaiger, 2002), e, ao citar Max Weber, aponta para a possibilidade de perceber “las constelaciones posibles en el futuro” (Gaiger, 2004).

Se para Gaiger (2004) os empreendimentos econômicos solidários são a célula propulsora da economia solidária, a união de **aspectos solidários**, de autogestão e cooperação de trabalho, juntamente com os **aspectos empreendedores** de organização e gestão dos fatores produtivos constitui o que o autor define como uma **racionalidade específica** existente nos empreendimentos de economia solidária (GAIGER, 2004).

(...) A força desses empreendimentos reside em sua capacidade de conciliar, simbioticamente, as relações de trabalho que lhe são próprias com os imperativos de eficiência, de modo que a própria cooperação converta-se em vigamestre de uma **nova racionalidade sócio-econômica**: o solidarismo empreendedor (GAIGER, 2004 p. 6).

O empreendedorismo, segundo o autor, evoca a capacidade de **administrar** e conduzir a **gestão** dos fatores produtivos, humanos e materiais, no interior de uma organização econômica. Capacidade essa adquirida na prática, que no caso dos empreendimentos associativos, se converte em uma capacidade de saber explorar

as **virtudes da comunidade de trabalho** e **utilizar os recursos existentes**.

Segundo ele, discernir sobre a produtividade e os elementos sociais, permite:

(...) Valer-se do fato de que um **elemento comunitário**, de ação e **gestão conjunta, cooperativa e solidária**, presente no interior dessas unidades econômicas, efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica (GAIGER, 2008 p. 61).

Assim, a dimensão empreendedora torna-se elemento indissociável da dimensão solidária no interior dos empreendimentos. Segundo afirma, o empreendedorismo, no contexto solidário, diz respeito à **liderança** e à **gestão econômica**, capazes “de produzir **resultados econômicos** e **satisfações extra-econômicas** intrínsecas aos empreendimentos” (GAIGER, 2008 p. 17). Por fim, é importante apontar para a **característica coletiva do empreendedorismo**. No caso dos EES, a característica empreendedora deve ser avaliada no seu grau de **homogeneidade** e no grau de **coesão** existente no coletivo dos trabalhadores.

Gaiger constrói sua concepção de economia solidária centrado nos empreendimentos solidários e nas formas de produção, agregando em sua análise, dados empíricos e estudos de caso, apontando para os limites e suas atuais possibilidades. Ele percebe a economia solidária como um fenômeno “em construção” que está longe de construir “*um novo modo de produção*”. Aponta também para a possibilidade de construção de **novos valores e práticas de trabalho** que permitam a seus associados, não apenas a renda, mas a experiência de novas formas de trabalho.

1.6.3 Jean Laville (e França Filho) – Proposta plural de economia

Laville possui uma inserção importante no debate acadêmico sobre economia solidária em contexto Europeu. Lévesque (2007) afirma que Laville insere-se no debate proposto pela Nova Sociologia Econômica e defende uma espécie de recontextualização da nova economia social (Levésque, 2007 p. 52). Laville é o autor que mais se aproxima da concepção de Dumont (2000) na crítica a concepção de economia defendida pelos economistas neoclássicos. Utiliza autores como

Habermas (1992) e Polanyi (2000) para construir sua proposta de economia solidária.

Em sua obra conjunta com o sociólogo brasileiro Gerauto França Filho, sob o título *A Economia solidária: uma abordagem internacional*, os autores abrem o leque conceitual para uma perspectiva descritiva e compreensiva de pesquisa, permitindo uma análise de diferentes realidades, neste estudo, as realidades do Brasil e da França são abordadas, nas quais se inscrevem experiências distintas de iniciativas solidárias. Laville advém de um contexto europeu, e busca identificar elementos marcantes existentes da “economia solidária”. França Filho segue os preceitos teóricos de Laville e apresenta aspectos mais relevantes do estudo da “economia solidária” na realidade brasileira.

A proposta de compreensão da economia, enquanto categoria mais ampla caracteriza Laville como teórico de tradição Polanyiana. Ele se inscreve na crítica da sociologia econômica, em relação à visão dos economistas neoclássicos, na qual a esfera econômica existiria de forma independente da esfera social, juntamente com a crítica da concepção de indivíduo atomizado, de um mercado autoregulado e da escolha racional.

Para Laville, se a economia mercantil não é a única forma de produção de riqueza, isto é, se ela não é a única forma de economia, as empresas capitalistas também não configuram a única forma possível de empresas. Partindo dessa linha argumentativa, Laville e França Filho (2004) apresentam os “*empreendimentos solidários*”, mais comumente chamados de “*iniciativas de economia solidária*”. Esses empreendimentos ou associações seriam exemplos da existência de **outras formas de produção de riqueza**, eles atuariam na construção conjunta de **oferta e de demanda**, norteados pelo princípio de **reciprocidade**.

Laville e França Filho (2004) caracterizam os empreendimentos solidários ou “iniciativas de economia solidária” a partir de cinco critérios, balizados segundo eles por um olhar sociológico e antropológico: 1) a **pluralidade de princípios econômicos**, que informam sobre a sua natureza e sobre a origem dos recursos mobilizados (tais como os princípios de reciprocidade, redistribuição e intercâmbio em equilíbrio); 2) a sua **autonomia institucional**, que aponta para a autonomia

gestionária e a natureza das relações entre instituições; 3) a **democratização** dos processos decisórios, que converge para os processos de tomada de decisão e os valores necessários para realizá-los; 4) a **sociabilidade comunitária pública**, que diz respeito ao padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se busca construir; 5) a sua **finalidade multidimensional**, indica que, ao lado dos objetivos econômicos, existiriam objetivos sociais, políticos, ecológicos e culturais.

A proposta de “iniciativas de economia solidária”, defendida por Laville e França Filho, apresenta diferenças marcantes em relação à chamada “economia social”. Na França, o que demarca essa diferença é a afirmação da dimensão política da ação, que resgatou as raízes da economia solidária. Essa dimensão política estava até então abandonada pela economia social, que cumpria papel de apêndice do Estado. Já no Brasil, segundo os autores, existe uma tradição de **economia popular**, que é vista como base para a construção de uma economia solidária, aproveitando os laços de solidariedades já existentes nos grupos sociais.

O que diferencia a economia solidária dos conceitos “economia social” e “economia popular” é a proposta de superar a reprodução simples da vida e de dependência com o Estado, e desenvolver ações que resultem em uma **reprodução ampliada da vida em sociedade** (França Filho e Laville, 2004).

Laville concebe a economia de forma plural, como prática em que coexistem diferentes princípios em constante interação. Assim, a dinâmica da economia vai além do **princípio mercantil, coexistindo com os princípios de redistribuição e de reciprocidade** em todas as esferas, o que permite ultrapassar a ideia de economia de mercado como única forma de produção de riqueza.

É exatamente este olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral que nos permitirá entender adequadamente o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas de interação (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004 p. 17).

Segundo Laville e França Filho (2004), as *iniciativas solidárias* permitiriam **combinações equilibradas de recursos** monetários (mercado), não mercantis

(redistribuição) e não monetários (reciprocidade), que sustentariam assim sua **autonomia** e a sua **viabilidade econômica**. Desta forma, elas constituiriam,

(...) uma articulação inédita entre economias mercantil, não mercantil e não monetária (...) [em que] o desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de **liberdade individual** pelo mercado, e o fator de **igualdade**, pela redistribuição, com aquelas da economia não monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004 p. 107).

Os autores propõem uma perspectiva, em que “as práticas de economia solidária podem ser abordadas como atividades que são empreendidas com o intuito de democratização da economia” (Laville, 2006 p. 14). Essa perspectiva não coloca a economia contra o mercado, mas **uma economia com o mercado** (Laville e França Filho, 2004). Assim, para os autores, **diferentes lógicas de interação econômica** existem com **diferentes valores e práticas** constituindo uma economia plural.

A questão a propor não concerne à substituição do Estado pela sociedade civil nem a dissolução da sociedade civil no mercado, mas ao reforço mútuo entre **democratização da sociedade civil** e **democratização das instituições públicas** (LAVILLE, 2002 p. 13).

Numa perspectiva histórica, Laville identifica, nas associações operárias, associações mutuais e cooperativas existentes na Europa durante a primeira metade do século XIX, os primeiros indícios de práticas de **solidariedade democrática**. Esse resgate, segundo afirma, “constituye una de las mayores enseñanzas de una retrospectiva histórica acerca de la construcción de las seguridades coletivas” (Laville, 2009 p. 64). Segundo a leitura desse autor, esses movimentos associativos emergiram a partir de em uma prática política de engajamento voluntário, o que caracterizava a instauração de processos políticos na esfera econômica.

A segunda forma de solidariedade (democrática) baseia-se tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangendo, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social. Esta segunda versão supõe haver uma igualdade de direito entre as pessoas que nela se engajam. Pressupondo a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, ela se empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social (LAVILLE, 2009, p. 310).

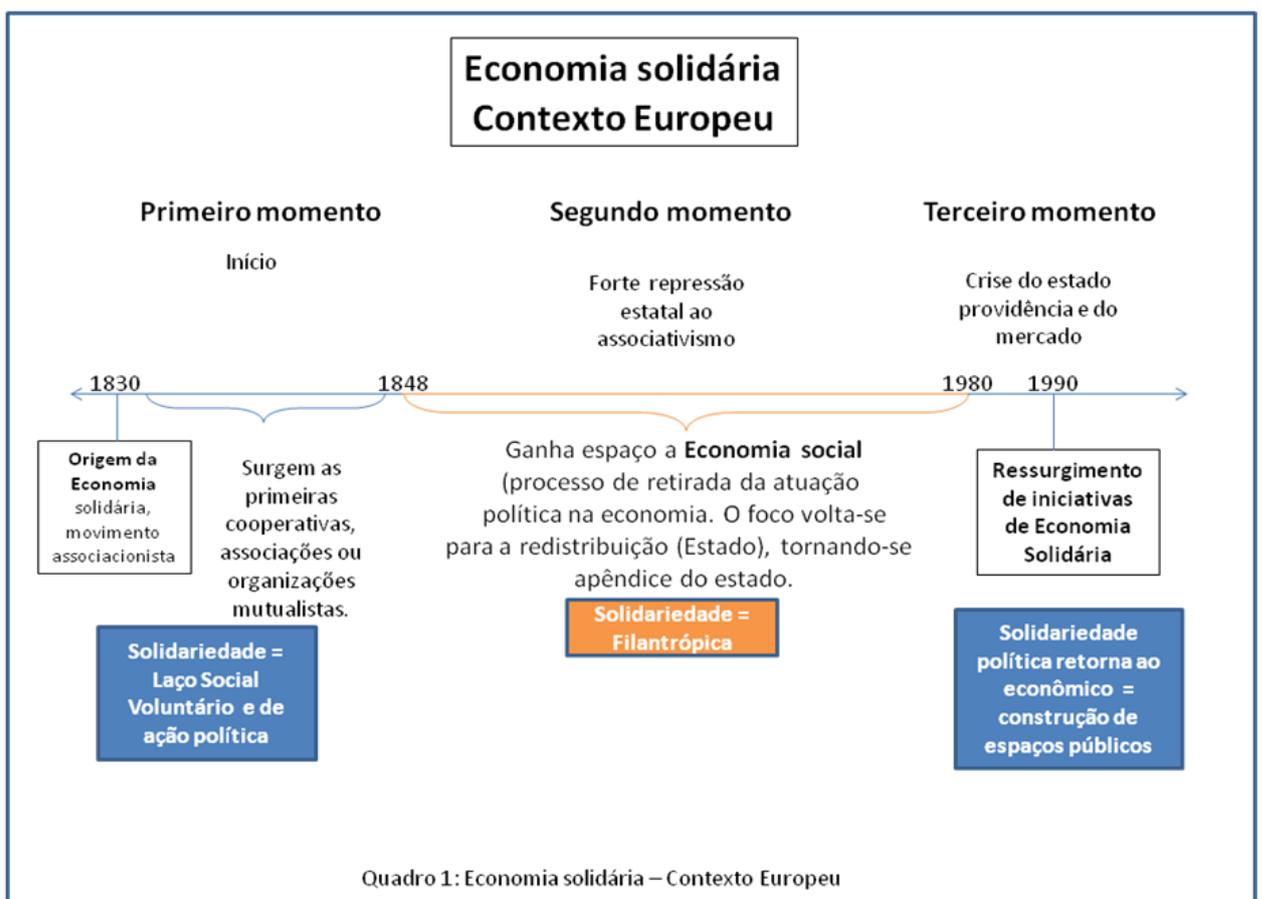
Segundo a análise deste autor, a partir da segunda metade do século XIX, o Estado Europeu passa a apoiar com mais força a constituição de mercados, regulando-os e instituindo alguns direitos, ao mesmo tempo em que reprimia os movimentos sociais, desencorajando as associações operárias, retirando espaço para sua **atuação política na economia**. Essa repressão acabou por modelar os seus traços políticos e econômicos, forçando-as a abandonar o princípio da solidariedade democrática.

Assim, a economia social se desprende de seu caráter político e passa a ocupar o espaço que antes era da política e da reivindicação, agora com uma bandeira de conciliação entre o modo de produção econômico, em uma luta pela redução da pobreza, juntamente com o Estado. Sua atenção foca-se nos problemas da redistribuição. Laville e França Filho apontam que “este afastamento do campo político, que assinala a passagem de um projeto de economia solidária para aquele de economia social, é também sensível na história das idéias, com a inflexão da noção de solidariedade” (Laville e França Filho, 2004 p. 51), ou seja, a economia social abandona a solidariedade democrática, e submete-se a uma adaptação funcional (Laville, 2008).

Já na década de 1990 (*Ver esquema 1*), com o esgotamento do padrão fordista e o conseqüente desequilíbrio entre mercado e Estado, este último perde poder regulador para o mercado e também sua força de promover políticas sociais e emprego. Na França, nesta mesma época, a proposta da solidariedade democrática ressurgiu e pode ser percebida nos estudos de desenvolvimento e na multiplicação de práticas socioeconômicas, as chamadas iniciativas locais, que Jean Louis Laville chamou de “economia solidária”. Essa expressão associa duas noções até então dissociadas: **iniciativa** e solidariedade; inscrevendo a solidariedade no centro das atividades econômicas coletivas (França Filho e Laville, 2004).

A seu modo, as iniciativas desenvolvidas no último quartel do século XX, retomam o élan associativo da primeira metade do XIX, colocando no centro de sua ação econômica a referência a solidariedade. (...) De modo mais amplo, a economia solidária pode ser definida como um conjunto das atividades contribuindo para a **democratização da economia** a partir do **engajamento cidadão** (Chaniel e Laville, 2002 p. 20).

Esquema 1 - Economia Solidária: Contexto Europeu



Fonte: elaboração do autor, a partir da leitura de França Filho e Laville (2004).

Em contraste com o contexto histórico Europeu, Laville e França Filho (2004) propõem uma análise do contexto brasileiro. Eles afirmam que a economia solidária no Brasil não constitui fenômeno emergente, tendo em vista a existência de práticas coletivas populares existentes ao longo do tempo. Essas práticas coletivas

constituíam as diferentes formas de superação da exclusão social e do desemprego no Brasil.

Segundo os autores, no Brasil existiriam algumas experiências de cooperativismo, resultado das sucessivas ondas de emigração de populações européias (Ver esquema 2). Mas a emergência de uma economia solidária se deve ao peso da tradição de economia popular, caracterizada pelos autores como uma *reprodução simples da vida* (França Filho e Laville, 2004). Ela é a base para o fortalecimento de vínculos sociais, articulando “suas finalidades sociais e políticas com o desenvolvimento de atividades econômicas, introduzindo ainda a solidariedade no centro da elaboração de seus projetos” (França Filho e Laville, 2004).

Esquema 2 - Economia Solidária: Contexto Brasileiro



Fonte: elaboração do autor, a partir da leitura de França Filho e Laville (2004).

Segundo Laville, economia solidária, na perspectiva internacional, refere-se, então, àquelas práticas em que as trocas são feitas por **indivíduos livres e iguais**, o que configuraria a existência de uma solidariedade democrática (Laville, 2009). Essa concepção de solidariedade opõe-se a uma solidariedade filantrópica, característica do estado de bem-estar social.

Segundo Laville e França Filho (2004), essa nova solidariedade combina a concepção mais tradicional presente na **solidariedade comunitária**, com a **dimensão pública** mais moderna. Desta forma, os grupos organizados nos princípios da economia solidária desenvolvem uma ação comunitária na construção de atividades econômicas, objetivando o enfrentamento “de problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da **educação, cultura, meio ambiente**” (França Filho e Laville, 2004), o que resultaria em uma valorização e organização da **vida local**, promovida pela economia solidária.

Esse novo tipo de solidariedade permite a economia solidária constituir uma *dimensão pública de ação* (Laville, 2008), que confere um **caráter político** neste fenômeno. Assim, ele ultrapassa sua dimensão social e econômica, pois supõe mudanças ou transformações institucionais e permite a vivência de outros valores e lógicas relacionadas ao **trabalho**, este último **entendido enquanto construção coletiva e democrática** (LAVILLE, 2008).

Ao combinarem a dimensão pública, solidariedade abstrata (estatal), com a força dos laços comunitários, uma solidariedade tradicional (presente nos grupos primários) que se protegem no espaço público, é possível criar, em alguns casos, os chamados **espaços públicos de proximidade** (Laville e França Filho, 2004).

Segundo Laville, a economia solidária deve ser compreendida em sua singularidade como um fenômeno, o que exige um esforço qualitativo para a sua compreensão e interpretação. O autor aponta para a importância da economia solidária, coexistir com outras formas de produção de riquezas, o que permitiria ao trabalhador optar pela forma de trabalho no qual deseja se inserir.

2.3 Opondo as propostas conceituais: revelando as matrizes ideológicas

O que propomos até aqui, foi revelar as propostas conceituais de três importantes autores, apresentando os sentidos e valores existentes em suas propostas. Gaiger, Laville e Singer apresentam importantes contribuições à noção, porém propõem formas distintas de conceber “economia solidária”.

Apresentaremos agora esses autores em pares, destacando as suas visões teóricas e as críticas que apresentam em relação à perspectiva dos outros, sendo que muitas dessas críticas estão explícitas em suas produções.

2.3.1 Gaiger e Singer

Uma constante nas diversas produções de Gaiger é o apontamento de uma pluralidade de interpretações e diferenças conceituais em relação à economia solidária. Ele reconhece que existem “convergências quanto às transformações de ordem mais geral, de natureza econômica, social e política, cujo impacto sobre o aparecimento e a revitalização de iniciativas econômicas solidárias entre os trabalhadores pode-se estimar considerável” (Gaiger 2004b). Gaiger aponta para a existência de intelectuais e ativistas que, fixados apenas nos elementos positivos presentes em experiências bem sucedidas, geraram um clima de otimismo, o que inicialmente acarretou na criação de novas forças de promoção da economia solidária.

(...) A primeira dedução, a fazer, talvez desconcertante para os espíritos mais entusiastas, é que a existência de um empreendimento econômico solidário, nada tem de corriqueiro, de trivial, tampouco é um reflexo previsível, uma espécie de reação em cadeia (...) diante da crise do mercado de trabalho ou da insuficiência crescente das alternativas habituais de ocupação e sobrevivência. (...) Tais experiências, imersas em histórias individuais e coletivas, não obedecem a leis de geração espontânea, não germinam artificialmente e apenas em casos especiais podem ter seu nascimento abreviado. A formação de sujeitos populares ativos e organizados misto de necessidades e de vontades – conhece poucos atalhos... e muitos desvios (GAIGER, 2004b p. 16).

A proposta conceitual de Gaiger é construída em oposição às propostas mais militantes. Em seu artigo *A Economia Solidária Diante do Modo de Produção*

Capitalista (2002), o autor discute a possibilidade do fenômeno da economia solidária apontar para um “novo modo de produção” e para a superação do modelo econômico capitalista. Gaiger inicia propondo uma crítica às produções de natureza ideológica e programática sobre o tema; ele chama de formulações mais audaciosas, que associam a economia solidária a um *novo modo de produção, não capitalista*. Entre os teóricos citados está Paul Singer (2000), que recebe críticas, tais como “interpretações ligeiras”, “senso-comum militante” e pela insuficiente explicação conceitual, o que impediria, segundo Gaiger, a problematização do tema.

Assim, convém ir devagar com o andor. Tomada como uma sentença afirmativa, a tese em tela possui conseqüências amplas e profundas, pois resolve de vez com a questão principal acerca do caráter alternativo da economia solidária: o advento de um novo modo de produção, como buscarei demonstrar, representa *in limite* a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes (GAIGER, 2002 p. 2).

Em outro momento, Gaiger distingue o discurso analítico científico, do discurso político e pragmático. Nessa divisão, o autor se vincula ao primeiro, e demonstra que o segundo se rende à pressão do que chama de uma “práxis militante”, uma análise desprovida do seu papel de insistência crítica, de promover um estudo capaz de relativizar o dado imediato da realidade (Gaiger 2004). Segundo ele, essa disputa de abordagens resultaria em uma luta simbólica de representação no campo de conhecimento, o que seria extremamente negativo para as ações práticas. Ainda sobre Singer, ele afirma:

Os argumentos de Singer, em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a necessidade do aprendizado de um novo modelo econômico pelos trabalhadores, a melhora significativa nas condições de vida, advinda de uma empresa autogestionária, e o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista (SINGER, 2000 p. 18), em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém (GAIGER, 2002 p. 9).

Gaiger (2002) reconhece que o solidarismo mostrou-se capaz de constituir uma nova racionalidade econômica, capaz de sustentar os empreendimentos econômicos com ganhos materiais efetivos, além dos ganhos extra-econômicos. Por outro lado, as empresas autogestionárias possuem limites no plano de circulação e distribuição de seus produtos. Essas limitações, segundo afirma o autor, atestam a falta de autonomia nas esferas de comercialização e consumo existentes na economia solidária, o que limitaria a ideia de um *novo modo de produção*, e permitiria apenas que os empreendimentos solidários fossem percebidos como produtores de *uma forma de produção social específica* (GAIGER, 2002).

2.3.2 Singer e Laville (e França Filho)

Singer (2003) propõe uma diferenciação das realidades da economia solidária entre o Brasil e a Europa. Apresenta a modalidade de economia solidária manifestada em cooperativas de prestação de serviços, que é mais comum e importante em países da Europa. Segundo o autor, “nessas condições, a economia solidária se integra ao terceiro setor, tomando a forma de organizações não governamentais (ONGs), sustentadas primordialmente pelo poder público mediante contratos” (SINGER, 2003 p. 117)¹⁶.

Singer também critica a visão de Laville por ele não acreditar no poder existente na economia solidária teria em superar o capitalismo. Sobre isso, afirma:

Agora, existem teóricos da economia solidária que a vêem como uma parte compensadora dentro do capitalismo. Acreditam que o capitalismo está aí para ficar, mas que necessita, como contrapeso aos exageros – desigualdade, criação de miséria -, de uma economia solidária, apoiada no estado. Laville defende isso com todas as letras. Não é meu ponto de vista (SINGER, 2008 p. 12).

¹⁶ Laville e França Filho (2004) apresentam diferenças existentes entre o terceiro setor, no qual a própria economia solidária existiria como um contraponto às iniciativas vinculadas a este. Assim, Singer faz uma análise distinta sobre o contexto Europeu em comparação com a análise de Laville e França Filho.

Por outro lado, Singer foi convidado a escrever o prefácio da obra de Laville e França Filho (2004) intitulada: *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Nesta publicação, Singer enfatiza a matriz Polanyiana de Laville e, ao mesmo tempo, tece críticas à sua proposta de entendimento sobre o fenômeno:

Seria de se imaginar que o modo solidário de produção seria o correspondente marxista da economia da dádiva de Polanyi. Mas, esta não é a posição de Laville e França Filho. (...) Segundo os autores, “a economia solidária não constitui uma nova forma de economia que viria a acrescentar-se às formas de economia mercantil e não mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não mercantil e não monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terceirização das atividades econômicas. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, (...) com aquelas de economia não monetárias que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato (SINGER, 2004c p. 7-8).

O fato de Laville (e França Filho) defenderem a capacidade da economia solidária articular em um mesmo espaço diferentes tipos de economia permite a Singer, tecer críticas à visão de economia solidária com existência limitada no interior do sistema econômico dominante, sem a possibilidade de superar o modelo econômico capitalista. Nessa crítica, Singer apresenta seu entendimento de economia solidária como uma prática revolucionária, que parece refletir a sua busca pela antítese do modelo econômico dominante, numa leitura em que a noção de socialismo é substituída pela noção de economia solidária.

2.3.3 Laville (e França Filho) e Gaiger

Segundo afirma Lechat (2004), Gaiger vincula-se ao entendimento plural da economia, e utiliza muitas passagens de Laville para referenciar sua concepção de economia solidária.

Em muitos momentos de sua produção, Gaiger utiliza conceitos chave de Laville para construir sua visão sobre economia solidária, como, por exemplo, afirma que as práticas de autogestão existentes nos empreendimentos solidários configurariam um “espaço público autônomo” ou como “espaços públicos de proximidade” (Gaiger, 2008). Além disso, parte da mesma visão que a economia solidária deva existir juntamente com outras práticas econômicas.

Essa proximidade é assinada com a publicação do último volume do *Dicionário Internacional da Outra Economia* (CATTANI et al, 2009), onde Laville e Gaiger escrevem conjuntamente o verbete: *Economia Solidária* (Gaiger e Laville, 2009). Verbetes este que já foi assinado anteriormente por Singer (Ver CATTANI, 2003).

2.4 Homo-Solidarius – Três concepções ideológicas

Nenhuma ideologia em sua totalidade pode ser dita “verdadeira” ou “falsa”, pois nenhuma forma de consciência não é jamais completa, definida ou absoluta. (...) todas as formas de consciência são semelhantes no sentido que nenhuma opera sem uma “grade” através da qual tomamos consciência do dado e, ao mesmo tempo deixamos de lado uma parte deste dado (DUMONT, 2000 p. 29-30).

Buscaremos agora apresentar o que Dumont (2000) chamou de “grade de consciência”, ou seja, o conjunto de valores propostos por cada autor analisado. Buscaremos diferenciar como cada autor toma consciência da realidade, e quais valores ele opera como forma de inserir ou confrontar a realidade através do seu conceito “economia solidária”. Esse exercício nos permitirá posteriormente identificá-los nas “práticas cooperativas”, construindo assim uma conexão entre as propostas conceituais e as práticas de trabalho.

2.4.1 As categorias de Singer

Singer constrói sua proposta de economia solidária em clara oposição aos valores capitalistas. Ele apresenta uma concepção de economia com capacidade de superação do modo de produção vigente. Os valores solidários apresentados em sua concepção servem como provas de uma superioridade na concepção de economia solidária em relação à economia capitalista.

Pretendo listar agora as categorias de Singer que possuem caráter de distinção em relação às propostas dos demais autores. As categorias centrais que orientam a proposta deste autor são: Cooperativa de produção, autogestão solidária, modo de produção solidário, modo de distribuição solidário, coletividade autogestionária, divisão de receita, superação do modelo econômico vigente, oposição, alternativa superior ao capitalismo, experiência pedagógica, maximizar qualidade, maximizar quantidade, experiência libertadora, caráter revolucionário, revolução individual, revolução local, ajuda aos desfavorecidos.

Essas categorias presentes na proposta de Singer demonstram sua visão de economia solidária como um **processo** que, capaz de consolidar uma **superação**, culminará em algo melhor, uma visão **utópica** para a sociedade, uma forma de **revolução social**.

2.4.2 As categorias de Gaiger

Gaiger constrói sua proposta de economia solidária baseado em uma abordagem sociológica, apontando para a possibilidade de construção de indicadores que permitam analisar e captar os diferentes aspectos que compõem o que o mesmo chama de “economia solidária”.

Assim, as categorias existentes em sua concepção de “economia solidária”, são: eficiência, democracia política, responsabilidade social, desenvolvimento humano, aspectos solidários, aspectos empreendedores, racionalidade específica, nova racionalidade sócio-econômica, solidarismo empreendedor, empreendedorismo solidário, virtudes da comunidade de trabalho, satisfação extra-econômica, coesão, gestão conjunta, liderança, novos valores e práticas de trabalho.

Essa lista demonstra a sua visão de economia solidária enquanto abordagem analítica, uma construção científica do conceito, o que permite, segundo o autor, a sua operacionalização em estudos empíricos, sendo possível identificar quais espaços possuem as características de um *Empreendimento de Economia Solidária (EES)*.

É perceptível, neste autor, o uso de termos do vocabulário capitalista, tais como gestão, empreendedorismo, responsabilidade social, eficiência, administração e recursos, que são resignificados com base em um léxico “Solidário”. Podemos pensar que essa postura se constitui como um movimento inverso ao qual Bourdieu (1998 e 2001) denuncia como estratégia oriunda do “discurso dominante neoliberal”.

Há também todo um jogo com as conotações e as associações de palavras como flexibilidade, maleabilidade, desregulamentação, que tendem a fazer crer que a mensagem neoliberal é uma mensagem universalista de libertação (BOURDIEU, 1998 p. 44).

2.4.3 As categorias de Laville (e França Filho)

Laville insere sua proposta de economia solidária criticando a construção da noção de “economia” tal qual foi formulado pelos teóricos neoclássicos. Ele afirma a existência de diferentes princípios e utiliza a sua proposta de economia solidária para demonstrar a existência de espaços onde além de existirem diferentes princípios econômicos em equilíbrio, haveria potencial para a construção de novos espaços de interação social.

As categorias particulares que orientam a proposta de Laville (e França Filho) são: outras formas de produção de riqueza, reciprocidade, laços comunitários, solidariedade comunitária pública, solidariedade democrática, democratização da economia, engajamento cidadão, economia plural, autonomia, democracia, pluralidade, sociabilidade, economia popular, reprodução ampliada da vida, economia com o mercado, caráter político, espaços públicos de proximidade, dimensão pública.

Nessa proposta de Laville (e França Filho) existe a centralidade da concepção de **pluralidade entre os diferentes princípios econômicos** existentes, no que diz respeito à **construção de autonomia** das formas de pensar e agir em **espaços de sociabilidade**. Assim, essa concepção não se restringe a espaços econômicos, mas em uma **reprodução ampliada da vida**, coexistindo com a economia de mercado.

2.5 Elementos moral e político na economia

(...) A emergência de uma “representação coletiva” no sentido de uma relação ou de um conjunto de relações. Quer essas relações apareçam freqüentemente, quer esclareçam outras relações ou representações, constituem, segundo todas as aparências, uma manifestação particular – que pode ser inicial para nós – de um fenômeno verdadeiramente ideológico (DUMONT, 2000 p. 31).

É possível perceber que muitas categorias coexistem nas três propostas conceituais, tais como: autogestão, autonomia, solidariedade, igualdade, democracia e liberdade. Porém, o que diferencia os autores, é a capacidade que esses valores possuem de se confrontarem ou se inserirem na realidade, seja ela revolucionária (Singer), plural (Laville) ou em processo de construção (Gaiger).

Quando comparamos as diferentes propostas conceituais, é possível revelar o que Dumont (2000) chamou de “elementos implícitos da ideologia”. Essas propostas apontam para construções ideológicas comuns, existentes na ordenação e hierarquização de alguns valores presentes nessa dimensão de representação, em relação ao que entendem por “economia” e por “solidária”.

Mesmo os autores propondo concepções que se inserem de formas diversas na realidade social, a centralidade na discussão do papel da “economia” é um dado extremamente revelador nas três propostas conceituais de “economia solidária”.

Segundo aponta Dumont (2000), a economia é resultado de uma construção social, e para entender em que ela consiste e buscar a sua essência, é necessário procurá-la “na relação entre o pensamento econômico e a ideologia global, ou seja, no lugar do econômico na configuração ideológica geral” (Dumont, 2000 p. 38).

Se considerarmos a perspectiva econômica como parte da ideologia, não indagaremos de início, se uma perspectiva é falsa ou verdadeira, mas, apenas, como é pensada em relação a outras proposições – interiores ou exteriores ao discurso econômico -, e, particularmente, em relação não aparente com as proposições não econômicas (DUMONT, 2000 p. 39).

Para Dumont (2000), a perspectiva econômica se desenvolveu em um processo de “pulsão ideológica”, que consolidou ao longo da história, uma crença de que a categoria “economia” existiria descolada do tecido social. Será necessário relatar como ocorreu esse processo, para posteriormente resgatar a noção de “economia solidária” e compreender seu processo particular de legitimação.

Dumont (2000) resgata a importância que a “moderna concepção de riqueza” cumpriu na emergência de uma categoria autônoma de riqueza. Os direitos sobre a terra acompanhavam o poder sobre os homens nas sociedades tradicionais. Assim, com a passagem de uma sociedade tradicional, para uma sociedade moderna, a riqueza imobiliária (a terra) deixa de ocupar um papel central, e a riqueza mobiliária (bens móveis e o dinheiro) passa a ser considerada um tipo superior de riqueza, e assim,

(...) o vínculo entre riqueza imobiliária e o poder sobre os homens foi rompido, e a riqueza mobiliária adquiriu plena autonomia. (...) É a partir de então que uma clara distinção pode ser feita entre o que chamamos de “política” e o que denominamos “econômico”. Distinção que as sociedades tradicionais não conheciam (DUMONT, 2000 p.17).

Outro processo importante ocorreu na consolidação de uma moralidade especial nos fenômenos econômicos. Segundo Dumont, uma relação sutil deve ser observada: a dimensão econômica “escapa da moralidade, sem ser contrária à moral num sentido mais amplo (...)” (p. 105). No lugar da moral, entram os “vícios privados”, ou seja, interesses egoístas que serviriam como força motriz das relações sociais e resultariam assim em “benefícios públicos”. A ação econômica seria, por si mesma, orientada para o bem. “No conjunto, a moralidade foi expulsa dos negócios reais dos homens” (DUMONT, 2000 p. 110).

No sistema social da moralidade, vemos os sujeitos e agentes interiorizarem a ordem social sob a forma de regras morais, cada sujeito definindo sua conduta indiretamente por referência a toda a sociedade. No sistema econômico, ao contrário, cada sujeito define sua conduta por referência exclusiva ao seu próprio interesse, e a sociedade é somente o mecanismo – ou a ‘Mão Invisível’ – pelo qual os interesses se harmonizam (...) (DUMONT, 2000 p. 111).

Assim, o processo que permitiu a crença de que o “econômico” existisse enquanto esfera autônoma em relação às categorias: “político” e “moral”, consolidaram uma transformação profunda nas relações sociais. As relações que se estabeleciam entre homens (sociedade tradicional), foram substituídas por relações entre o homem - no singular - e as coisas (sociedade moderna).

Com base nesta concepção, onde os aspectos econômicos estão descolados do tecido social, podemos discutir agora a noção “economia solidária”, identificando como Paul Singer, Luiz Gaiger e Laville (e França Filho) constroem seus conceitos. Refletiremos qual o papel que a categoria “econômico”, nos termos de Dumont (2000), ocupa no interior das propostas “solidárias”. Percorreremos algumas categorias valorativas presentes em cada uma das concepções, buscando identificar sua importância.

Em Singer, é possível afirmar que as categorias presentes em sua proposta, tais como: posse coletiva, solidariedade, revolução, caráter pedagógico, justiça, cidadania, ajuda aos desfavorecidos e vida melhor, nos informam sobre a tentativa deste autor em inserir valores políticos e morais no centro de sua proposta econômica, tendo como característica principal, a capacidade de superar o modelo econômico vigente, em um processo via “economia solidária”.

Já em Gaiger, podemos listar categorias como: democracia, participação, responsabilidade social, desenvolvimento humano, aspectos solidários, elemento comunitário, satisfações extra-econômicas, coletividade, que nestes termos apresentam uma forma distinta de inserção de valores morais e políticos em sua concepção. Os valores deste autor são acompanhados de ressalvas, reconhecendo os limites que a atual realidade da “economia solidária” possui em realizar na prática seus valores.

Por fim, Laville (e França Filho) utilizam categorias em sua proposta, tais como: pluralidade de princípios econômicos, sociabilidade comunitária, economia popular, democratização da economia, solidariedade democrática, solidariedade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, atuação política na economia, vínculos sociais. Este autor reconhece a existência de práticas econômicas diversas, onde a “economia solidária” coexistiria com outras práticas. Porém, estes autores defendem com todas as letras o objetivo de inserir valores morais e políticos em sua concepção de “economia solidária”.

É possível identificar em todas as concepções analisadas de “economia solidária”, a prática comum de inserir distintos valores políticos e morais em uma concepção de economia. Essa prática nos informa sobre uma concepção de economia “solidária”, oposta a construção da categoria “economia” no interior das sociedades modernas identificada nos estudos de Dumont (2000) como economia de mercado.

Porém, percebemos que esse processo de distinção não é completo. Identificamos uma categoria valorativa existente na dimensão econômica tradicional, existindo também nas concepções de “economia solidária”, ou seja, a concepção de indivíduo.

2.6 Elemento ideológico comum – “indivíduo solidário”

Dumont (2000) apresenta outra dimensão existente na ideologia moderna, ao identificar que seu valor principal é o indivíduo. Segundo Dumont (2000) é preciso distinguir o sentido do termo indivíduo como “homem particular”, do “ser moral” – individualista - ou seja, um ser “independente, autônomo, e assim (essencialmente) não social, tal como se encontra, antes de tudo, na nossa ideologia moderna do homem e da sociedade” (DUMONT, 2000).

Não é difícil perceber por trás das palavras “liberdade” e “igualdade” o substrato, a valorização do indivíduo. O mesmo procedimento ocorre na maior parte do tempo: somente os predicados são expressos, Não os sujeitos. Conseguimos pôr em evidência este último, no caso presente, isolando o indivíduo como valor (...) (DUMONT, 2000 p. 32).

Analisando o plano conceitual de “economia solidária”, é possível perceber nas propostas de Singer, Gaiger e Laville, a busca pela construção de novas práticas econômicas, orientadas por valores, mas que, independente da sua capacidade de superar o modelo econômico vigente, mantêm o indivíduo como valor principal.

Esse indivíduo não é mais concebido como individualista e egoísta, seguindo a concepção do *homo-economicus* de Adam Smith (1896)¹⁷. Nas propostas de “economia solidária”, existiria uma concepção de “indivíduo solidário”, ou seja, os valores “liberdade” e “igualdade” permanecem, mas agora somados a valores que fazem referência à solidariedade.

Com base nesse nível de representação, que compreende a categoria “especialistas engajados”, é possível problematizar a possibilidade de idealizar uma concepção de economia, onde os valores políticos e morais são centrais em espaços econômicos, onde indivíduos vivenciariam a construção de uma prática que busca ser “solidária”.

Assim, essa primeira dimensão de representação nos permitiu acessar as construções conceituais, captar os valores inseridos em três propostas, que servirão de parâmetro para enxergar as práticas cooperativas. Além disso, nos permitiu perceber que, nas propostas conceituais, existe uma concepção comum de “indivíduo” orientado por valores morais e políticos. Esse dado constituirá um dos principais elementos para pensar a realidade brasileira, ponto central para a construção das análises que virão a seguir.

¹⁷ Segundo Adam Smith (1896) o conceito de *Homo-econômicos* apresenta a definição de homem naturalmente propenso à barganha, um ser egoísta e racional.

Capítulo 3 – O que dizem sobre economia solidária: “acadêmicos”

[Não] confundir as coisas da lógica e a lógica das coisas, segundo a impiedosa fórmula de Marx, ou, mais próximo das realidades atuais, a tomar revoluções na ordem das palavras, ou dos textos, por revolução na ordem das coisas.

(Pierre Bourdieu, *Contrafogos*)

(...) Eles são sempre tomados como pontos de partida axiomáticos, para a teoria dos papéis sociais. Assim, haveria um “indivíduo” que “escolheria” as suas identidades sociais, tal como “escolhemos” nossas roupas, comidas e automóveis. Isso, repito, é tomado como uma verdade que não requer demonstração sociológica. Mas o fato é que tanto em sociologia quanto na vida estamos sempre deparando com papéis que, ao contrário, “escolhem” seus atores, tornando-os instrumentos de coletividade. Fazer sociologia é levar em conta a verdade da sociedade, não a crença do sociólogo...

(DAMATTA, 1997 p. 68 nota de rodapé)

O presente capítulo propõe a análise de alguns estudos produzidos no campo das ciências sociais, que discutiram o tema “economia solidária” e desenvolveram pesquisas em cooperativas. Escolhemos apresentar três exemplos¹⁸ de investigações, sendo dois deles sociológicos e um antropológico. Nesses estudos, os autores partem das propostas conceituais dos “especialistas engajados”, utilizando os valores “solidários” como indicadores, que teriam capacidade de medir os “níveis” de solidariedade e por isso, foram escolhidos. Os estudos escolhidos objetivam analisar um tipo muito comum de abordagem analítica, presente nas Ciências Sociais, ou seja, estudos que buscam avaliar as experiências cooperativas, nos termos da Economia Solidária.

¹⁸ Essa escolha respeita a proporção corresponde à relação de estudos produzidos no campo das ciências sociais sobre o tema “Economia solidária”. Na fonte (CAPES, 2010) totalizam 470 trabalhos que compreendem tcc’s, dissertações de mestrado e teses de doutorado de diversas áreas sobre o referido tema. Destes, totalizam 230 trabalhos no campo das Ciências Sociais, os quais pouco mais de 70% são da sociologia, 20% da antropologia e pouco menos de 10% da ciência política (CAPES, 2010).

Essa abordagem permite dois exercícios teóricos importantes para o estudo do tema. Primeiramente apresenta algumas características comuns na realidade do trabalho cooperativo em diferentes regiões do Brasil. Num segundo aspecto, permite visualizar os limites existentes nas concepções analíticas utilizadas nesses trabalhos. Cabe ressaltar que essa análise propõe a discussão de algumas questões referentes ao uso das propostas conceituais dos “especialistas engajados”, quando os mesmos são tratados como uma espécie de conceito perfeito, ou seja, quando os conceitos são tratados pelos pesquisadores como referência do que é “economia solidária”, e assim agrupariam todos os elementos capazes de definir quais são os espaços mais fiéis à proposta de “economia solidária”, revelando assim alguns aspectos limitadores presentes nas concepções dos “acadêmicos”.

Os três trabalhos acadêmicos escolhidos para análise foram produzidos por pesquisadores de diferentes universidades, publicados em anais de eventos e artigos científicos. Acreditamos que escolhendo essas diferentes formas de publicação, respeitaremos a pluralidade de trabalhos em diferentes formas de comunicação. Apesar de propor uma análise de um número pequeno de estudos, acreditamos ser representativo, no que diz respeito aos estudos que buscam em estudos de caso de cooperativas, propor a discussão do que é “economia solidária”.

A primeira pesquisa analisada, de autoria da Ana Paula Carletto Mondadore, UFSCar – Universidade Federal de São Carlos apresenta um estudo de caso desenvolvido em uma cooperativa da cidade de Avaré. Posteriormente, analisamos a pesquisa desenvolvida por Raquel de Oliveira Barreto, graduada em Administração pela UFMG, e Ana Paula Paes de Paula, Doutora em Ciências Sociais e professora da mesma universidade. As autoras propõem estudo de caso em uma cooperativa na cidade de Itaúna, Minas Gerais. A última pesquisa tem por autora Alícia Ferreira Gonçalves, UFC (Universidade Federal do Ceará), desenvolveu um estudo etnográfico em cinco cooperativas vinculadas a ADS/CUT do Estado do Ceará.

3.1 Mondadore e os indicadores da autogestão

Começamos apresentando o estudo desenvolvido por Mondadore (2008), com o título: *Identidade, valores e governança das cooperativas*, que discute a opção dos trabalhadores pelo trabalho em uma cooperativa de produção de confecções. A cooperativa estudada chamada Copercaso, é uma cooperativa de costura que trabalha como terceirizada para uma única empresa, a Jeans S.A. Segundo Mondadore (2008), a Jeans S.A é a única cliente da Coopercaso, é ela que define o modelo das peças produzidas, o tempo para cada peça e o preço pago, que varia segundo o modelo.

A autora divide o ressurgimento das cooperativas de trabalho, a partir da década de 90, em duas categorias. Na primeira figurariam os defensores da economia solidária, para quem o espaço cooperativo vai além de uma opção ao desemprego, fornecendo aos trabalhadores uma chance de “realizarem uma mudança por “dentro” das estruturas do capitalismo.” (MONDADORE, 2008 p. 1). A segunda apresentaria a perspectiva na qual as cooperativas servem as necessidades do capital, tal como a terceirização e precarização das relações de trabalho. A autora utiliza como exemplo as “coopergatos” e “cooperfraudes”, nas quais as próprias empresas teriam interesse na criação desses espaços como forma de precarização e terceirização do trabalho, livrando-se assim do pagamento dos encargos e dos direitos trabalhistas.

Mondadore apresenta o conceito de economia solidária definida por Singer (2000 e 2002) e por Gaiger (2004). Ela não diferencia as propostas conceituais desses dois autores, utilizando as afirmações de Gaiger como complementares às propostas de Singer. Assim, a investigadora identifica os valores e princípios que constituem a economia solidária, como **solidariedade, igualdade, participação e democracia**¹⁹.

A autora afirma que nem todas as cooperativas são qualificadas e classificadas como autogestionárias, sugerindo uma diferença entre as cooperativas autogestionárias e as cooperativas de fachada. Como argumento, ela recorre à Singer (2000), para quem a **autogestão** seria capaz de promover não somente a

¹⁹ Os grifos objetivam destacar os elementos valorativos, e esta será a prática daqui em diante.

organização do trabalho e da produção, como também promover outras esferas da vida social num processo de emancipação.

Mondadore destaca que a autogestão constitui elemento que confere legitimidade a uma cooperativa inserida na proposta de economia solidária, mas aponta para o risco implicado no uso desse critério de distinção²⁰.

Entretanto, ao classificar as cooperativas a partir da sua adesão ideológica ou não à economia solidária, corremos o risco de desconhecer a diversidade que assume suas formas de organização, o que motiva os trabalhadores a aderirem ao trabalho associado e a permanecerem nele. Além disso, é preciso considerar que nem todos os trabalhadores se inserem nesse modelo de empreendimento (MONDADORE, 2008 p. 8).

Mondadore (2008) conclui então que “é impossível afirmar que todos os trabalhadores que estão inseridos nas cooperativas autogestionárias estão envolvidos com seus princípios e compreendem o processo no qual estão inseridos” (MONDADORE, 2008 p.10 e 11). Ela apresenta algumas hipóteses e questionamentos, que pretende desenvolver em seu estudo, ou seja:

(...) Em que medida é percebida como uma opção ao desemprego; se uma forma de ocupação precária e temporária; se é uma opção por autonomia no trabalho pela adesão consciente a uma proposta autogestionária; ou ainda, se uma experiência em construção, pragmática, na qual se somam os limites de opção no mercado de trabalho e a possibilidade de um trabalho mais participativo (MONDADORE, 2008 p. 11).

Essas questões formuladas pela autora são posteriormente transformadas em categorias que, segundo ela, seriam capazes de captar as percepções dos trabalhadores em relação à experiência de trabalho. Mondadore (2008) propõe quatro categorias analíticas: *escolha econômica, autonomia, participação e trabalho*. Com base nessas categorias, ela analisa as falas dos cooperados, apontando para algumas conclusões. Com relação à *escolha econômica*, a autora afirma:

²⁰ Para essa constatação, a autora apresenta diversos trabalhos, tais como Vieitez e Dal Ri (2001), Maciel (2002), Holzmann (2001), Lima (2005), Rosenfield (2003), que verificam em estudos empíricos, diferentes formas de envolvimento dos trabalhadores em experiências cooperativas.

As expectativas com o trabalho na cooperativa estão desvinculadas da propensão à participação ou maior autonomia no trabalho, mas sim com o fato do trabalho na Cooper caso possibilitar uma renda mensal boa para os padrões da cidade, e até mesmo da região (...) (MONDADORE, 2008 p. 13).

A conclusão da autora é de que os trabalhadores optam pelo trabalho cooperativo em razão do interesse pela obtenção de uma renda superior²¹. Mondadore (2008) apresenta neste momento uma premissa, na qual o interesse econômico individual dos cooperados, quando apontados como interesse principal, eliminaria os interesses de participação e de autonomia. Ou seja, no momento em que a autora constata a existência do interesse econômico como principal motivação para o ingresso nesse espaço, os demais interesses são automaticamente excluídos do universo dos trabalhadores.

Mondadore afirma que os próprios trabalhadores utilizam valores característicos dos empreendimentos cooperativistas autogestionários, quando definem *o que deveria ser* uma cooperativa, tais como: o companheirismo, a união, a responsabilidade, a possibilidade de adquirir renda e trabalho (MONDADORE, 2008). Mas, por outro lado, a autora revela que esses valores não existiriam no cotidiano da cooperativa.

Segundo Mondadore, as características que ordenam o funcionamento da cooperativa não corresponderiam aos valores cooperativos solidários: **“hierarquia”**, **“trabalhadores e supervisores carregados de stress”**, **“metas de produção desgastantes”**, **“participação nas assembléias limitadas à aprovação ou não de propostas”** (MONDADORE, 2008). Uma amostra disso pode ser vista na seguinte descrição:

Em relação à autogestão, nenhum dos entrevistados tinha ouvido falar sobre esse tipo de empresa antes de entrar na cooperativa. E a grande maioria dos cooperados afirmaram que não sabem o que é a autogestão e justificam afirmando que a diretoria já conversou sobre isso com eles, mas é algo que não os interessa. (...) Sobre a Economia Solidária dizem que já ouviram falar a respeito na televisão, em cursos que realizaram (...) e pela própria presidente, mas não

²¹ Segundo Mondadore (2008) a cooperativa oferece uma independência financeira aos seus cooperados, oferecendo uma renda maior do que a média do mercado, “quanto mais se trabalha, mais se ganha” o que implica em uma renda maior no final do mês, o que permite ao cooperado enxergar o resultado do seu esforço.

prestaram atenção. Novamente ninguém soube falar nada a respeito do que se trata o tema e nem o que ele tem a ver com o tipo de empresa em que trabalham, pelo contrário, demonstram um distanciamento de desinteresse sobre o assunto (MONDADORE, 2008 p. 19-20).

Essa passagem nos permite apontar a estratégia de pesquisa adotada. Mondadore busca captar nas falas dos pesquisados, se os mesmos sabem o significado dos conceitos por ela escolhidos. Podemos supor então que a autora entende que, se o trabalhador não consegue explicar, por exemplo, o que é autogestão, esse aspecto não existiria de forma consciente nesse espaço.

Mondadore (2008) percebe que a escolha pelo ingresso e pela permanência na cooperativa, além de ser uma escolha econômica, permite aos cooperados uma maior estabilidade no emprego, união nos momentos de crise e maior flexibilidade nas faltas justificadas. Ela afirma que “os ideais de participação, de democracia e de solidariedade aparecem principalmente quando estão referindo-se ao montante da produção e à possibilidade de maior ganho” (MONDADORE, 2008 p. 21). Os ideais de solidariedade, segundo ela, só ultrapassariam os limites da produção quando os cooperados tentavam incorporar parentes e amigos no quadro dos associados da fábrica.

A partir dos dados analisados, a autora conclui que, além de existirem características que não condizem com as de uma cooperativa autogestionária, os próprios cooperados “conhecem muito pouco sobre os princípios cooperativistas, (...) eles não participam de nenhuma atividade que poderia ser a transposição desses ideais econômicos para outras esferas da vida, seja a social e/ou política”. (MONDADORE, 2008 p. 21). A autora retoma a característica *emancipatória* existente na proposta de economia solidária, e afirma:

Portanto, a opção pelo trabalho cooperativo, revela várias dimensões que vão desde as escolhas econômicas até as garantias e autonomia características dos empreendimentos autogestionários. Porém, devemos considerar que a “transformação da sociedade capitalista”, como afirmam alguns teóricos, está longe de efetivamente ocorrer na totalidade do dia-a-dia do trabalho cooperativo (MONDADORE, 2008 p. 21).

Segundo a pesquisadora, o trabalho cooperativo permite aos trabalhadores uma experiência onde não existam chefes, assim todos podem acompanhar a totalidade do processo produtivo. Ao mesmo tempo, o estudo aponta para as limitações e dificuldades existentes em cooperativas vinculadas à economia solidária em vivenciar seus ideais.

3.2 Barreto e Paula – Os indivíduos e seus valores

No artigo *Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista*, as autoras Barreto e Paula (2009), apresentam um estudo de uma cooperativa de produção, segundo elas, a escolha por uma cooperativa como objeto de estudo deu-se em função de Singer (2002) afirmar que este tipo de empreendimento corresponde à representação máxima da Economia Solidária. A COOPETEX – Cooperativa de Produção de Artigos têxteis, originou-se da falência de uma grande indústria do setor têxtil em março do ano 2000. Meses depois os funcionários arrendaram a empresa. Na origem, eram vinte e quatro cooperados, número que cresceu para cento e sessenta. Trabalham oferecendo exclusivamente o serviço de facção (BARRETO e PAULA, 2009).

Em seu estudo, as autoras objetivaram captar as diferenças de postura na relação **indivíduo**-trabalho no contexto cooperativo, com base na “importância de uma inserção consciente na lógica cooperativista para o sucesso deste tipo de empreendimento” (BARRETO e PAULA, 2009 p. 200).

O fato de que o ingresso em uma cooperativa baseia-se na livre opção do indivíduo pressupõe o seu interesse em aderir à proposta, o que é correlato à participação nas decisões e à busca por um constante aprimoramento profissional. (...) bem como do empenho em fazer com que a vivência dos seus princípios signifique uma transformação muito além da geração de renda e emprego, e sim uma mudança de caráter social. Discute-se, portanto, como realizar tais objetivos que exigem uma determinada visão do indivíduo acerca da realidade, se este permanece submerso nos valores de uma economia tão antagônica (BARRETO e PAULA, 2009 p. 202).

As pesquisadoras utilizam as concepções de Laville e França Filho (2004) e de Singer (2002) como base no que se refere ao conceito “economia solidária”. Em algumas partes do texto, as autoras não distinguem a qual das propostas conceituais estão se referindo. Em outros, elas juntam as propostas em uma construção comum. Por exemplo:

A partir dessa visão de economia plural, um dos conceitos de Economia Solidária pode ser definido como um conjunto de iniciativas da sociedade civil que possuem objetivos econômicos, mas que visam, acima de tudo, à disseminação de valores como a democracia e a igualdade, bem como o estreitamento de laços sociais²² (BARRETO e PAULA, 2009 p. 200).

Em oposição ao modelo capitalista, Barreto e Paula (2009) defendem a necessidade de uma mudança de postura dos indivíduos e a percepção dos mesmos sobre a importância da inserção em um projeto de economia solidária. Argumentam que nesse sistema, baseado na solidariedade, o objetivo maior não é o ganho econômico, mas “o aprimoramento do ser humano enquanto ser social” (BARRETO e PAULA, 2009 p. 200).

As autoras defendem que a conscientização seria um importante caminho para o surgimento de “empreendimentos solidários originais, ou seja, que funcionem de acordo com a proposta de Economia Solidária” (BARRETO e PAULA, 2009 p. 203).

Barreto e Paula definem três unidades de análise para o estudo da COOPETEX: **participação, princípios cooperativistas** e a presença dos **valores capitalistas**. No texto, os “princípios cooperativistas” são utilizados como sinônimo para os valores presentes na economia solidária, “a presença dos mesmos torna-se indispensável, visto que são responsáveis pela identidade de uma cooperativa e funcionam como diretrizes de funcionamento da mesma” (BARRETO e PAULA, 2009 p. 205-6).

As autoras identificam os “valores cooperativistas”, e utilizam: **adesão voluntária e aberta, autogestão, participação econômica, autonomia,**

²² Nessa passagem, as autoras citam (Laville e França Filho, 2004) e (Singer, 2002).

independência, aperfeiçoamento profissional (educação, capacitação e informação), **caráter social, democracia e solidariedade, relações intercooperativas e interesse pela comunidade**, como indicadores para medir a existência desses valores. Barreto e Paula (2009) constroem uma tabela, onde os valores são listados. Em cada valor, são apontados se eles foram identificados na cooperativa nos quais são atribuídos os termos: “sim”, “não”, “parcialmente”, “pouco” e “muito pouco”, seguidos das justificativas para cada um dos itens listados (BARRETO e PAULA, 2009 p. 13).

Na cooperativa, Barreto e Paula (2009) observam “um profundo desconhecimento dos princípios do cooperativismo, principalmente dentre aqueles ligados à produção, [os entrevistados] não souberam, sequer com palavras próprias, opinar sobre o assunto” (BARRETO e PAULA, 2009 p. 206). As autoras afirmam que essa “falta de consciência” em relação aos princípios, aponta para uma inserção inconsciente na proposta de economia solidária.

(...) Buscou-se compreender o funcionamento da COOPETEX, bem como identificar se este é compatível com a proposta da Economia Solidária. Foi possível constatar o quanto os valores e métodos capitalistas ainda se fazem presentes, o que torna a cooperativa, salvo em alguns aspectos, uma reprodução das empresas convencionais (...) as mudanças no ambiente de trabalho não podem ser percebidas justamente porque as próprias pessoas não mudaram a sua postura ao se inserirem na cooperativa, isto é, a falta de consciência acerca do que constitui a proposta cooperativista faz com que a COOPETEX exista enquanto uma reconstituição da antiga Itaunense, com as mesmas instalações, pessoas e valores (BARRETO e PAULA, 2009 p. 207-8).

A estratégia de pesquisa, já identificada no trabalho de Mondadore (2008), se reproduz aqui, isto é, existe um pressuposto, comum aos dois trabalhos, de que, para que existam os valores identificados como “solidários” no interior de uma cooperativa, os cooperados terão que saber explicar seu significado, do contrário, esses valores não estariam presentes. Essa constatação é reforçada na conclusão de Barreto e Paula (2009), quando afirmam que “a realidade de uma adesão inconsciente aliada ao desinteresse em conhecer a essência do movimento contribuem amplamente para a perpetuação de um modelo que nem sequer caminha na direção do ideal” (BARRETO e PAULA, 2009 p. 208).

Barreto e Paula apontam algumas alternativas para a modificação dessa realidade, tal como a inclusão da temática do cooperativismo como conteúdo do ensino fundamental, médio e superior. Segundo elas “(...) ao despertar o interesse das pessoas, poderia [assim] resultar na constituição de empreendimentos fiéis à proposta de economia solidária (...) e a construção de uma sociedade mais igualitária e justa” (BARRETO e PAULA, 2009 p. 211). Apontam também para a importância de mais incentivos por parte do poder público na busca de atendimento às necessidades dos empreendimentos, permitindo que os mesmos possam voltar seu foco para questões de cunho social (BARRETO e PAULA, 2009).

Um elemento curioso nessa conclusão das autoras é que, mesmo utilizando a concepção de “economia solidária” de Lavelle, elas separam o social do econômico, reproduzindo, assim, a lógica economicista que Lavelle critica, ou seja, que a esfera econômica seja pensada como descolada do tecido social.

As pesquisadoras afirmam que, no cooperativismo, a educação é fundamental para a consolidação de uma proposta de economia solidária, pois

ao compreenderem a importância do conhecimento acerca dos princípios e valores que caracterizam a Economia Solidária, as cooperativas possivelmente obterão retornos positivos quanto à atitude de seus integrantes frente ao seu trabalho, às suas relações com os demais assuntos que envolvem a cooperativa como um todo (BARRETO e PAULA, 2009 p. 212).

O método escolhido por essas pesquisadoras é recorrente em pesquisas empíricas: o uso de indicadores para captar as características “solidárias”. Outro elemento recorrente são as formas escolhidas para captar a existência dos valores ditos de “economia solidária”. Segundo essas autoras, os valores só existiriam no cotidiano da cooperativa se os cooperados soubessem explicar o significado desses conceitos.

A utilização dessa mesma estratégia de pesquisa nos permite apontar para as limitações refletidas nas conclusões desses estudos. Estudos de caso, onde os pesquisadores buscam “medir” a solidariedade permitem comprovar, o que já era esperado, como no caso de Mondadore, que conclui que a economia solidária ainda não existe de forma plena, ou ainda, como no caso do estudo de Barreto e Paula

(2009), que no interior da cooperativa existem muitos elementos que não pertenceriam ao ideal de economia solidária.

3.3 Gonçalves e os laços sociais

O artigo *Reciprocidade, dádiva & economia solidária* desenvolvido por Gonçalves (2007), apresenta um estudo etnográfico desenvolvido em três cooperativas: a Coopernéctar - Cooperativa dos apicultores da região do semi-árido Ltda, produtora de mel, fundada em 1998, atualmente com 52 cooperados; a Coopsol - cooperativa formada por quinze mulheres e dois homens, oriundos de uma região periférica do Ceará. A cooperativa produz produtos variados de vestuário e acessórios masculinos e femininos. São 15 sócias, e as retiradas não chegam a um salário mínimo e a Cooperativa de Crédito de Jaquarema - fundada no ano de 2002, com 36 sócio-cooperados, trabalha oferecendo crédito a pequenos agricultores da região.

A autora utiliza o conceito “Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES) de Gaiger (2004), que se define em torno de oito princípios: **autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentabilidade, desenvolvimento humano e responsabilidade social**, que servem como indicadores para o estudo de experiências específicas e, ao mesmo tempo,

(...) problematizam a partir de uma perspectiva teórica e etnográfica as relações entre dádiva, reciprocidade e economia solidária como via privilegiada de concepção, de formulação, e de execução de políticas de combate à pobreza no contexto contemporâneo (GONÇALVES, 2007 p. 1).

A autora apresenta como hipótese inicial, a existência de laços de solidariedade e de reciprocidade (MAUSS, 1974) que funcionariam como norteadores das relações sociais. Gonçalves (2007) reconhece, porém, a tensão existente entre os interesses individuais e de reciprocidade nas relações sociais no interior dos empreendimentos estudados.

Uma característica comum apontada pela autora é a de que, em todos os empreendimentos estudados, existe uma grande dificuldade de sustentabilidade econômica, o que dificulta uma construção “solidária” no interior de um mercado capitalista (GONÇALVES, 2007).

Ela percorre cada cooperativa e apresenta uma visão geral de cada empreendimento. Inicia opondo os conceitos “clientelismo e reciprocidade” ao analisar o caso da Cooperativa de Crédito Solidário de Jaguaretama. Ela constata a limitação referente à escolaridade e à tradição cultural da região, que refletiria uma visão de mundo clientelista por parte desses cooperados. No interior desse empreendimento, a autora percebe a existência de sentidos diversos referentes à cooperativa de crédito na vida dos cooperados.

De fato, no universo dos assentamentos prevalece ainda uma visão “clientelista” da realidade que é sustentada historicamente pelos poderes locais. (...) Portanto, os atores sociais incorporam o crédito solidário a partir de uma racionalidade clientelista (...) ao invés de se mobilizarem e de se organizarem coletivamente para a poupança na cooperativa e esperam receber apoio financeiro de entidades externas à cooperativa (GONÇALVES, 2007 p. 15-16).

Segundo a autora, no caso da Coopernéctar, o trabalho da cooperativa é tido como uma forma de complementação da renda dos cooperados, o que definiria a postura de grande parte dos apicultores, quando os mesmos não se comprometeriam com o coletivo. Essas posturas causariam grandes tensões entre os interesses dos sócios:

Na Coopernéctar há **laços tênues de solidariedade**, há uma **teia de reciprocidade unindo** determinados grupos de apicultores dentro da cooperativa. Contudo, esta teia não é sólida o suficiente para aglutinar os sócios em torno de uma proposta única, (...) para criar uma identidade em torno da proposta de **cooperativismo** e da **autogestão** na perspectiva da economia solidária que desconhecem completamente. A grande tensão ocorre entre os **interesses individuais** dos sócios-cooperados e os **valores solidários** (...) a cooperativa ainda é um meio de atingirem seus interesses individuais (...) (GONÇALVES, 2007 p. 6).

Gonçalves (2007) apresenta, por fim, o caso da Coopsol onde todas as cooperadas assumem o trabalho no interior da cooperativa como fonte de renda única para suas famílias.

(...) Na Coopsol, as cooperadas aprenderam ao longo de suas lutas sociais e compreenderam de uma forma profunda a proposta do cooperativismo, da **autogestão** e da economia solidária. Neste sentido, há **laços sólidos de solidariedade e de reciprocidade** no interior dos grupos de produção (GONÇALVES, 2007 p. 6).

A autora apresenta que cada cooperativa possui diferenças na relação com o trabalho e com a economia solidária. Aponta, também, que a origem de uma cooperativa pode influenciar na incorporação da solidariedade no interior do empreendimento. Assim, ela aprofunda essa relação entre a origem de uma cooperativa e o grau de solidariedade, comparando duas cooperativas.

O contraste entre a Coopsol que nasceu dos movimentos sociais urbano e a Coopernéctar que nasceu a partir da confluência de **interesses individuais** exemplifica como o **sentido da solidariedade** foi incorporado de forma diferenciada nos empreendimentos (...) (GONÇALVES, 2007 p. 4).

Gonçalves conclui que no interior das três cooperativas estudadas, existiria um misto de solidariedade e interesses individuais. Em alguns empreendimentos predominariam os laços sociais e a solidariedade, e em outros, os interesses individuais. Em todos os casos, fatores estruturais como, “a cultura e a tradição local, a baixa escolaridade, o individualismo, a visão clientelista do crédito e a própria dinâmica de acumulação capitalista” (GONÇALVES, 2007 p. 17) seriam limitadores da atuação dessas cooperativas.

3.4 Economia solidária como indicador

Em todos os estudos apresentados, as definições de “economia solidária” propostas pelos autores que chamei de “especialistas engajados” são tratados como conceitos e são transformados em indicadores, que buscam captar o nível de solidariedade existente no interior dos casos estudados.

Um elemento comum aos três estudos da categoria “acadêmicos” é que, eles pressupõem a existência de indivíduos (Dumont, 2000) no interior dos espaços cooperativos. Os pesquisadores reproduzem, assim, a centralidade deste conceito,

existentes nas propostas dos “especialistas engajados”, nas quais o indivíduo como valor, ocupa um papel central.

Ao permanecer a ideia da existência de “indivíduos”, estes estudos priorizam captar, entre outras coisas, se os valores identificados nos discursos dos cooperados estão, de alguma forma, afinados com as propostas dos “especialistas engajados”. Essa metodologia adotada possibilitaria medir, através desses indicadores, *o quão solidário são esses empreendimentos*.

Um efeito dessa não problematização do sentido empírico da noção “economia solidária”, é que esses estudos que compreendem a categoria que chamei de “acadêmicos”, se mostram incapazes de captar quais elementos valorativos “solidários” são acionados e em que contexto eles surgem e quais elementos influenciam as falas dos cooperados. Ou seja, durante a leitura das falas desses diferentes cooperados transcritas nesses estudos, alguns elementos importantes não foram contemplados, tais como identidade e classe social.

Apresentaremos no próximo capítulo, os resultados de uma pesquisa, desenvolvida em duas cooperativas. Esse estudo apresentará uma concepção analítica que permite privilegiar o ponto de vista dos sujeitos inseridos na prática de trabalho, contemplando outras dimensões. Pretendemos captar os sentidos e valores “solidários” no momento em que são acionados pelos cooperados, identificando diferentes grades valorativas, capazes de nos informar o que é “economia solidária” para quem vive e trabalha em uma cooperativa e como as diferenças de classe social e as identidades influenciam os sentidos e valores conferidos à noção “economia solidária”.

Desta forma, pretendemos captar como se dá a discussão sobre “economia solidária” no interior das cooperativas e como é possível, no interior de espaços econômicos, a inclusão de valores morais e políticos.

Assim, ao invés de partir da ideia da existência de indivíduos no interior dos espaços cooperativos, pretendemos problematizar quem são esses trabalhadores e quais lógicas operam sua visão de mundo. Segundo DaMatta (1997) “se a noção de cidadania (e do individualismo que ela contém) é estudada criticamente e deixa de

ser encarada como algo natural e presente onde quer que exista sociedades e seres humanos, então, tudo pode mudar (...)" (DAMATTA, 1997 p. 67).

Capítulo 4 – Como fazem economia solidária – “práticas cooperativas”

O presente capítulo apresenta os resultados de uma etnografia, realizada em duas cooperativas que habitam o mesmo prédio. As observações começaram em agosto de 2009 e se dividiram em três períodos de pesquisa. O primeiro período compreendeu os dois primeiros meses, nos quais foram estabelecidos os primeiros contatos e a coleta geral de dados. O segundo período compreendeu dois meses de sucessivas visitas e tentativas de aproximações com as organizações e, ao final deste prazo, foram definidos os espaços onde seria realizada a pesquisa. O terceiro período compreendeu quatro meses de observações do cotidiano de duas cooperativas, compreendendo a participação dos membros em reuniões, assembleias, conversas com clientes e fornecedores.

Durante os primeiros dois meses, realizei visitas diárias ao prédio, estabelecendo os primeiros contatos com seus inquilinos e colhendo informações gerais. Nesse período, utilizei diferentes formas de aproximação²³ nas cooperativas e organizações. Os contatos permitiram reconhecer os espaços cooperativos que demonstravam maior “abertura” para a realização da pesquisa.

4.1 O “prédio das cooperativas” e seus inquilinos

Na hora marcada paro em frente ao endereço indicado, avisto um prédio alto e de cor bege, com a pintura bastante descascada e desbotada. É minha primeira visita e minha primeira impressão é de que se trata de um prédio abandonado, como muitos outros existentes no centro da capital. Percebo que o prédio possui um nome indígena fixado no auto da porta de entrada. O acesso ao prédio não foi simples. Ao chegar frente à porta, constato que não existe nem interfone e nem portaria. Porém, olhando com cuidado, vejo um aviso colado no vidro esquerdo da porta contendo os nomes e telefones das cooperativas e federação existentes no prédio. Assim, era necessário ligar para poder ingressar no prédio (Diário de Campo).

²³ As formas de aproximação resumiram-se inicialmente em investidas nos espaços, demonstrando minha curiosidade pelo trabalho desenvolvido nas cooperativas e organizações. Em outros momentos apresentei-me como um pesquisador que entrava na organização para saber onde ficava outra cooperativa e aproveitava para mostrar interesse pelo espaço.

Antes de iniciar a análise dos espaços cooperativos, descreverei um pouco do histórico do prédio e onde funcionam as cooperativas e organizações. O prédio *Tupy*²⁴, mais conhecido como: “o prédio das cooperativas”, segundo clientes, fornecedores e até mesmo por membros das cooperativas, possui, além da entrada principal, corredores de circulação comum, tais como as escadas e os corredores do prédio; locais de uso coletivo, tais como a sala da caixa de água e a sala do gerador e um terraço com churrasqueira, utilizado como espaço comum de confraternização. Estes espaços forçam convívios e expõem diferenças.

O “prédio das cooperativas” está localizado no centro de Porto Alegre, sendo um dos muitos prédios históricos do centro da capital. O prédio *Tupy* possui seis andares e um terraço, cada andar possui uma divisão inicial em duas salas, localizada em cantos opostos do corredor. Cada sala divide-se em outras salas menores que chamarei de “salinhas”. A disposição das salinhas e a sua quantidade variam em cada andar.

A primeira ocupante do prédio de que se tem notícia foi a Sucam - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, órgão responsável por coordenar as campanhas contra epidemias no meio rural, extinta no início dos anos 90 pelo governo Collor.

O prédio *Tupy* ficou desabitado até que a OCERGS²⁵ - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul recebeu o aval do Governo Federal e transferiu-se para o prédio. A Ocergs ocupou o térreo e o quinto andar, deixando o restante dos andares desocupados. Alguns anos depois, a Fetrabalho²⁶- Federação das Cooperativas de Trabalho, considerada por seus

²⁴ Os nomes das cooperativas e organizações apresentadas neste trabalho são fictícios, busca-se, assim, preservar o anonimato e a privacidade das pessoas e das organizações estudadas.

²⁵ A OCERGS é a entidade de representação política do Sistema Cooperativista do Rio Grande do Sul, sucedendo a ASCOOPER - Associação das Cooperativas Sul Riograndenses (1956). Segundo consta em seu site, em 1971, com a Lei 5.764 "Lei das Sociedades Cooperativas", que criou a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, passou a denominar-se OCERGS - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. É constituída por uma Assembléia Geral, um Conselho Diretor, além de um Conselho Fiscal e um Conselho de Ética integrados por representantes de todos os ramos (FONTE: www.ocergs.com.br).

²⁶ Segundo seu site, a Fetrabalho é uma das representantes do sistema OCB, que consiste em um total de oitenta mil trabalhadores no Rio Grande Do Sul, associados em Cooperativas de Trabalho, filiadas a este

membros como “o braço direito da Ocergs”, passou a ter sua sede no segundo andar do prédio. Posteriormente vieram a Cooperativa de turismo (Coobrastur²⁷) e a cooperativa de costura (Coopercostura²⁸).

No ano de 2006 a OCERGS iniciou uma reforma no prédio, visando adequar o espaço as suas necessidades. As reformas foram limitadas aos andares ocupados por ela, ou seja, o térreo e o quinto andar. Durante esse período a Central de Cooperativas²⁹ veio a ocupar uma salinha no segundo andar, do mesmo lado da Coopercostura.

Porém, a reforma do prédio teve de ser interrompida no início de 2007 por questões judiciais. Com a obra embargada, a OCERGS abandonou o espaço e partiu para a compra de outro prédio no mesmo bairro, mudando o endereço de sua sede.

Neste mesmo ano, a Defensoria Pública da União (Governo Federal) passou a ser a responsável legal pelo prédio. A Fetrabalho, a Coopercostura e a Central de cooperativas escolheram permanecer no prédio, ambas ocupando o segundo andar. A Fetrabalho ficou responsável pelo cuidado do prédio, responsabilidade essa que deu origem ao seu apelido, dado posteriormente, pelas demais cooperativas de “síndico do prédio³⁰”.

sistema. O Sistema OCB, OCERGS, RAMO TRABALHO e a FETRABALHO aglutinam Cooperativas, solidárias, agregadoras, que obedecem ao PRINCÍPIO DE PORTAS ABERTAS, para todos os trabalhadores que desejarem e optarem pela forma cooperativista de trabalhar autogerenciando seu próprio empreendimento. A Fetrabalho responde às cooperativas de trabalho, potencializada pelos princípios doutrinários do cooperativismo e da autogestão, considerada uma das “referências de enfrentamento da grande crise que vive nosso País, apesar da intensa ofensiva indiscriminada proferida pelos organismos governamentais de fiscalização”. “A FETRABALHO/RS tem como compromisso preservar o bom cooperativismo, além de primar pela livre organização dos trabalhadores, de forma autônoma, sem empresários que exploram e lucram com o trabalho de terceiros.” Fonte: <http://www.fetrabalars.org.br/> (Acesso em setembro de 2010).

²⁷ A Cooperativa de Turismo, em dado momento, fechou suas portas e não comunicou a ninguém. Não existe consenso sobre o mês e o ano em que isso ocorreu. Assim, ninguém soube responder se isso ocorreu antes ou depois da saída da Ocergs. Para maiores detalhes sobre a cooperativa, ver: <http://www.coobrastur.com.br/index.asp>.

²⁸ O histórico detalhado da cooperativa será apresentado no item: Coopercostura.

²⁹ Não foi possível estabelecer contato com os antigos responsáveis por esse espaço. Ninguém sabia maiores detalhes referente a essa organização.

³⁰ A Fetrabalho ficou responsável pela cobrança da divisão dos custos de água, luz e taxas de manutenção do prédio, assim como pelo ordenamento de novas ocupações.

4.2 A ocupação do prédio

Com a saída da OCERGS e a permanência de uma cooperativa e uma organização ligada ao cooperativismo, acenou com a possibilidade de outras cooperativas também ocuparem os demais espaços. Surgiram, então, algumas cooperativas e organizações interessadas. Elas foram gradualmente entrando em contato com a Fetrabalho e com a OCERGS e, aos poucos, as salas foram ocupadas.

A Coopercostura já habitava uma das salinhas do segundo andar e assim permaneceu. A Central de Cooperativas no final de 2007 deixou o prédio e, sua salinha, foi ocupada por uma Cooperativa de Mão de Obra da Construção Civil (Construc). Poucos meses depois a Confederação Latino-Americana de Cooperativas Mutuais de Trabalhadores (Colacot) ocupa a salinha restante, completando a última sala do lado direito do segundo andar. Poucos meses depois da chegada da Colacot ao prédio, esta mesma e a Construc resolvem sair das suas “salinhas” do segundo andar e ocupar³¹ as duas salas do primeiro andar.

No ano de 2007, após alguns contatos com a Fetrabalho e com alguns representantes da OCERGS, a Coopunis³² – Cooperativa dos Universitários Solidários, ocupa a sala que fica no térreo do prédio, que anteriormente era utilizada como depósito de materiais. Posteriormente, a Coopunis passou a ocupar também as duas salas do terceiro andar, mantendo assim três salas.

Em 2008, a Defensoria Pública da União, realizou uma vistoria no prédio e verificou a existência de organizações ocupando alguns espaços. Concedeu, então, uma *autorização de patrimônio*³³, na qual constava o local que cada organização ocupava e apresentou um documento com uma cláusula de responsabilidade pela conservação. Todas as cooperativas aceitaram assinar essa autorização³⁴, que

³¹ Essa mudança, segundo os responsáveis das organizações, objetivou deixar os empreendimentos mais próximos do andar térreo, evitando assim que tenham que subir todo o dia muitos lances de escada sem necessidade, já que as salas estavam desocupadas e eram de fácil acesso para seus clientes.

³² O histórico completo da Coopunis será apresentado no item: Coopunis.

³³ Não existe consenso sobre o nome dado a esse documento, mas o termo mais recorrente nos discursos foi aqui empregado.

³⁴ Nesse termo de autorização, ficou acordado que todas as cooperativas e federações ficariam responsáveis pela manutenção e por possíveis depredações do seu espaço.

constitui, segundo alguns cooperados, uma “posse legal de uso”, que no momento em que as obras de reforma viessem a ser retomadas, todas as organizações existentes deveriam desocupar o prédio. Neste termo, a Fetralho passou a cumprir oficialmente a função de “síndica” do prédio, fiscalizando os pagamentos da luz, água, controlando as novas ocupações e a manutenção dos espaços vazios.

Ao longo da pesquisa, novas organizações ocuparam outros espaços do prédio. Escolhi apresentá-las posteriormente, respeitando a cronologia e as transformações ocorridas no prédio e os diferentes posicionamentos dos atores envolvidos. É importante relatar aqui a grande dificuldade de mapear e entrada e saída dos empreendimentos, já que alguns nunca foram encontrados abertos e muitos deixaram de existir sem que ninguém ficasse sabendo o porquê.

4.3 Ingressando no campo de pesquisa

O primeiro período de pesquisa consistiu de visitas rápidas e aproximações sutis com as organizações, possibilitou colher informações gerais e estabelecer contatos com alguns dos seus responsáveis. Muitos espaços visitados tiveram uma postura bastante negativa em relação à possibilidade de realização da pesquisa. Muitas vezes, após conseguir com muito custo marcar conversas, ou mesmo, encontrar os espaços abertos³⁵, as pessoas responsáveis não tinham tempo ou interesse em conversar.

Naquele dia, estava com o gravador em mãos e com algumas questões escolhidas para compor esta primeira entrevista. A pessoa a ser entrevistada era um sujeito muito citado por diversos cooperados durante entrevistas, este sujeito figurava como grande responsável no auxílio das cooperativas. Subi as escadas e percorri os corredores escuros do prédio, já pensando na abordagem a ser adotada... Enfim, estava bastante nervoso. Ao chegar próximo ao andar correspondente, encontro a secretária descendo as escadas. Ela me informa imediatamente que a pessoa responsável não conseguiria me atender no horário marcado. Remarcamos essa conversa para a semana seguinte, mas ao chegar novamente no dia e hora marcados, a conversa teve que ser adiada outra vez. Nessas duas oportunidades, tentei conversar com a secretária, buscando

³⁵ Dois espaços nunca foram vistos abertos. E assim foram colhidas informações de vizinhos e através da internet, para saber minimamente do que se tratava.

uma aproximação. Acreditava que, estabelecendo uma relação de confiança, conseguiria finalmente realizar a entrevista. Foi na terceira oportunidade, conversando informalmente com a secretária, que descobri que o responsável pelo espaço não estava muito interessado em me ajudar, e que era melhor, segundo ela, “esperar que as coisas se acalmassem”. Daquele dia em diante, foi muito difícil encontrar aquele espaço aberto. Quando finalmente encontrei-o, parei sorridente na porta de entrada e avistei a secretária no telefone, ela logo me reconheceu, fez um gesto negativo com a cabeça, depois piscou o olho e, logo em seguida, um gesto com a mão para voltar em outro dia. Essa situação foi bastante desconfortável, resolvi então suspender temporariamente a pesquisa desse espaço (Diário de Campo).

Durante o período inicial, percebi a grande dificuldade da aceitação do “guri”, ou do “estudante”, tal como me chamavam, em quase todas as organizações existentes no prédio. A minha presença no interior das organizações, ou seja, estar ali, olhando e perguntando sobre elas, não produziu o efeito esperado. Naquele momento, percebi que não seria nada fácil o desenvolvimento da pesquisa. Essa postura negativa intensificava-se por parte dos responsáveis das organizações, quando tornava público meu objetivo futuro de vivenciar, durante um determinado período, o cotidiano de alguma cooperativa existente no prédio. Algumas pessoas eram até muito solícitas na primeira conversa, davam informações gerais sobre a organização, mas não deixavam muita abertura para próximas visitas e conversas. As tentativas posteriores resultaram em remarcações sem fim e ou respostas negativas.

A cooperativa na qual minha inserção foi aceita de imediato foi a COOPUNIS – Cooperativas dos Universitários Solidários³⁶. Essa aceitação deveu-se a três importantes fatores: primeiramente, grande parte dos membros desta cooperativa foram meus colegas e amigos durante parte de minha graduação. Outro fator, ligado ao primeiro, é que grande parte dos cooperados possui a mesma formação que a minha e, assim, me veem como “um deles”. Por fim, grande parte dos cooperados já realizou pesquisas e sabem, portanto, da importância de se receber bem um pesquisador e de aceitar ser pesquisado. Todos esses fatores me permitiram um acesso privilegiado para o desenvolvimento do estudo desse espaço.

³⁶ Os nomes das cooperativas e organizações apresentadas neste trabalho são fictícios, busca-se, assim, preservar o anonimato e a privacidade das pessoas e das organizações estudadas.

Essa cooperativa passou a ser meu refúgio, um local onde a experiência de observação era muito tranquila. Quando nada dava certo em outras cooperativas, era ali que ficava para pensar novas estratégias e me refugiar das minhas visitas exploratórias e incursões desastrosas.

Essa relação de proximidade com a COOPUNIS me deixou muito próximo de ser considerado um “nativo”. Além de possuir a mesma formação superior e manter alguns laços de amizade e coleguismos antigos, compartilho o mesmo vocabulário dos membros desse espaço. Porém, não faço parte desta organização, isso se deve, em grande medida, por ter terminado minha graduação em outra universidade.

Percebendo que seria muito importante para a pesquisa acessar outras cooperativas existentes no prédio, utilizei a estratégia que chamei posteriormente de “visita orientada”. Percebendo que existia um cooperado que possuía “trânsito livre” em algumas das cooperativas do prédio, resolvi então propor um passeio com ele, ou melhor, uma “visita orientada” pelas outras organizações. Nessas visitas, eu era apresentado pelo cooperado Euder de diferentes formas: como pesquisador, estudante, amigo ou colega. Mas em todas elas, era relatado meu interesse em conhecer as organizações existentes no prédio e escrever sobre essas informações “para o pessoal da faculdade”.

A abordagem utilizada por este cooperado, não divergia muito das utilizadas em minhas visitas anteriores. A grande diferença, estava em quem as apresentava, ou seja, um “nativo” que tinha ótimas relações com as organizações do prédio. Ele, de alguma forma, me conferia assim uma maior legitimidade de “estar em campo”, cumprindo assim um papel de mediador. Um exemplo que exemplifica esse papel exercido por Euder, ocorreu no momento em que o mesmo entrou em uma cooperativa para entregar uma correspondência e, logo que me viu, comentou: “- Esse daí é gente fina, no Ivan vocês podem confiar até o cartão do Banco (risos)” e em outra oportunidade comentou “podem contar tudo pra ele que ele vai escrever coisas bem legais para a universidade”.

Desta forma, foi graças a essas apresentações consistentes por parte deste “nativo”, que surgiu a possibilidade de desenvolvimento de minha pesquisa em mais uma cooperativa. A COOPERCOSTURA – Cooperativa do ramo da costura, apontou

a possibilidade da realização de outras visitas e observações do espaço, além de um aceite informal para realizar entrevistas com alguns de seus membros.

Era minha segunda visita ao prédio, objetivava realizar uma conversa mais profunda com algum membro da Coopunis. Subia as escadas escuras e úmidas, e prestava mais atenção nos detalhes dos corredores, olhava com cuidado a entrada das cooperativas anotando tudo. Próximo do terceiro andar, ouvi um barulho novo, um barulho até então inexistente. Comecei a buscar de onde vinha aquele som, e percebi que era de várias máquinas de costura funcionando ao mesmo tempo. Parei em frente à porta fechada que fica à direita de quem sobe as escadas. Deparei-me com dois cartazes colados, um na porta e outro na parede ao lado da entrada da cooperativa, impressos em folha de ofício e feitos em computador, com o nome “Coopercostura”. O barulho das máquinas era intermitente, parei um pouco para tentar ouvir alguma conversa, mas mesmo nas pausas das máquinas, nenhum outro barulho passava pela porta. Supus que eles poderiam estar falando baixo e a porta me impedia de ouvi-los, ou que as pessoas estavam focadas no trabalho e assim não conversavam. No dia seguinte descubro ser esta, a maior dificuldade de etnografar uma cooperativa de costura, ou seja, são as máquinas que mais falam em uma cooperativa de produção (Diário de Campo).

Posteriormente, descobri que o pessoal dessa cooperativa, apesar de possuir uma ótima relação com o cooperado Euder, possuem uma relação “conturbada” com a Coopunis. Em minha primeira conversa com a coordenadora da cooperativa, citei a experiência da UNIVENS³⁷, como forma de expor o meu interesse sobre o assunto das cooperativas de costura. Antes mesmo de conseguir terminar a frase, a coordenadora da cooperativa me interrompeu: “Mas aqui é diferente. Na UNIVENS, é muita política, aqui não tem política, só trabalho”. Essa postura assumida pela coordenadora, já apontava para futuras dificuldades no estudo desta cooperativa.

Era minha terceira visita à Coopercostura, sentia menos desconforto e vergonha de estudar o espaço. Esse dia seria importante, pois serviria para testar o quanto a minha presença era aceita neste espaço, ou seja, quanto tempo as cooperadas permitiriam que eu ficasse ali, observando seu trabalho. Descobri, logo de início, que não seria nada fácil. Cheguei na hora marcada, sorri e cumprimentei os quatro cooperados. Logo após o cumprimento geral, a coordenadora questionou: ‘Mas guri, não tínhamos marcado para amanhã?’. Após explicar que tínhamos marcado para aquele dia, perguntei onde poderia ficar, já que não fora oferecido lugar algum

³⁷ A Univens é uma cooperativa de costura, tida como referência em estudos acadêmicos sobre economia solidária e por pessoas ligadas ao cooperativismo (Ver Cruz, 2010 e Oliveira e Júnior, 2010).

até aquele momento. Uma das cooperadas apontou para um canto que ficava entre três máquinas de costura. Ali estava uma cadeira sem encosto, coberta por um monte de retalhos. Logo após recolher cuidadosamente os retalhos e empilhá-los em um balcão, resolvo agradecer a oportunidade de observar o trabalho. Assim que termino a frase, outra cooperada afirma: 'Mas não fica olhando muito que fico com vergonha'. Eu logo sorri achando que era uma piada para 'quebrar o gelo', mas ninguém mais ri. As máquinas recomeçaram com todo o ritmo e o único barulho captado, além das máquinas funcionando, vinha do rádio³⁸ sintonizado na estação Continental. Depois de duas horas de observação, descubro que os poucos diálogos, se resumiam a pedidos de linhas e tecidos. Resolvi, então, escrever detalhadamente como era cada canto deste espaço, a localização dos objetos, esperando que durante esse processo, algum membro conversasse ou comentasse algo (...) (Diário de campo).

Com estes dois contatos realizados, resolvi que seriam com base nos contrastes existentes entre as duas cooperativas que esse estudo seria desenvolvido. Assim, a Coopercostura e a Coopunis compõem a categoria "práticas cooperativas", que constituem o nível de representação que nos informam: *Como fazem economia solidária*.

É importante relatar aqui que mesmo após o período que compreendeu a pesquisa de campo, novas mudanças continuaram e continuam ocorrendo no prédio e nas cooperativas que ali residem. Assim, os processos de negociação dos espaços e os constantes ingressos de novas organizações, constituem uma característica marcante desse prédio.

Apresentarei agora as duas cooperativas que são o foco desse estudo, suas características gerais, as formas de organização interna e os informantes de cada espaço. Os dados apresentados a seguir, mesclam informações oficiais das

³⁸ Perguntei certa vez sobre o rádio, afirmei que ele estava sempre ligado, e na minha concepção era um elemento comum em outros ateliês de costura que conheci. Quem mexia no rádio era apenas o Cooperado Plínio, o único homem da cooperativa. Sobre a escolha da rádio, uma das cooperadas afirma: "Ah é, uma vez ele quase nos matou aqui (risos) Tava aqui, num sábado, nós viemos trabalhar e ele botou só música 'gaudéria' (risos) Eu também gosto, mas o dia inteiro? (risos). Mas tu sabe que a gente tava tão 'atucanada', que só às cinco horas da tarde que a gente foi se dar conta (...) Logo agora que é horário da gente ir embora? Mas é bom um barulhinho, tem vezes que a gente nem presta atenção. Às vezes alguém pergunta: - O que é que falaram nas notícias assim, eu digo: - Não sei, não ouvi, não to prestando atenção. Às vezes a gente nem presta atenção. Pra gente é só um barulhinho".

organizações (documentos, atas e sites oficiais), narrativas, conversas informais, entrevistas gravadas e observações.

4.4 COOPUNIS

4.4.1 Histórico da Cooperativa

A Coopunis³⁹ - Cooperativa dos Universitários Solidários apresenta duas versões para a sua origem. Existe uma versão mais simplificada, que conta que a cooperativa foi pensada pela primeira vez, por alunos e professores universitários, em meados do ano de 2005 e tinham como ideia inicial construir um espaço onde os profissionais das áreas de Ciências Sociais, juntamente com profissionais de outras áreas com nível superior, trabalhassem juntos na prestação de serviços e gerassem, assim, oportunidades de trabalho e renda.

Outra versão mais detalhada, acionada normalmente em entrevistas individuais, relata que a cooperativa surgiu no final de 2005, como alternativa, dada a impossibilidade de construção de um Conselho Nacional de Sociólogos por parte de um grupo de professores e profissionais formados em Ciências Sociais. Ao tomarem contato com experiências cooperativas existentes em outros países, surgiu a ideia de constituírem um espaço de geração de renda e de trabalho para pessoas recém formadas. A proposta foi apresentada para os alunos de uma instituição

³⁹ Segundo o seu site, a Coopunis afirma ser: "(...) um empreendimento cooperativo e solidário, de trabalho associado organizado por profissionais de todo o Brasil de diferentes disciplinas das ciências: sociais, humanas e outras que buscam na qualidade política uma atitude baseada na ética profissional e no compromisso com a boa qualidade de vida para todos, valorizando a nossa ciência e profissão" E no item: O que é a Coopunis, consta: "A proposta desta iniciativa cooperativa e solidária é de tornar-se uma nova alternativa de trabalho, inspirada nos princípios universais cooperativistas e da economia solidária, a COOPSSOL busca projetar sua ação fundamentalmente no campo do desenvolvimento social, gerando novas formas de participação do cientista social, com compromisso ÉTICO e solidário com a cidadania. Nossa organização se constitui assim em um espaço aberto para o debate, a concertação e a apresentação de propostas claras e coerentes, que apontem a reflexão sociológica dos aspectos mais relevantes em âmbito social e que igualmente possam ser elementos positivos das transformações urgentes e necessárias que demanda atualmente nossa sociedade" (Fonte: www.coopssol.coop.br acesso em setembro de 2010).

privada de ensino superior da área de Ciências Sociais e, posteriormente, foi formado um grupo engajado em construir a cooperativa.

Após diversas visitas a outras cooperativas e de reuniões, a COOPUNIS foi fundada em 26 de maio de 2007. Segundo documentos de seu registro, a Coopunis tem como missão: “Trabalhar de forma inovadora, compartilhando saberes junto às instituições públicas, privadas, e comunidade em geral serviços e conhecimentos baseados em propostas claras e coerentes em prol do desenvolvimento social e sustentável”. E possui como visão:

Atuar em todo o Brasil, gerando informações de qualidade, capacitando profissionais, planejando ações e orientando alternativas para as transformações urgentes e necessárias das quais demanda nossa sociedade (Ata de Registro).

Sua primeira sede localizava-se na Av. Silva Só, ocupando a garagem do Sindicato dos Sociólogos. Neste espaço, segundo os membros que vivenciaram esse período, foi possível a realização de reuniões, formações em cooperativismo e visitas a outras experiências cooperativas existentes na capital. Segundo relata um dos cooperados participante da fundação da cooperativa: “Aprendemos a fazer tudo, criamos o estatuto em 2007, e conseguimos aprová-lo após 13 entradas na junta comercial”. Sobre esse período, o mesmo cooperado afirma que:

No primeiro ano (2007 para 2008), visitamos umas 70 organizações, entre cooperativas e sindicatos, para apresentar o trabalho da [COOPERUNIS]. Mas tínhamos inicialmente muita dificuldade, pois não tínhamos dois anos⁴⁰ de existência ainda (...).

Somente em novembro de 2007, a cooperativa transferiu-se para o prédio *Tupy*. A Coopunis passou a ocupar a sala localizada no térreo, possuindo, pela primeira vez, uma sede própria. Nesse processo de mudança, o Sindicato seguiu a cooperativa. A Coopunis inicialmente residia em um espaço cedido pelo sindicato, posteriormente retribuiu o favor e cedeu uma das salinhas do térreo para o Sindicato dos Sociólogos.

Segundo relato dos membros da Coopunis, o presidente do sindicato na época era também membro da cooperativa. Após um desentendimento em uma

⁴⁰ Segundo seus membros, existe uma cláusula em quase todos os editais, que só permitem que cooperativas disputem os projetos, se as mesmas possuírem dois anos ou mais de existência comprovada.

reunião, o presidente resolveu não aparecer mais na sede do sindicato e assim, este espaço ficou vazio. Alguns móveis ainda estão na Coopunis, e a sala no térreo ainda guarda os documentos do sindicato dos sociólogos.

Algum tempo depois, houve uma briga com o presidente do Sindicato, que acabou se desfiliando da cooperativa, levando com ele o Sindicato. Na verdade o Sindicato, seus arquivos e livros continuam no térreo, mas o presidente sumiu...(risos). Acho que ele está em casa, é um autogoverno, uma autogestão...(risos).

Porém, no período em que a Coopunis residiu no andar térreo, enfrentou problemas de infraestrutura, tais como a fiação precária, necessidade de pintura, limpeza e dedetização. Segundo relato do presidente,

(...) [o espaço] tinha uma série de limitações, além de que havia um local de frente pra rua com grande barulho e que inviabilizava seu trabalho. Desconcentrava... estava fazendo um fechamento de relatório... é totalmente inviável. E ali tem de tudo, vendedores (...) (Paulo).

No final de 2009, a Coopunis mudou-se para uma das salas desocupadas do terceiro andar. Segundo o presidente, antes da mudança ser realizada, foi consultado o representante da Fetrabalho, apontado como o “síndico” do prédio na época e que permitiu⁴¹ essa mudança. Segundo alega o presidente, pouco antes da Coopunis se instalar no prédio, a Construc também mudou de andar “sem comunicar ninguém, e não deu problema nenhum”. Com isso, a Coopunis permaneceu ocupando a sala do térreo e as duas salas do terceiro andar.

A ocupação das duas salas, segundo os membros da Coopunis, deve-se à ligação feita pela CEEE que ligou a luz de todo o terceiro andar em nome da Coopunis, e assim: “por precaução [a Coopunis] também ocupou a parte dos fundos, já que a energia estava sob sua responsabilidade”. Buscando se prevenir de possíveis problemas, a cooperativa optou por ficar com todo o andar. Neste mesmo ano a Coopunis teve problemas com sua contadora, que deixou a cooperativa com

⁴¹ Segundo o presidente da Coopunis, o responsável pelo prédio permitiu com a seguinte frase: “Olha, ocupado por ocupado no térreo ou no terceiro não faz diferença, tá ocupando. Sair nós temos que sair porque assinamos aquele termo, então o que a gente pode fazer...?”.

muitos problemas e dívidas. Segundo relatos, esse problema gerou “muita dor de cabeça”.

Atualmente a Cooperativa dos Universitários Solidários possui 37 membros, sendo 22 mulheres e 15 homens. Grande parte são jovens recém formados em curso superior. Eles buscam principalmente editais públicos de projetos sociais, culturais, profissionalizantes, seminários, feiras, formações, como um canal para inserir projetos e disputar licitações. Pretendem assim, oferecer emprego e renda para seus membros e a manutenção da própria cooperativa.

Outro dado importante é a predominância de cooperados ainda não absorvidos pelo mercado de trabalho. Eles buscam obter na cooperativa, oportunidades de trabalho em sua área de formação e ganhar experiência na construção e aplicação de projetos sociais. Seus cooperados são, em sua maioria, jovens de classe média buscando seu lugar no mercado de trabalho, ou buscando experiência em sua área de formação.

4.4.2 Dos Membros

A entrada de novos membros é voluntária, e existe a obrigatoriedade do pagamento de R\$ 100 reais de “cotas parte”⁴². Ao mesmo tempo, existe um debate sobre quem são os membros da cooperativa e qual o perfil de cooperado que eles buscam. Esse tema é recorrente nas assembleias e conversas cotidianas. Essa cooperativa possui grande dificuldade de fomentar a participação de seus membros. Fala-se de uma participação efetiva, que difere da simples presença de alguns cooperados no espaço de trabalho. Segundo o relato do Presidente Paulo, quando a cooperativa realiza algum projeto,

(...) aparecem todos os problemas e defeitos da [Coopunis] e das pessoas que estão na [Coopunis]. Bom, bem vindo ao mundo real e à Economia Solidária, é isso. A [Coopunis] é quem está aqui. Três ou quatro estão fazendo concurso hoje e obviamente estão pensando em suas carreiras no serviço público, o que é legítimo e é

⁴² Segundo o presidente da Coopunis, as cotas parte formam o capital social da cooperativa. Esse valor acumulado permite que a cooperativa entre em editais que possuam exigência de capital social na cooperativa. Esse é um elemento gerador de dificuldades para a cooperativa, já que ela possui poucos recursos acumulados até o momento.

tranquilo. Mas quando eles querem projetar o seu trabalho enquanto cooperados, um trabalho livre, associado... esse é o espaço. A gente vai construindo assim, dia a dia, não é? Mas tem buraco pra tudo quanto é lado. (...) Não adianta vir aqui... olhar computador, olhar MSN e e-mail e não enxergar um projeto que faça conosco e diga: Eu quero pegar esse projeto, eu quero assumir... é um trabalho livre. E as pessoas não compreendem... eu assumo o papel de educador e eu.... talvez não tenha sido competente para convencer as pessoas. Tu chega aqui, pega um edital e vê se dá para nós, se dá pra nós então eu vou fazer. As pessoas vêm aqui e não se acham, elas vêm aqui e eu digo: Dá uma olhada nos editais, dá uma olhada nos editais e nada... não fazem. (...) A presença não é vir aqui, não adianta vir aqui. Como nós vivemos num mundo interligado pela internet, pelo computador todo mundo tem acesso à rede mundial. Então lá estão nossas informações, tem lá a nossa página é uma página produtiva, mas parece minha página, tem uns cem postais lá, todos meus. E não tem um comentário lá, não tem nem um comentário (...) E essa é a verdadeira cooperativa solidária, que tem a ver com política e com nosso lema que é: as pessoas não vêm aqui porque não tem trabalho ou não tem trabalho porque as pessoas não vêm aqui? (Paulo).

Em uma discussão sobre a disputa de um projeto e a sua necessidade de possuir um quadro técnico capacitado, Paulo e outra cooperada, Beatriz, discutem em uma assembleia os critérios de inclusão de novos cooperados em projetos:

Paulo - Nós temos aí o (nome da pessoa) que possui um currículo que...

Beatriz – Mas quem é ele? Quem é ele para fazer isso?

Paulo - Ele não participa muito da [Coopunis], e ele disse: Me chamem quando tiver trabalho,..

Beatriz- Ah, que ótimo (risos). Que simples, né?

Paulo - Mas o currículo dele, é....

Beatriz - Olha [Paulo], o negócio é currículo para estar aqui?

Paulo- Não é a questão do currículo...

Beatriz - Não, não (discussão geral, todo mundo falando ao mesmo tempo) (...) Mas ele vai chegar só para trabalhar não? né?

Paulo - (...) Tu tem que preparar um time aqui para executar, e lá [Brasília] existe uma política nisso, mas uma política feita adequadamente. E ele sabe como fazer isso.

(Assembleia Geral, 11 de setembro).

Nessa passagem fica evidente a discussão sobre os critérios adotados para chamar cooperados para participar de projetos. Existem muitos cooperados que segundo eles, “*orbitam*” na cooperativa. Segundo alguns membros, existem cooperados que aparecem muito pouco, e quando aparecem, “olham o Orkut e e-mail, ou só aparecem para conversar e tomar um chimarrão. Apenas para serem lembrados. Mas nunca buscam novos editais e cursos para a cooperativa”.

Por outro lado, existe uma luta pela participação efetiva dos cooperados. Um exemplo dessa estratégia ocorre nas trocas de e-mails da cooperativa. Em muitos e-mails, constavam frases como: “Venha construir esse espaço solidário”, ou “convidamos os membros para ingressar nessa luta coletiva”, além das várias tentativas de formar grupos de estudo e discussão sobre cooperativismo e economia solidária.

4.4.3 Divisão dos ganhos

Existem dois critérios no que diz respeito à divisão dos ganhos. No caso de um grupo que se encontra trabalhando em um determinado projeto, a divisão baseia-se no número de horas trabalhadas por cada cooperado. Segundo o presidente Paulo, esse constitui uma “forma igualitária dentro da divisão do tempo”. Outro critério ocorre quando a cooperativa participa de editais. Neste caso, a cooperativa obedece os valores pagos por profissionais estabelecidos pelo edital. Segundo o presidente da Coopunis “não há como ela pegar o recurso, fazer um bolo e dividir igualmente, pois o edital estabelece regras e no momento que você aceita participar do edital você tem que respeitar as regras” (Paulo).

4.4.4 Os clientes

Segundo relatos dos cooperados, os principais clientes da Coopunis, por ordem de importância, são: as prefeituras e seus editais públicos, os projetos sociais de economia solidária via Unisol⁴³ – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil, organização responsável por construir projetos, feiras e eventos que movimentam cooperativas e organizações

⁴³ A Unisol Brasil, segundo seus representantes, afirma que esta organização surgiu como alternativa às demais organizações de cooperativismo tradicional, e busca desde o ano 2000 se consolidar como uma organização nacional responsável por auxiliar empreendimentos de economia solidária. (Fonte: www.unisolbrasil.org.br Acesso: Julho 2010).

que se relacionam com “economia solidária” no Brasil. A Sescoop⁴⁴ – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, que solicita cursos de qualificação profissional para cooperativas e empreendimentos, tais como cursos de alimentação e nutrição. Outro cliente importante são os Sindicatos que solicitam pesquisas. E por fim, as parcerias com outras organizações cooperativas que, segundo Paulo, objetivam:

(...) focar no próprio cooperativismo, a própria ideia da intercooperação que a gente possa... trabalhar pra outras cooperativas e outras cooperativas possam trabalhar pra nós, é um elemento de fortalecimento do próprio grupo.

4.4.5 Os Parceiros

Além dos clientes, a Coopunis possui um universo de parcerias com tramas muito complexas. Isso se deve ao fato de existirem muitos membros que fazem parte de diferentes organizações, ocupando diferentes cargos ao mesmo tempo. Por exemplo, o cooperado Paulo, além de ser o presidente da Coopunis, acumula cargo de coordenador da UNISOL da região sul, além de fazer parte das reuniões como membro da Sescoop e da Fetrabalho.

Assim, é possível perceber uma rede de vínculos e proximidades entre as organizações, onde as mesmas pessoas ocupam diferentes cargos, capazes de tecer vínculos e formar redes de parceria que se articulam mutuamente. Por outro lado, essa trama é também geradora de conflitos. As parcerias nem sempre são tranquilas e sem concorrência. Uma fala da cooperada Beatriz, exemplifica muito bem essas dificuldades, ao relatar a busca por uma parceria mais consistente com a Unisol:

Então a Unisol é alguém que ela precisa olhar para nós como parceiros (sic). E se ela não tiver fazendo isso, nós vamos ter que chegar em alguém que eu não sei quem é... que pode ser contigo mesmo e dizer: ‘parai’ meu amigo, tu não está jogando direito essas

⁴⁴ A Sescoop é uma organização, responsável por organizar e realizar cursos que promovam a autogestão e a democracia em espaços cooperativos. Possui como missão: “Promover o cooperativismo, a capacitação, a formação profissional, a autogestão e desenvolvimento social nas cooperativas” (Fonte: <http://www.ocb.org.br/site/sescoop/> Acesso em outubro de 2010).

cartas (...). Quando a gente busca parceiros, às vezes a gente busca os parceiros que nos querem como parceiros, outras vezes eles não nos querem como parceiros (...). Porque assim, entre os 'irmãos', a UNISOL que é esta rede que é um jogo político (...). Mas como é que as afinidades se procuram entre os pares? Então estou perguntando isso: somos pares? Eles nos querem? Que a gente quer, nos quer? Eu tenho visto tanto esse desencontro, né? Às vezes os que me querem como parceiro, eu não quero. Os que eu quero como parceiros, 'me queimam'. E a gente fica e fica e fica nessa história. É que nem um casamento, é muito mais difícil achar um parceiro para um casamento e gente, eu achei tão fácil o meu! Mas olha, estabelecer parcerias, gente, hoje isso é muito difícil. Eu estou dizendo isso também, pois fico muito tranquila de dizer que por muitas vezes eu já vi que nós não fomos desejados como parceiros (Beatriz).

4.4.6 Os cooperados

Do total de membros vinculados à cooperativa, apenas alguns comparecem diariamente a este espaço. Escolhi contar com dois informantes, com vivência diária na cooperativa. Não busquei relatar todos os cooperados que convivem nesse espaço, meu objetivo foi trazer alguns personagens mais solícitos à pesquisa, trazendo suas trajetórias e seus olhares, relatando assim possíveis formas de entendimento desse universo.

4.4.6.1 Paulo, o presidente

“Tem uma frase da Madre Tereza da Calcutá que diz: Nenhum homem tem direito de sair da frente de outro ser humano deixando-o igual ou pior que antes de ter se colocado em sua defesa” (Paulo).

O cooperado Paulo é o atual presidente da COOPUNIS, um dos idealizadores e fundadores da cooperativa. Paulo é natural do interior do Rio Grande do Sul, filho de pequenos agricultores. Possui formação superior em Ciências Sociais, com passado em militância política em Porto Alegre. Trabalhou na prefeitura da capital durante dez anos (1988 até 1998), sendo que quatro deles no departamento de habitação, quatro anos no centro administrativo da região norte e mais dois anos no

programa de descentralização administrativa. Em 1999, trabalhou no governo do Estado do Rio Grande do Sul, e mais quatro anos no orçamento participativo.

Trabalhou também para a iniciativa privada, na área da saúde. Segundo ele, nesse período, o trabalho “era um pouco *desfocado*⁴⁵ da minha área, mas eu trabalhava a questão da educação à distância, educação cooperativa”.

Paulo é filiado ao sindicato dos sociólogos desde 1992, representante eleito da Unisol atualmente responsável pela coordenação das reuniões da região sul. Segundo ele, a ideia de colocar a palavra “solidários” no nome da cooperativa, foi resultado de sucessivas reuniões e discussões.

Eu defendi no nosso estatuto que não deve haver reeleição, então você trabalha numa nova perspectiva de construir lideranças para assumirem o empreendimento, das pessoas fazerem projetos, captarem recursos para os cooperados, projetos sociais, educativos. Então eu trabalho bastante essa ideia de constituição de novas lideranças, dirigentes com a ideia da autonomia, gestão, democracia, enfim sendo um cooperativismo verdadeiro (Paulo).

Existe no discurso desse cooperado, uma posição clara de militância pela construção de uma “outra forma de trabalho” e uma “outra sociedade”. Alguns exemplos ilustram essa constatação. Em e-mails⁴⁶ enviados por ele aos sócios da Coopunis, constavam assinaturas como: “Sds solidárias” ou “Abraços solidários”. Alguns e-mails possuíam conteúdos políticos partidários, como a íntegra de uma entrevista do Presidente Lula, debates sobre Socialismo; além de críticas aos meios de comunicação, tais como a Revista Veja e a Rede Globo. Paulo tentou organizar grupos de discussão sobre cooperativismo e economia solidária, mas esse processo não teve seguimento por falta de interessados e se resumiu em apenas uma reunião com poucos membros.

⁴⁵ Os termos *foco*, *focado* e *desfocado* são comuns nos discursos dos cooperados da Coopunis. Utilizados para explicar se o trabalho corresponde a sua área de formação superior ou não. Ter *foco* corresponde a um trabalho de nível superior, dentro de sua área de formação.

⁴⁶ Os e-mails analisados correspondem ao período de março de 2010 até Fevereiro de 2011 em que fui aceito no Grupo de e-mails da cooperativa. Assim, passei a receber todas as correspondências gerais da Coopunis.

4.4.6.2 Euder

“Aqui não se trabalha tanto (...) e o trabalho aqui na cooperativa me permite ter liberdade”
(Euder).

Euder é natural do município de Marcelino Ramos, região do Alto Uruguai, interior do Rio Grande do Sul. Com trinta e cinco anos de idade, possui diversas experiências de trabalho. Sua primeira atividade foi na lavoura e, com aproximadamente dezoito anos, foi morar em Caxias do Sul e trabalhou em uma gráfica. Posteriormente, veio para Porto Alegre e trabalhou em uma empresa de consultoria em parceria com a sua irmã.

Formado como técnico em contabilidade alguns anos antes, ingressou posteriormente no curso superior em Ciências Contábeis. Não chegou a concluir o curso, segundo ele, por descobrir seu interesse por disciplinas de humanas. Desta forma, ele buscou o curso de Ciências Sociais. Sobre isso, afirma:

Aí eu entrei. No início aqueles textos, eu lia e não entendia, mas era...você ia aprendendo coisas ali que você não tinha noção que podia ser daquela forma. Então a faculdade toda quatro anos parece que foram dois meses,(...) mas você ia pelas discussões, você ouvia a teoria e relacionava a teoria com exemplos e era a prova que você entendeu (Euder).

Seu ingresso na cooperativa deu-se quando estava terminando a graduação do Curso de Ciências Sociais em uma instituição privada de ensino superior de Porto Alegre, sendo um dos fundadores da Coopunis. Segundo ele, esse período inicial foi determinante. Segundo seus relatos, é possível perceber que o “grupo original” e os novos integrantes possuem diferenças importantes entre si:

A gente não pode dar todo aquele... aquela formação que a gente tinha no início, na fundação, porque era o grupo todo e todo o grupo teve aquela formação, homogênea de discussões, enfim, de uma série de elementos que seriam essenciais pra trabalhar com o cooperativismo.

Esse cooperado é também secretário da cooperativa. Ele afirma possuir uma identificação forte com o seu trabalho na Coopunis. Segundo ele, a liberdade de escolher os trabalhos e conseguir melhor remuneração são as principais características do seu trabalho na cooperativa.

4.4.7 Sentir-se em casa na Coopunis

Já fazia aproximadamente dois meses que não aparecia na Coopunis, eu estava em fase de análise dos dados e listando as informações que faltavam ser coletadas. Resolvi então fazer uma visita à Coopunis, saber das novidades e principalmente se tinha alguma previsão para a reunião do condomínio⁴⁷.

Parei em frente ao prédio e liguei para o número da Coopunis, alguém atendeu:

- Alô [Coopunis].
- Alô, quem fala?
- [Euder],
- Fala [Euder], é o Ivan. Vim fazer uma visita...
- Espera aí, que 'to' descendo a chave.

Na janela do terceiro andar, surge Euder, ele começa a descer a chave presa em um barbante. Esse foi o sistema inventado pela Coopunis para não ter que descer e subir a toda a hora para abrir a porta. Posteriormente, descobri que essa atitude era geradora de polêmicas por parte de outras cooperativas. Quando a chave chegou em minhas mãos, abri a porta e dei um leve puxão para avisar que a chave já poderia ser recolhida. Percebi que as pessoas que estavam passando na rua ficavam olhando essa cena com muita curiosidade.

Subi as escadas e cheguei ao terceiro andar. E logo encontrei o Euder, fechando a porta da Coopunis. Nos cumprimentamos com um aperto de mão e ele logo me convidou para almoçar. Caminhamos para a outra sala que fica exatamente na frente da Coopunis. Ali havia uma cozinha, dois banheiros, três salinhas e um espaço grande com uma mesa, que parecia ser projetado para ser um refeitório. Sentado nesta mesa estava Paulo, logo que me viu, convidou-me também para almoçar:

- Olha o Ivan aí...tudo bem? Que bom...veio almoçar com a gente? Se não comer, a comida que sobrar vai fora.

Acabei aceitando o convite e me servi de massa com carne. Muitas risadas e piadas foram contadas ao longo desse almoço. Uma situação engraçada ocorreu ao final do almoço, quando já

⁴⁷ A reunião do condomínio ocorria sempre que havia alguma necessidade de discutir ou resolver problemas no prédio. Ela tem que ser avisada a todas as organizações existentes no prédio, o aviso ocorria com poucos dias de antecedência e assim era muito difícil estar presente.

estávamos recolhendo os pratos e levando à cozinha. Perguntei aos cooperados onde afinal ficava a cooperativa de turismo e qual era seu nome, pois essa cooperativa aparecia em alguns relatos. Eles me apontaram a porta de uma das salinhas que ficava atrás de mim. Me surpreendi inicialmente, pois nunca havia percebido aquela porta. Perguntei se existia alguém naquele espaço. Paulo, afirmou que sim, e foi até a porta, bateu três vezes e disse:

- Vou te apresentar pro pessoal aqui.

Euder começou a rir e disse que eles também dificilmente encontram a porta aberta e todos caíram na risada. Paulo chamou pelo nome da responsável pelo espaço e simulou que ela respondeu. Pronto, mais risos (Diário de Campo).

Nesse dia, foi possível perceber que, além de buscar trabalho em editais, este espaço cooperativo permitia compartilhar angústias acadêmicas, existenciais e pessoais. Além de compartilhar experiências de pesquisas de campo e discussões sobre teorias e sobre política. Durante toda tarde, acompanhei novamente a rotina de trabalho desses dois cooperados e fiz mais algumas entrevistas, sempre servido de chimarrão e de café preto.

4.5 Confluências e dissidências da Coopunis - Relação entre vizinhos

A Coopunis não possui um convívio tranquilo com a maioria das organizações que habitam o prédio. Segundo afirma Paulo, existe uma relação de “parceria” entre muitas organizações, mas são parcerias frágeis. Uma afirmação de Euder ilustra bem essa questão: durante uma assembleia da Coopunis, Euder relata uma estratégia para apresentar um projeto para as demais organizações, na próxima assembleia geral do prédio:

O condomínio nos tem como se fôssemos... pessoas do mal, sabe? E a ideia é assim, chegar na assembleia com o projeto e diz: - Olha, nós ganhamos um projeto de um tele-centro, nós temos um espaço, então vamos aproveitar o espaço. Vamos chegar com o projeto já aprovado (risos) porque o tele-centro é uma coisa popular, uma coisa pública (Euder).

A Cootravips é uma cooperativa que presta serviços de limpeza e conservação para a Prefeitura de Porto Alegre. Instalada no prédio recentemente, essa cooperativa possui uma sede na Zona Sul da Capital, e alega “ser importante

ter também uma sede no centro, pois nossos cooperados são muito carentes e aqui eles pegam apenas uma condução”. A Cootravips veio a ocupar as duas salas do quarto andar no mês de setembro de 2010. O espaço foi inicialmente fechado e só depois de um período de dois meses, as salas foram realmente ocupadas.

Sobre a Cootravips, existe uma opinião negativa por parte dos cooperados da Coopunis. Em todas as falas, existe uma crítica muito clara sobre o tipo de cooperativismo assumido por essa cooperativa. Essa visão crítica é acentuada nas falas desses cooperados, quando avaliam a postura das coordenadoras da Cootravips. Segundo Euder, “elas funcionam na base do grito e do palavrão. Não são pessoas ruins, mas que parecem chefe, ah isso parecem”. Outra passagem reforça essa visão:

A [Cootravips], que é uma cooperativa que tem bastante recurso, tem a prefeitura de Porto Alegre como cliente, tem uma estrutura muito boa na zona sul e tal. De repente a [Cootravips] foi candidata a ocupar o quinto andar, com uma ideia de fazer um centro de formação de cooperativismo, que na verdade não é bem isso (...). Só que as cooperativas de trabalho têm grandes dificuldades: primeiro que há uma proliferação dessas cooperativas para precarizar o trabalho, então é claro que é preciso estimular o emprego, mas nesse caso, são estimuladas por pessoas muito espertas para a precarização do trabalho, para baixar salários, (...) sonhando direitos, não pagando nos períodos combinados, enfim, elas entram de uma forma assim... de uma forma extremamente predatória, violenta e buscam assim ganhar (...) de uma forma avassaladora por oferecer salários incompatíveis com o mercado (Paulo).

Já a relação existente entre a Cooperunis e a Coopercostura é a mais tensa. Essas duas cooperativas ocupam pólos extremos nas posturas adotadas em relação ao prédio. Não é possível estabelecer o “marco zero” deste conflito. Mas é possível apontar alguns elementos motivadores desses desentendimentos. Um deles foi a mudança realizada pela Coopunis para o terceiro andar. O presidente Paulo fala da postura de uma cooperada da Coopercostura e relata como ela se posicionou sobre a mudança:

Ela [Rose] achava que nós tínhamos que ficar como estávamos, ela teria aquela segurança, pela possibilidade da gente iniciar uma ocupação desordenada (...) é uma postura que a gente, assim, reconhece como... uma posição ideológica dela, ela é dos partidos conservadores, PSBD. Ela fez algumas declarações assim não

diretamente, colocou sempre obstáculos à mudança de andar (...) (Paulo).

Quando perguntado se essa postura crítica em relação à Coopunis era dirigida às demais organizações, Paulo responde:

Foi dirigida a nós mesmos, porque, assim, as outras cooperativas todas são muito acomodadas, parceiras, concordam, e a única medida que tomaram, que foi um pouco desafiadora, foi quando ocuparam o primeiro andar sem comunicar ninguém. Claro que isso foi a senha também para outras formas de ocupação (...) a ocupação, mesmo sendo um ato que exige acordo do proprietário, ela exige organização também, e até era uma das coisas que eu defendia (Paulo).

Os membros da Coopunis reconhecem que as demais cooperativas do prédio se acharam injustiçadas pelo fato da Coopunis possuir três salas. Segundo Euder, o termo de compromisso assinado independe do local de ocupação do prédio. Ao mesmo tempo, ele reconhece que alguns espaços deveriam ser melhor utilizados. Segundo Euder, em uma reunião de condomínios, ocorrida meses depois da mudança da Coopunis para o terceiro andar, ouviu-se a seguinte afirmação: “Cooperativa não precisa de latifúndio”, que fazia alusão às três salas ocupadas no prédio pela Coopunis.

4.6 COOPERCOSTURA:

4.6.1 Origem da Coopercostura:

Quando se pergunta sobre a origem da Coopercostura, o que se recebe é um documento impresso com o histórico resumido da cooperativa. O conteúdo, porém, não divergiu dos relatos de seus membros. Assim, a Coopercostura – Cooperativa do ramo da costura, surgiu do interesse por parte de uma grande empresa de confecção em terceirizar seu setor de costura. A pessoa responsável pela criação da cooperativa divulgou um anúncio em um jornal popular, chamando mulheres interessadas em trabalhar em uma cooperativa.

Segundo uma das cooperadas, das cento e oitenta pessoas que apareceram na primeira reunião, a grande maioria desistiu ao saber que o trabalho não era “de carteira assinada”. Uma parte das pessoas aderiram ao projeto da empresa e aceitaram trabalhar como terceirizadas. Um grupo de aproximadamente quarenta pessoas resolveu “lutar para montar outra cooperativa de costura”. No ano de 2003, essas trabalhadoras constituíram a Coopercostura. Segundo relata seu documento: “Passamos por muitas dificuldades, (...) tudo que conseguimos foi através do nosso esforço” (Documento – Origem da Coopercostura).

Instalada no mesmo local desde a sua fundação, sua sede foi conseguida através de um contato com a Fetrabalho, que já prestava auxílio na parte legal da cooperativa e a OCERGS. Entre as fundadoras da cooperativa, estão duas cooperadas que permanecem até hoje trabalhando no local, a Cooperada Laís e a Cooperada Rose.

A dificuldade inicial da cooperativa era evitar os abandonos e os desligamentos das cooperadas. Segundo relatam, muitas delas, após aprenderem o ofício da costura, abandonavam a cooperativa para trabalharem como terceirizadas. Outra dificuldade encontrada ocorreu com o roubo das “cotas parte” pela primeira coordenadora da cooperativa. Após alguns meses, algumas cooperadas começaram a desconfiar da coordenadora e, segundo elas,

(...) chamamos uma reunião, eu, ela e mais duas do conselho fiscal, aí chamamos ela [coordenadora] (...) fomos procurar os papéis, ela [coordenadora] não tinha mais dinheiro, foi um horror, bem complicado. Ela que pagava as contas da cooperativa. Tiramos do próprio bolso pra manter.

Durante o ano posterior ao roubo, as cooperadas tiveram maior dificuldade de manter a cooperativa. Com a saída da coordenadora e com o sumiço de grande parte do dinheiro das “cotas-parte”, as demais cooperadas resolveram “ficar” com a máquina de costura da coordenadora. Segundo afirma Laís “essa aqui nós conquistamos da colega que nos roubou, a máquina ficou como uma parte do pagamento”.

Com o tempo e com o aparecimento de alguns clientes esporádicos, a cooperativa começou a “se manter”, possibilitando pagar uma renda mensal mínima para seus membros. Posteriormente, surgiu o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos,

que forneceu uma máquina de costura em regime de comodato. Essa máquina, somada às demais máquinas trazidas de casa por cada uma das cooperadas, permitiu que a cooperativa pudesse trabalhar, produzindo diversos tipos de peças e acabamentos.

Os relatos das cooperadas reforça a ideia das dificuldades enfrentadas pela cooperativa. Segundo relata uma das cooperadas:

Ano passado nós ficamos seis meses com pouquíssima coisa que entrava, pra nós. A gente paga nossa passagem, nossa comida, olha eu até tava a fim de desistir, só não desisti por causa dela aqui, mas agora também, começo de ano é terrível, é pouca coisa (Helena).

Além dos longos intervalos existentes entre uma demanda e outra, a cooperativa sofre por não ter a estratégia de captar novos clientes. Eles não possuem site e contam somente com indicações de clientes antigos ou de contatos com lojas, já anteriormente conquistados.

4.6.2 Ser aceito no campo de pesquisa

Eu havia marcado uma entrevista geral junto aos membros da Coopercostura. Essa entrevista já estava na terceira remarcação, e no instante da minha chegada na porta da cooperativa, a coordenadora afirmou: “Bah guri, pode ser semana que vem? Hoje estamos numa correria”. Eu sempre aceitei sem insistir, pois sabia que esse espaço é de produção e de geração de renda. Mas, nessa quinta-feira chuvosa, cheguei bem mais cedo. Tinha marcado a uma e meia da tarde, mas cheguei em frente ao prédio às onze e meia. Resolvi ligar para confirmar se a entrevista ocorreria:

-Alô [Coopercostura].
- Oi, é o Ivan, tudo bem?
-Tudo
-Tínhamos marcado hoje a uma e meia para fazermos umas entrevistas, tudo certo pra hoje?
-(Suspiro) Bom, se tu não te importar de estamos trabalhando junto, pois estamos cheios de serviço.
-Não, imagina, sem problema. Que horas posso passar aí então?
-Então tá, passa depois da uma e meia, tá? Tchau.

Próximo das duas da tarde, chego na entrada da cooperativa e vejo o único cooperado do sexo masculino, arrumando uma máquina de costura sozinho. Fiquei inicialmente desapontado. Ao perguntar onde estavam as demais cooperadas, ele diz:

- As 'gurias' saíram para resolver coisas de banco e tal, mas o que seria?

Respondo que queria conversar com eles, mas que se ele me permitisse, poderia aproveitar e já fazer algumas perguntas. Ele não recusou e, antes mesmo que eu começasse a perguntar, ele já começou a falar da sua formação e de onde nasceu. Essa entrevista foi muito produtiva, aos poucos as demais cooperadas foram chegando e no meio da tarde me foi oferecido pela primeira vez uma xícara de café e a conversa foi mais aberta, com todos opinando e conversando. Depois daquele dia, a minha inserção nesse espaço foi muito mais tranquila, e os próprios cooperados pensavam questões do cotidiano da cooperativa e me esperavam para relatar (Diário de Campo).

4.6.3 Dos membros

A Coopercostura possui dezenove membros, sendo que quinze trabalham em casa e quatro trabalham diretamente na cooperativa. Busquei de diversas formas saber como funcionava a relação das cooperadas que trabalhavam em casa. As respostas eram sempre vagas, e não deixavam margem para perguntas mais específicas sobre o tema. Mas segundo a coordenadora, essas cooperadas tinham motivos para querer trabalhar em casa, que iam desde cuidar dos filhos até o cuidado de pessoas enfermas.

O único membro do sexo masculino que compõe o grupo, trabalha diretamente no espaço da cooperativa. Não foi percebida muita abertura para a entrada de novos membros nessa cooperativa. Ao que tudo indica, não existe um interesse por parte de quem já trabalha neste espaço. Segundo afirma a coordenadora:

Com nós quatro aqui, se não tem serviço a gente morre abraçado, entendeu? Quando muito vamos embora mais cedo, entendeu? Mas a gente está aqui todo o mês. Se vem outra, não vai fazer isso, com certeza. Porque onde faltou serviço e a grana diminuiu, né? É para todo mundo. Então por isso a gente não pega ninguém para ficar aqui (Rose).

A pouca abertura existente para o ingresso de novos membros, também é apontada como um problema por outros cooperados. Plínio relata que, assim que sua aposentadoria sair, ele e a sua esposa (coordenadora Rose) irão sair da cooperativa. Assim, ele busca que as demais cooperadas tragam pessoas dispostas a aprender. Ele afirma: “Olha tchê, não quero dizer assim, não sei se a cooperativa vai ter futuro. (...), já cansamos de dizer pra elas trazerem alguém pra aprender o corte, e até agora não veio ninguém...então é um troço chato, né?” (Plínio).

4.6.4 Divisão dos Ganhos

A divisão dos ganhos no interior da Coopercostura baseia-se em dois critérios. Para as quinze cooperadas que trabalham em casa, o pagamento é feito por peça produzida ou, segundo as cooperadas, “ganham por peça trabalhada”, diferente do que acontece com as quatro cooperadas que trabalham diretamente na cooperativa, onde tudo o que for produzido é dividido em cinco partes iguais. Quatro partes são para os membros e a quinta fica para a cooperativa, como forma de pagamento das despesas gerais com o espaço, tais com água, luz, telefone, matérias-primas, eventuais manutenções das máquinas e condimentos para lanches, tais como café, bolachas e água. A princípio, essa prática contradiz o estatuto da cooperativa, que afirma “Toda a cooperada deve pagar um total de R\$ 20,00 (vinte reais) por mês para as despesas da cooperativa” (Estatuto da Coopercostura). Mas segundo a coordenadora, “isso não pagaria os custos da cooperativa, assim resolvemos essa divisão por cinco”.

4.6.5 Os clientes

O principal cliente da Coopercostura é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul que, juntamente com o patrocínio do banco oficial do Estado, encomendam lotes de quimonos para a prática do Karatê em projetos sociais. Esse cliente representa o único cliente fixo, fonte de segurança para o trabalho e a renda das cooperadas. Segundo afirma uma delas, “a gente conta com aquilo ali pra fazer

durante o ano, aquele ali é o fixo nosso”. Porém, as cooperadas alegam que a cada renovação de contrato com o Governo do Estado e o banco patrocinador, “é aquela ladainha, o problema é só eles assinarem, eles levam muito tempo”.

Segundo as cooperadas, quem ajuda a cooperativa a fazer pressão para a assinatura desse contrato é a Federação Gaúcha de Karatê, responsável por intermediar o processo, ou seja, a Coopercostura nunca entrou em contato direto com o Governo. Isso é realizado pela Federação que, somente após a confirmação da assinatura do contrato junto ao Governo, repassa a solicitação das quantidades junto a cooperativa. Ao final do processo, a Federação Gaúcha de Karatê recebe os quimonos encomendados e os distribui nos projetos sociais promovidos por seus associados.

Esse contato para a fabricação de quimonos surgiu, inicialmente, através de uma empresa do ramo de roupas que, ao invés de produzir as peças para o Estado, contrataram a cooperativa para fazer os *quimonos*. Porém, as cooperadas estavam descontentes com o baixo valor pago por peça produzida. Elas “foram atrás” e descobriram que poderiam fornecer diretamente para a Federação. Assim, dispensaram a empresa intermediária e conseguiram, não só oferecer um preço menor do que o cobrado pelo intermediário, como também obtiveram maior ganho por peça produzida.

As cooperadas relatam a existência de outros clientes esporádicos, tais como pequenas lojas, pequenos trabalhos de ajuste e de confecção de roupas sob medida. As lojas normalmente trazem as peças cortadas, bastando montar as peças, costurar e fazer o acabamento. Elas afirmam que o corte das peças só é realizado nos “nossos produtos”. Segundo elas, “às vezes, por exemplo, eles pedem bolsa, se deu o tecido, aí o corte é nosso, se não tem que vir prontinha pra gente costurar”.

Existem diferentes posturas em relação aos “clientes antigos”, e os “clientes esporádicos”. Para os “clientes antigos”, também chamados de “clientes fixos”, o pagamento é realizado apenas no ato da entrega ao cliente. Existiria, segundo eles, uma espécie de confiança maior nesse tipo de cliente. Já para os “clientes esporádicos”, ou seja, clientes que não definem encomendas em períodos determinados, é necessária a cobrança de uma “segurança” no ato da encomenda,

o restante sendo quitado no ato da entrega dos produtos. “Isso evita que o cliente ‘esqueça’ a encomenda e com isso perdemos tempo e dinheiro”.

4.6.6 Processos Decisórios

Existem diferentes decisões que são tomadas ao longo do processo de trabalho. Sobre a compra de materiais, os cooperados relatam que “*sentam e conversam*”, mas muitas das compras já fazem parte da rotina, como é o caso dos tecidos para os quimonos. Não foi possível acompanhar muitos processos de discussão sobre a definição de horários, mas em diferentes relatos, percebe-se que essa discussão, ocorre sempre que surge um trabalho com prazo “pra ontem”⁴⁸.

4.6.7 Agentes Apoiadores

As cooperadas relatam que a cooperativa recebeu auxílio direto de um dos coordenadores da Fetrabalho, não só o auxílio inicial, com sua documentação e registro legal, mas também como intermediário junto à OCERGS, que culminou na obtenção do atual espaço no prédio. “Se é uma coisa que ele [responsável pela Fetrabalho] pode passar pra nós ele passa. Se nós precisarmos de ajuda ele ajuda” (Laís).

Além da OCERGS, responsável por ceder a salinha no prédio e o posterior aval para a permanência no espaço, mesmo após sua saída, existe o apoio do sindicato dos metalúrgicos, já anteriormente relatado. Agora, os cooperados buscam um apoio dos “padrecos” de uma instituição religiosa, para a aquisição de uma máquina de costura nova.

⁴⁸ Em muitos casos, além de possuir um prazo curto, o material demora a chegar e com isso “esses serviços que são pra ontem(...) não podemos fazer milagre, se eles não respeitam o prazo da entrega do material, como nós vamos respeitar a entrega do produto feito?” (Rose).

4.6.8 Os cooperados

4.6.8.1 Rose, a coordenadora

“Gurí, eu já te falei:
cooperativa não ajuda cooperativa”
(Rose).

Rose é natural de Novo Hamburgo, fundadora e atual coordenadora da cooperativa. A mesma afirma que não tinha vontade de assumir essa função mas, com a saída de primeira coordenadora que roubou as cooperadas, acabou “sobrando para ela”. Formada em Administração, aposentou-se em 1994. Desde então, trabalhou em alguns bicos e cuidou de casa.

Rose é vista por parte dos membros como uma figura autoritária. Ela mesma reconhece essa sua postura e afirma: “Eu sou meia mandona mesmo, porque eu quero a coisa bem feitinha”. Uma situação que ilustra claramente essa postura ocorreu, quando outra cooperada, a Laís, retornou de uma reunião para acertar a forma de pagamento “dos trabalhos” com um cliente. Após o relato e uma intensa discussão, Rose finaliza a discussão dizendo: “Então vamos ver, não tem mais esse negócio de ligar pra ela, e se tu ligar eu vou descontar de ti o telefone. (...) (Suspiro) (Rose).

4.6.8.2 Plínio

“Aprendi a costurar, como aprendi
tudo nessa vida... fazendo”
(Plínio).

Com 62 anos de idade, Plínio é casado com a cooperada Rose há mais de 35 anos. É pai de três filhos. Natural de São Borja veio morar em Porto Alegre com 14 anos, para terminar seus estudos. Após o término da escola, passou direto no vestibular e ingressou no curso de Arquitetura. Ele já trabalhava em uma empresa da construção civil mesmo antes de ingressar na faculdade. Trabalhou durante vinte e sete anos para esta mesma empresa, desenvolvendo projetos de construção no

interior do Estado, “eu me formei lá dentro” afirma. Formou-se em arquitetura em 1982 e seguiu trabalhando na mesma empresa até 1998. Neste mesmo ano, assumiu o cargo de diretor de obras no Governo do PT, ficando neste cargo até o ano 2000. Hoje ele possui filiação política no PDT.

Plínio aposentou-se no início de 2004, e foi nesta época que ingressou na cooperativa. Como a cooperativa já estava “montada”, ele desconhece maiores detalhes sobre esse período. Plínio explica sua entrada na cooperativa:

A [minha esposa], se aposentou em 1994, ela se aposentou antes de mim. Então pô, não dá pra gente ficar parado, o que a gente vai fazer? Aí resolvemos começar uma cooperativa, né? Tipo assim... surgiu no jornal, surgiu uns caras fazendo cooperativa e tal, e a [Rose] é muito... espoleta, ela não pode ficar quieta (...) A gente criou dois filhos só nós dois (...) nunca tivemos empregada, nunca tivemos nada, levávamos pra creche, e o serviço de casa a gente sempre...sempre dei mão pra ela, a gente sempre trabalhou junto, então...é a mesma coisa, vamos trabalhar junto? vamos trabalhar junto (...)aí foi então que começamos a cooperativa aqui (Luis).

Quando perguntado como é trabalhar com a esposa ele responde: “Não tem nada...ela faz o serviço dela e eu faço o meu, de vez em quando a gente discute coisas assim...”. Este cooperado afirma ter aprendido a função do corte e de manutenção das máquinas de costura “aqui dentro”. Relata que, como tudo em sua vida, ele aprendeu fazendo. Ele explica que durante sua infância, aprendeu a cozinhar e a costurar com sua mãe, observando e tentando fazer igual.

4.6.8.3 Laís

“Não gosto de ter chefe e,
por isso, nunca tive”
(Laís).

Laís é natural da cidade de Mostardas. Quando pequena, ajudava muito a mãe. Saiu muito cedo de casa e trabalhou como corretora de seguros e planos de saúde durante muitos anos. Não tem filhos. Afirma que aprendeu a costurar com a irmã, quando juntas abriram um ateliê de costura, logo depois que largou o emprego de corretora. Esta cooperada acompanhou o processo de constituição da cooperativa desde o início.

Quando perguntada se trocava o trabalho na cooperativa para exercer a mesma função com carteira assinada, alega que “não aceitaria porque com carteira se ganha menos do que a gente ganha aqui e o serviço é muito puxado também.” Ela afirma que a palavra que melhor definiria a sua experiência na Coopercostura é “força de vontade”.

4.6.8.4 Helena

“Aqui é bom, mas é diferente”
(Helena).

Helena é natural da cidade de São Gabriel, casada e com dois filhos, possui experiência profissional em diferentes empresas e setores. Atualmente é moradora do Bairro Partenon que, segundo ela, “é uns vinte e cinco minutos do centro”. Seu marido “trabalha na Santa Casa e é técnico de enfermagem, mas não exerce a função, trabalha em outro setor”.

A primeira experiência profissional da Helena com carteira assinada durou mais de quinze anos em uma fábrica de sorvete em sua cidade natal. Resolveu morar em Porto Alegre só depois de casada e, então, mudou de emprego “depois trabalhei em outros [empregos]: loja, vendedora, em ‘super’, em um monte de lugar. Depois eu parei um pouco e foi onde eu conheci as gurias daqui, num curso”. Sobre seu trabalho na cooperativa, ela afirma:

Gosto do que faço, entendeu? Mas em termo assim de grana você tem que trabalhar muito e quando eu trabalhava fora eu ganhava super bem (...) direito a férias, décimo terceiro, tudo, porque aqui não tem nada disso, férias, décimo terceiro, você não tem nada, tem que batalhar pra conseguir aquele dinheiro, porque, se não aparecer, não tem aquele dinheiro.

O contato de Helena com a cooperativa ocorreu depois de ingressar em um curso de costura oferecido pela prefeitura. Foi nesse curso que conheceu Laís, que a convidou para ingressar na cooperativa. Seu ingresso ocorreu depois que a cooperativa já estava melhor consolidada, uns dois ou três anos depois da sua fundação. Alega que seu maior aprendizado em matéria de costura ocorreu na prática diária de trabalho, segundo ela “aprendi na marra....(risos)”.

4.6.9 Gênero

Na Coopercostura, existe uma diferença de gênero relacionada ao trabalho e ao tratamento entre as cooperadas. Plínio é o único homem da cooperativa, e é marido de Rose. Ele é o responsável pelo corte das peças, arrumação das máquinas e pela arrumação e dobragem das peças para entrega.

Durante as etnografias, Plínio tinha o controle do rádio, que deixava sempre ligado. A altura do volume e escolha da estação eram sempre dele. Talvez porque trabalhava em pé e assim fica mais fácil de fazer esse serviço, mas em nenhum momento vi as demais cooperadas mexendo no rádio. Em alguns momentos surgiam algumas reclamações do tipo: “Ah [Plínio] não sacrifica com essas músicas gauchescas... troca aí” (Rose).

Outra questão interessante é o tratamento entre os cooperados. Sempre que Laís e Helena se referiam ao cooperado Plínio era como “Seu [Plínio].” e ele se referia a elas como “Dona”. Porém, com sua esposa não tinha essa relação. O mesmo ocorria entre as mulheres da cooperativa, cada uma chamava as demais diretamente pelo nome. Porém, quando as cooperadas não estavam, eram chamadas por Plínio de “gurias” ou “elas”.

Quando perguntei se existia alguma brincadeira ou preconceito no trabalho de um homem no ramo da costura, Plínio revelava que esse preconceito não existia com ele. Porém, ao relatar seu processo de aprendizagem na infância, onde a maioria dos oito irmãos era do sexo masculino ele afirmou que:

(...) todos nós sabemos fazer, todos nós sabemos fazer tricô, costura, bordado e nenhum “abixalhou” (risos)...então não tem nada a ver, o troço é origem mesmo e foda-se (...)(Plínio).

Em outro momento, perguntei como ele explicava o seu trabalho, se aconteciam algumas brincadeiras sobre a costura ser trabalho de mulher, e ele respondeu:

Eu trabalho numa cooperativa...ué...eu faço corte...corte dos tecidos. E não..não não tem esse tipo de coisa. Só o que fazia isso era um

professor, quando eu era gurizote...as minhas camisa era eu que desenhava. A minha mãe fazia as camisetas e me chamavam de 'modinha'...modinha..(risos) mas era gozação de amigos, coisa de amigo. Mas nunca teve isso (Plínio).

Por fim, uma situação muito interessante sobre a divisão das funções no interior da cooperativa ocorreu quando Plínio colocou anteriormente que ele era o único responsável pela manutenção das máquinas da cooperativa. Ao ser perguntado sobre o conserto de uma das máquinas, foi possível identificar uma dimensão de gênero articulada com a distinção entre trabalho braçal e intelectual.

Rose :- Tu consertou ali amor? Ah, tu é um gênio...

Plínio : - Ah, hoje eu to....

Rose: - Inspirado? Não porque foi a Lecí que descobriu ali que era no pé.

Plínio: - Então porque que ela não consertou?

Rose: - A não, aí já é trabalho braçal.

Plínio: - Não, mental também...

Rose: - Não, mental não porque foi a Lecí que descobriu, não vamos tirar o mérito dela...ela sentou ali....e eu disse pra ela, tu não vai dar um jeito na máquina Lecí? Eu que não vou arrumar.

Plínio: - Então eu vou desmontar ali e mostrar....vou pedir para vocês desmontar e vou mostrar para ver o que que vocês vão fazer ali...

Rose: - Não..não, pode deixar assim, está ótimo assim (Diário de Campo).

4.6.10 Confluências e dissidências da Coopercostura - relação com vizinhos

Existe uma visão clara dos membros da Coopercostura frente às demais organizações que habitam o mesmo prédio. Existe, por exemplo, uma relação muito tranquila entre a Coopercostura e a Fetrabalho. Essa relação positiva é fruto de ajudas e parcerias recebidas ao longo do tempo, que resultaram em uma relação pessoalizada, ou seja, sempre que se fala da Fetrabalho, é o mesmo nome que aparece. Segundo afirmam as cooperadas, ele é o “nosso principal parceiro no prédio”. Em nenhum momento, foi acionado outro nome que representasse essa organização. As demais organizações existentes no prédio, segundo relatos da Rose: “Elas...elas não fedem e nem cheiram, elas não atrapalham e não ajudam, então é isso, menos a [Coopunis], claro”.

As cooperadas da Coopercostura, possuem uma relação muito tensa com os membros da Cooperativa dos Universitários Solidários. Segundo relatam, tudo

começou quando a Cooperunis estava “lá no térreo e aí depois começaram a vir, depredar o prédio, tanto é que o prédio já está destruído, eles não pediram pra ir pro terceiro andar e estão no terceiro andar, quer dizer muitas regras foram quebradas por eles” (Laís). Sobre a depredação, eles relatam o roubo de maçanetas, pias de banheiro, portas, vidros de andares até então desocupados.

Assim, o primeiro elemento de conflito com a Coopercostura, foi o fato da Cooperativa dos Universitários Solidários ter subido do andar térreo para o terceiro andar. Segundo as cooperadas da Coopercostura, até então, não havia essa opção para nenhuma cooperativa, principalmente porque as salas que estavam em melhores condições, que correspondiam às do terceiro, do quarto e do quinto andares, ainda não tinham sido ocupadas. Ainda sobre a ocupação do terceiro andar, elas afirmam:

(...) Isso pode a vir nos trazer problemas depois. (...) É que eles são muito pentelhos, acham que podem chegar e pegar as coisas. Não é assim, tem que respeitar os limites. Foi colocado assim... que a sede não é nossa, nos foi cedido o segundo andar, só pode nós, então não podem ficar... o andar de cima está todo destruído mesmo. Tá muito difícil (...).

As cooperadas entendem que é legítimo uma cooperativa necessitar de mais espaço, mas todas as cooperativas também precisavam. Elas afirmam que essa atitude deixa as cooperadas com medo de que o Ministério do Trabalho intervenha no prédio, por problemas causados pela Coopunis.

Outro elemento causador de conflito é a maneira encontrada pela Cooperunis de resolver o problema da inexistência de portaria e de porteiro eletrônico. A cooperativa teve a ideia de deixar a chave da entrada do prédio pendurada do lado de fora por um barbante. Outro elemento de muito conflito é a postura assumida pelo presidente da Coopunis (Paulo) em reuniões e discussões. Segundo relato da Rose, ele “fica louco, grita... e eu digo pro [Paulo]: isso aqui não é comício e nem debate político, é reunião de condomínio” (Rose).

Segundo as cooperadas da Coopercostura, o problema é “aquela chave pendurada lá, não pode. Entra qualquer pessoa e você não sabe quem é”. Segundo elas, todas as cooperativas possuem o mesmo sistema, ou seja, alguém liga a cobrar para o telefone da cooperativa, assim que alguém atender uma ligação a

costrar, já sabe que tem alguém querendo entrar para falar com a cooperativa. Essa é a senha para que algum cooperado desça e abra a porta de entrada. Segundo relatam, a chave pendurada, coloca todo o prédio em risco. “O ruim é que as regrinhas são quebradas... a da chave, por exemplo. A chave não pode estar lá... muitas vezes a porta ficou aberta por conta disso” (Helena). E Laís completa: “e sabe como é, um prédio público, chega alguém querendo invadir, algum malandro, então é esse o problema”.

Por fim, existia até o momento dessa entrevista, um problema relativo ao pagamento mensal de água e luz. Todas as cooperativas dividiam essas contas de forma igual, mas a Coopunis estava com alguns meses em atraso. Sobre isso Helena afirmou:

Eles têm que cuidar das coisas deles lá e nós aqui, o prédio não é nosso, a gente paga água, luz, telefone, eles não pagaram; tem que dar um jeito, eles têm que pagar, não vamos se envolver demais (...) tanto eles lá em cima, quanto os outros ali embaixo... não tem problema com nenhum deles (Helena).

4.7 Analisando as “Práticas Cooperativas”

4.7.1 Indivíduo ou Pessoa – De onde falam os cooperados

Durante a pesquisa etnográfica, que nos possibilitou colher informações sobre o funcionamento de duas cooperativas, além de apresentar alguns de seus membros, acessando o seu cotidiano de trabalho, também foi possível identificar sucessivos conflitos e discussões ocorrendo no interior das cooperativas e entre os membros de diferentes cooperativas. Esses conflitos refletem, de alguma forma, a constante construção do que é “ser cooperado”. Mas antes de entender essas diferenças, é preciso analisar como cada grupo de trabalhadores percebe seu espaço de trabalho. Este elemento é central, pois permite estabelecer quem são esses trabalhadores e de onde partem suas falas.

Algumas “categorias sociológicas⁴⁹” propostas por DaMatta (1997), serão agora utilizadas para construir nossa análise, objetivando,

dar conta daquilo que uma *sociedade pensa* e assim institui como seu código de valores e idéias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para traduzir aquilo que a *sociedade vive e faz* concretamente – o seu sistema de ação que é referido e embebido por seus valores (DAMATTA, 1997 p. 14).

Nosso objetivo inicial será captar, nos discursos dos cooperados, quais valores orientam sua leitura referente à sua experiência cooperativa. Pretendemos descobrir como os valores identificados em suas falas sobre seus espaços de trabalho, expressam as lógicas sociais desses sujeitos.

(...) Pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou “embebido” – como diria Karl Polanyi – em outros valores que servem como orientação geral (DAMATTA, 1997 p. 30).

Durante as entrevistas e vivências no interior desses espaços, percebi nas falas desses sujeitos, o uso recorrente de expressões como “lá embaixo”, “os lá de cima”, “dentro” e “fora”, ao se referirem às demais cooperativas e organizações existentes no prédio. Segundo DaMatta, essas explicações são mais do que explicações topográficas, elas informam diferenças econômicas, históricas, de antiguidade, etc. (DAMATTA, 1997).

Nesses conflitos e conversas cotidianas, os valores acionados nos discursos dos cooperados, podem ser identificados com o que DaMatta (1985) chamou de discurso de “pessoa”. Retomaremos os conceitos de *indivíduo* e *pessoa* e de *casa* e *rua*, de DaMatta (1985), para pensar essa realidade cooperativa.

DaMatta argumenta que o objetivo principal de uma análise baseada em oposições, é buscar o elemento que se situa entre elas. A “casa” e “rua”, segundo o autor, constituem entidades morais, “essas palavras não designam simplesmente

⁴⁹ DaMatta afirma que: (...) a *casa* e a *rua* [são utilizadas] como duas “categorias sociológicas” fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira de uma maneira globalizada. (...) uso “categoria sociológica” no sentido preciso de Durkheim e Mauss (DAMATTA, 1997 p. 14).

espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis” (DAMATTA, 1997 p. 15). Assim, identificar quais lógicas sociais predominam nos diferentes discursos desses cooperados, nos permite identificar quais elementos cruzam e se misturam nessas oposições.

Segundo o autor, existem leituras pelo ângulo da *casa*, que ressaltam a figura da *pessoa*. Elas são dotadas de alta intensidade emocional, confundindo-se com o próprio espaço social. “Nesses contextos, todos podem ter sido adversários ou até mesmo inimigos, mas o discurso indica que também são “irmãos” porque pertencem a uma mesma pátria ou instituição social (DAMATTA, 1997 p. 19).

Já as leituras construídas pelo ângulo da *rua* são dotadas de uma maior rigidez, um idioma baseado na lei, que ressaltam a figura do *indivíduo*, “da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação” (DAMATTA, 1997 p. 19).

Assim, os conceitos de *indivíduo* e *pessoa* são oposições que constituem as lógicas sociais. As falas dos cooperados são permeadas por valores, que dão sentido ao discurso. O espaço da *casa* está para o discurso de *pessoa*, assim como o espaço da *rua* está para o discurso de *indivíduo*. Essas lógicas valorativas constituem visões de mundo opostas, que nos informam sobre quais segmentos sociais pertencem os interlocutores e, assim, captar em seus discursos como o espaço social é concebido. Passamos agora, para a análise de algumas passagens, que nos permitem o exercício analítico desses dois estudos de caso.

A Coopunis possui membros formados ou recém formados em curso superior na área de Ciências Sociais. Quando perguntado sobre os motivos que levam os demais cooperados a ingressarem na cooperativa, Euder respondeu:

(...)Tu acaba ficando... eles esperam que tu seja **uma Madre Teresa⁵⁰ de Calcutá**.(...) E assim, se identificar é uma questão de não ter **lá fora** o que fazer. Então é um lugar que se encontram aqui, se tu não tiver aqui, tu vai estar aonde? Não está mais na universidade, tu não está tendo um trabalho, e aqui acaba sendo parte das discussões que são feitas na universidade, são feitas **aqui**

⁵⁰ Aqui a palavra *Madre Teresa de Calcutá* remete a um cuidado e atenção extremos, solicitados pelos demais membros da cooperativa, que segundo Euder, não corresponderia à atitude de uma direção de cooperativa. Esse termo é recorrente nas falas desses cooperados, retomaremos esse termo mais à frente.

dentro (...) aqui tu se encontra, não fica totalmente perdido, não fica no vácuo (...). Teve um caso da nossa vice-presidente que saiu para **trabalhar fora**. Foi para lá e acabou voltando depois. Mas no fim ela pediu demissão. Ela não tinha mais perspectiva de ficar.(...) (Euder).

Nessa passagem, é frutífero perceber o uso de elementos valorativos (“aqui dentro” e “trabalhar fora”) na fala de Euder. Em outra passagem, o mesmo cooperado afirmou que: “Teve um cara que saiu porque ele foi **trabalhar fora**, aí foi trabalhar e acabou voltando”. Ou ainda, explicando o grupo que deu origem à cooperativa: “todos se sentiam... estavam **ali dentro**, cada um tinha vontade de fazer”. Nessas falas, o “dentro” constituiria um espaço acolhedor, espaço onde seus membros são tratados como iguais. O “fora” constituiria um espaço de disputas, onde sua existência fica à deriva, desprotegida.

Outro exemplo é a fala da Cooperada Beatriz, que ressalta a importância que o trabalho possui em sua vida. Ela relatou durante uma reunião, o motivo que a fez participar menos da Cooperativa:

Mas eu preciso trabalhar, sustento a minha família junto com o meu marido e eu preciso trabalhar. (...) E vocês sabem que mesmo eu **trabalhando fora**, eu nunca deixei de ajudar (...). Ah tá, então chegou **alguém de fora**, embarca e vem... não dá. Será que a gente não tinha um quadro que pudesse dar conta daqui de **dentro**? (Beatriz).

Esses discursos de Euder e Beatriz, refletem a visão compartilhada pelos demais membros dessa mesma cooperativa, quando os mesmos relatam a sua visão sobre o trabalho e suas vinculações com o espaço cooperativo. Essa oposição identificada nessas falas nos permite utilizar como parâmetro a construção proposta por DaMatta de “casa e rua”, que constituem esferas de significação social que “fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. É que eles [casa e rua] contêm visões de mundo ou éticas particulares” (DAMATTA, 1997 p.47). Assim, no caso da Coopunis, para se falar da experiência cooperativa, a lógica de *pessoa* é acionada.

No caso da Coopercostura, todos os cooperados, possuem experiência anterior de trabalho com carteira assinada. Pergunto para Helena, se ela tem vontade de voltar a ter carteira assinada algum dia. Sobre isso, afirmou:

(...) Eu gosto do que eu faço. Mas em termos de... como é que eu vou te dizer... de “grana”, tu tem que trabalhar muito, entendeu? Quando eu **trabalhava fora** eu ganhava super bem. Lá tu tem décimo terceiro, férias... e aqui tu não tem nada disso, entendeu? Tu não tem nada disso...teve um tempo que eu até estava a fim de desistir, só não desisti por causa dela aqui (Laís) por que ela é assim ó, muito **amiga** (Helena).

Essa passagem apresenta uma visão comparativa, entre a experiência atual e a experiência de trabalho assalariada anterior. Onde a experiência anterior existe no lado de fora, da rua. Esse discurso evidencia também a sua visão sobre o espaço de trabalho. Ou seja, os espaços de trabalho são dotados de visões valorativas que dão sentido aos espaços sociais. Na fala de Helena, os laços de amizade estão no mesmo nível que as garantias econômicas e trabalhistas. Assim, a permanência em um espaço que não garanta direitos trabalhistas é justificada pelos laços de amizade formados neste mesmo espaço.

Outro exemplo que ilustra essa visão sobre o espaço de trabalho é o discurso de Helena. Quando perguntada sobre as dificuldades de convivência em um mesmo espaço de trabalho, ela afirmou:

De vez em quando “quebra o pau” (risos), que nem família. “Bah”, tu não tem noção do que dá de briga **aqui dentro**. Assim ó, por exemplo, nós, eu e ela **aqui dentro**, eu sei que nós, que eu sou muito brava **aqui dentro**, no momento em que tu me desrespeitou, né? No momento em que tu me desrespeitou como pessoa e como profissional, aí eu fico furiosa, entendeu? Eu acho que é normal.... Não sei, pois quando eu **trabalhei fora** com muitas pessoas, não era assim (...) o problema é que sempre tem uma querendo mandar na outra, aí complica, porque se todas somos sócias ninguém pode mandar em ninguém. Agora eu e ela a gente se dá super bem. A gente se estranha, mas aquilo é normal, **que nem irmã** (Helena).

Quando a cooperada Helena distingue o que é o trabalho de “fora” e apresenta a relação de amizade-consanguinidade que a faz continuar a trabalhar

“dentro” da cooperativa, vemos o uso de valores morais em seu discurso. A amizade e o companheirismo apontam para a sua forma de conceber o espaço. Segundo DaMatta (1997), são “leituras pelo ângulo da casa [que] ressaltam a pessoa. São discursos arrematadores de processos ou situações. Sua intensidade emocional é alta. Aqui, a emoção é englobadora, confundindo-se com o espaço social (...)” (DAMATTA, 1997).

Desta forma, assim como ocorre na visão dos cooperados da Coopunis, as cooperadas da Coopercostura acionam de forma preponderante as lógicas valorativas de *pessoa*. Assim, o que essa dimensão de representação nos mostra é que essa construção de indivíduos existentes nas propostas dos “especialistas engajados” entra em choque com a prevalência do um olhar valorativo de *pessoa* existente na dimensão da prática cooperativa. Essa visão de *pessoa* englobaria então as possíveis tentativas de construir uma visão de indivíduo “solidário”. No nível de representação das “práticas cooperativas”, o espaço de trabalho constitui um local onde os vínculos e as relações sociais constituem o elemento valorativo central, capaz de explicar, em parte, a tensão existente nas construções do “ser cooperativado”.

Vimos anteriormente que, tanto nos níveis de representação dos “especialistas engajados”, quanto dos “acadêmicos”, constitui elemento comum a idealização da existência de “indivíduos solidários” trabalhando no interior dos espaços cooperativos vinculados à noção de “economia solidária”. Porém, encontramos nos nossos dois estudos de caso, lógicas discursivas que nos permitem afirmar a existência de *pessoas* no interior dessas duas cooperativas.

Ao mesmo tempo, essa visão de *pessoa* não é a única. É possível perceber alguns indícios da dimensão de *indivíduo* identificada no discurso dos cooperados, quando os mesmos refletem sobre suas práticas cotidianas de trabalho. Em grande medida, em ambos os espaços cooperativos, alguns cooperados tecem críticas referentes a algumas situações específicas, nos quais os valores de *indivíduo* (DaMatta, 1997) são acionados.

Durante uma assembleia da cooperativa, Beatriz da Coopunis expressou o seu descontentamento com a postura do cooperado Paulo, como presidente.

Segundo ela, sua postura estaria destoando muito do que se espera de um presidente. Beatriz define essas atitudes como “de paizão”, e afirmou:

Eu acho que essas coisas... Aí eu entro em algo que é bem pra ti [Paulo]. Que é esse teu sistema de **paizão**, paternalista que permitiu isso, né? Isso permite que abracem muito isso e, eu não vou dizer que é isso é negativo, porque eu nunca vi isso como algo ruim no teu sistema. Só que lá pelas tantas eu consegui me dar conta que esse sistema iria nos levar lá para onde (...) todo mundo chega, usa, vai e volta e tudo bem? (...) Que tem como pensar agora, o que nos serve e o que não nos serve agora. Tem o tal do pragmatismo, mas ‘hello’, bem vindo ao mundo real (Beatriz).

Nessa passagem, fica clara a crítica dirigida ao presidente, referente à sua postura “paternalista” no interior da cooperativa. Segundo Beatriz, “este espaço é para gerar renda e suprir necessidades e não um lugar onde todos são acolhidos e tratados como ‘filhos’. Uma visão de indivíduo é ensaiada nesse discurso, um discurso que clama por uma postura mais rígida e exigente, capaz de instaurar novos processos sociais, nos quais as pessoas sejam tratadas como colegas de trabalho, e não como familiares no interior de um espaço produtivo.

Assim, é possível perceber uma espécie de crítica a essa postura familiar e de camaradagem por parte do presidente da Coopunis. Porém, ao mesmo tempo, essa mesma cooperada aciona relações de família em seu discurso, retoma a lógica de *peessoa* quando, em uma assembleia, explica no que consiste o desafio prático de estabelecer alianças ou parcerias:

Eu tenho visto tanto esse desencontro, né? Às vezes os que me querem como parceiro, eu não quero. Ou os que eu quero como parceiros, ‘me queimam’. E a gente fica e fica e fica nessa história. **É que nem um casamento**, é muito mais difícil achar um parceiro para um casamento e gente: eu achei tão fácil o meu! Mas olha, estabelecer parcerias, gente, hoje isso é muito difícil. (...) Aí eu chego aqui, alguém que ajudou a construir e eu era alguém absolutamente estranha. E eu só não fui embora, porque a ‘**cria**’ era minha, eu criei a vida inteira a **criança** dos outros e agora que a ‘cria’ é minha eu vou abandonar? Aqui é minha ‘cria’, aqui é a primeira história que eu ajudei a construir, desde o início (Beatriz).

É possível também, identificar alguns valores de *indivíduo*, na fala dos cooperados da Coopercostura. Plínio listou algumas dificuldades de manter a

cooperativa com demandas inconstantes de trabalho. Em um dado momento, ele afirmou não concordar, com a forma com que são construídas as relações com os clientes pelas “*gurias*” da cooperativa. Segundo ele,

(...) assim, que eu já tive experiência de quando eu trabalhava lá [na construtora]... Esse negócio de **amizade** com cliente eu sempre digo que não dá muito certo, né? E elas estão notando que realmente não dá certo. O cliente é o cliente e a gente é a gente. Então eles querem abusar muito, aí até que um dia o cliente chegou aqui... E não sei o que.... E disse: pô, é só fazer uma costurinha... Então o senhor faz assim, o senhor sente na máquina e faça a costurinha (...) então como a gente começou a fazer? A gente começou a pegar o dinheiro adiantado (Plínio).

Rose, em outra ocasião, responde a esse mesmo comentário do marido, afirmando: “Sim, ele diz isso agora, que não é pra fazer amizade e tal... Mas chega na hora e ele também não mantém”. Assim, a lógica de impessoalidade no trato com os clientes é apontada como uma necessidade, mas não é possível, segundo eles, realizá-la na prática.

Assim, é possível perceber alguns indícios de lógicas valorativas de *indivíduo*, no discurso desses cooperados. Porém, esses valores não são capazes de englobar as lógicas valorativas de *pessoa*, que predominam no interior desse espaço. No caso da Coopunis, mesmo constatado como um problema, essa postura de pessoa por parte do presidente, os cooperados afirmam que “essa postura também de paizão, sempre me deixou muito à vontade aqui dentro”. Assim, mesmo existindo indícios de valores de *indivíduo*, esses valores são englobados por práticas característica de *pessoa*.

No caso da Coopercostura, mesmo quando são alertados para a importância de uma postura menos “amiga” com os clientes, todos os cooperados afirmam a dificuldade de manter a máxima da lógica capitalista: “Amigos, amigos, negócios à parte”.

Esse dado informa sobre a existência de um discurso que clama em alguns momentos por uma postura baseada no *indivíduo*, baseada em uma maior rigidez e impessoalidade, mas que na prática, é englobada pela dimensão de *pessoa*. De certa forma, a existência dessas duas lógicas, nos informa sobre os motivos de

alguns conflitos existentes no interior desses espaços e, até mesmo, entre os cooperados de diferentes espaços.

A Coopunis é formada unicamente por universitários de nível superior, que buscam no espaço cooperativo, realizar suas aspirações profissionais. A Coopercostura possui alguns cooperados com nível superior completo, porém, estes optaram por abdicar de sua trajetória profissional e passaram a realizar as mesmas funções de trabalho braçal que as demais cooperadas com formação básica. Ao contrário do que pensam os analistas mais apressados, a universidade não é, necessariamente, capaz de construir um discurso pleno de indivíduo. A respeito da capacidade do aparelho escolar em constituir um processo de *individualização*, Magnani (1986) afirma:

O próprio aparelho escolar, que é afinal voltado explicitamente para a inculcação de um hábito letrado, racionalista (solidário com a cultura permeada pelo individualismo), parece ter generalizados e intensos limites de eficácia de múltipla ordem, (...) apesar da atração que exerce sobre as classes trabalhadoras o valor do *estudo* (MAGNANI, 1986 p. 138).

No final do capítulo 3, afirmei que a nossa proposta de análise, realizada em duas cooperativas, não tomaria o conceito “economia solidária” como indicador, mas como fonte de inspiração para pensar a realidade dos trabalhadores cooperativos. Assim, busco analisar agora, como os trabalhadores inseridos em espaços que de alguma forma são vistos ou identificados como de “economia solidária”, permeados por uma visão de *pessoa*, dão sentido às suas práticas de trabalho.

Nossa análise corrobora com a constatação defendida por Cardoso (1986) que, ao chamar atenção para a importância do resgate da subjetivação como instrumento de trabalho na prática da pesquisa, afirma:

A relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas (CARDOSO, 1986 p. 103).

É nesse ponto que essa nossa dimensão de representação, apresenta um dado relevante. Ela nos permite compreender, em parte, as tensões existentes nas construções do “ser cooperativado”. Partimos da ideia de que esses valores identificados, mais do que colocados em oposição, ocupam diferentes lugares, constituindo hierarquias.

4.8 As identidades “solidárias”:

4.8.1 Identidades solidárias da Coopunis

Podemos refletir agora sobre a formação crítica que constitui o profissional da área de Ciências Sociais, onde sua legitimidade profissional possui características distintas⁵¹. A formação nas Ciências Sociais tem a particularidade de formar profissionais que possuem algum tipo de compromisso com questões políticas e sociais, e isso faz com que os membros da Coopunis carreguem algumas características profissionais distintas. Sua inserção profissional não se dá, portanto, por uma simples inserção no mercado tradicional. O que de alguma forma, explica a escolha pela formação de uma cooperativa e não uma empresa tradicional.

A Coopunis é uma cooperativa de prestação de serviços, e grande parte dos seus membros não tem a cooperativa como sua principal forma de sustento⁵². Assim, existem interesses diversos e difusos relacionados aos vínculos cooperativos. Outro elemento importante é o tipo de trabalho desenvolvido neste espaço. Segundo afirma Paulo,

(...) é um trabalho de criação, de construção de conhecimento. E como a gente materializa esse trabalho? Na nossa área de pesquisa que a gente achava que era nosso grande foco, (...) aparece muito pouco. (...) Tu chega aqui, pega um edital e vê se dá para nós, se dá pra nós então eu vou fazer. As pessoas vêm aqui e não se acham, elas vêm aqui, vêm meio dia aqui e eu digo: dá uma olhada nos editais, dá uma olhada nos editais e ‘hum hum’... Não fazem. (...) O nosso produto, é um produto nosso, nós precisamos criar ele,

⁵¹ Tal como defende (Bourdieu, 1999).

⁵² Muitos cooperados ainda moram com os pais. Outros possuem trabalhos fixos e tratam a cooperativa como fonte de renda extra. Já outros, reconhecem que estão vinculados ao espaço até conseguir um emprego, depois abandonam a cooperativa. Segundo Euder, “aqui não se trabalha muito (...) é um espaço que permite continuar os debates travados na faculdade, muita discussão e pouca ação”.

inventar. Ou se adequar aos produtos que estão aí, né? (...) Mas como a gente não tem recurso, acabamos nos limitando a esses que estão ofertados aí, né? Ou de pesquisa, ou de diagnóstico de assessoria, consultoria. E isso ainda tem que entrar na compreensão das pessoas, né? Compreender como é esse sistema, o que eu estou fazendo aqui. As pessoas têm que encontrar algum sentido aqui, se elas não encontram sentido elas não ficam aqui (Paulo).

Acionamos agora nossa fonte de inspiração, ou seja, nosso nível de representação dos “especialistas engajados”, que nos permitiram perceber como e onde são acionados os valores ditos de “economia solidária”. Essa conexão entre “os que falam sobre” e “os que fazem”⁵³ “economia solidária”, nos permite, segundo Magnani (1986):

O acesso privilegiado a essas imagens mentais, as representações, é o discurso dos agentes, e a precaução metodológica – para se ter segurança de que não se está operando com dados puramente subjetivos – costuma ser a atribuição de identidades, de acordo com o recorte escolhido (...) (MAGNANI, 1986 p. 128).

Cabe aqui uma ressalva. Não estaremos buscando identificar a referência direta dos “especialistas engajados” nas falas desses cooperados, algo que seria de se esperar no discurso dessa área do conhecimento. Estamos, conforme já definimos anteriormente, buscando identificar valores que orientam a construção de sentido referente à noção de “economia solidária” para os trabalhadores que participam dessa experiência.

Seguimos os discursos desses atores cooperativos, buscando destacar seus sentidos conferidos à noção “economia solidária”. Com isso, propomos analisar suas falas e suas práticas, identificando os valores mais cristalizados em seu discurso, ou melhor, alguns indícios das identidades do trabalho cooperativo. Sobre seu conceito de *identidade valor* Magnani afirma:

É nesse sentido que eu falaria, para designar os traços, os elementos ou os núcleos de valores que propiciam a consolidação

⁵³ Segundo afirma Magnani, “discurso e prática não são realidades que se opõem, um operando por distorção com respeito à outra, são antes pistas complementares para a compreensão do significado” (MAGNANI, 1986 p. 140).

de certos limiares de identidade, em *efeitos de substantividade*, que são o que se oferece mesmo à etnografia e só através do que podemos ter acesso a qualquer projeto analítico (MAGNANI, 1986 p. 130).

Analisaremos agora o discurso de alguns cooperados da Coopunis. Quando perguntado sobre o que era solidariedade e se ela existia no interior da Coopunis, Euder afirmou:

(...) tu acaba vendo que existem instituições ainda que tentam reforçar ou criar essa.... Esse **novo comportamento solidário**. Que até ontem nós estávamos pesquisando, alguns projetos e... Têm vários projetos, vários editais abertos para trabalhar a construção de **uma outra economia**, uma **outra solidariedade**, **não é porque tu quer ter.... Quer derrubar o capitalismo**, mas **tu trabalhar não nessa coisa de competir com o outro**, de estar ali, de tentar **destruir essa lógica da competição**, que tu está sempre competindo, sempre na mesma. Aí a ideia é assim: **trabalhar a solidariedade** numa visão de auxílio ou, de **organização de pequenos grupos**, por exemplo. Que está ali e, tu não consegue, talvez **montar um empreendimento**, ou produzir algo único, pensem em talvez trabalhar a questão da tolerância no grupo, a organização, montar esse empreendimento, montar com responsabilidade tem muito mais força (Euder).

É possível identificar que Euder aciona alguns elementos valorativos existentes na proposta conceitual de Jean Laville [e França Filho]. Este autor defende uma concepção de economia solidária, fundada em um modelo de democratização da economia. Laville [e França Filho] não buscam superar o modelo econômico vigente, mas democratizar a economia, inserindo novas formas de produção de riqueza, baseado em outros valores e em novos espaços.

Ao mesmo tempo, é possível perceber no discurso de Euder a centralidade que a ideia de oposição à competição e a sua devida substituição por um “novo comportamento solidário”, preocupação essa, comum nas concepções de “economia solidária” de Laville [e França Filho], Gaiger e Singer, nos quais a solidariedade ocupa um papel central em suas noções.

Porém, não podemos afirmar que a visão de Euder seja fixa e acabada. Existem algumas variações e re-significações conforme o contexto e a situação. Por exemplo, no início da pesquisa, quando o mesmo cooperado brincava com o nome

da Coopunis, ele dizia “a cooperativa dos universitários solitários”, fazendo referência à falta de participação dos demais cooperados e ao pensamento individualista que ainda persistia. Seis meses depois, perguntei o significado da solidão que ele havia anteriormente citado em suas brincadeiras, e o mesmo respondeu:

Não, isso eu brincava antes, agora acho que o problema é a participação coletiva dos cooperados. Vir aqui não adianta, ficar conversando é bom, mas a cooperativa precisa mais que só fazer reunião (Euder).

Outra questão comum nas assembleias da Coopunis é o uso constante da referência à *Madre Teresa de Calcutá*. Em distintos momentos, o comportamento solidário é problematizado, fazendo-se referência a esta personalidade religiosa.

Mas tu lembra que quando foi feita a reunião eu falei: Mas o que a [coopunis] vai ganhar com isso? Lembra [Paulo]? (...). E eu questioneei o porquê, pois nós não somos **Madre Teresa de Calcutá**, nem nada pra... Pra entrar nisso de graça. E nós não acordamos isso com eles também. A gente queria estar nesse espaço e, naquele momento, ficou acordado de entrar naquele espaço de graça, assim (Beatriz).

Esse tipo de referência deixa clara uma tensão existente entre o que é e o que não é solidariedade para esses cooperados. Essa referência a uma solidariedade filantrópica, muito característica nas ações da Madre Teresa, está presente na discussão proposta por Laville. Este autor diferencia a solidariedade filantrópica da solidariedade democrática, colocando a última como característica da economia solidária.

No caso da Coopunis, o “ser solidário” possui dois entendimentos: um consiste na prioridade da cooperativa em ajudar os outros, inserindo mais membros para depois gerar renda. O outro é gerar renda para depois incluir mais membros. Durante muitas conversas entre os cooperados, a solidariedade é concebida como ajuda, em outros momentos, principalmente nas assembleias, a solidariedade é concebida com alternativa a uma prática de disputa. Essas duas visões estão em constante negociação.

Durante a assembleia geral da Coopunis, Beatriz refletiu sobre a dimensão de cooperação em oposição à disputa existente entre os parceiros, e afirmou: “E eu pensei: Meu Deus do céu, eu quero que alguém **coopere** comigo. Eu não quero ganhar apenas nesse jogo político de **perder ou ganhar**. Eu quero fazer com que ele **coopere**, né?” (Beatriz). Nessa passagem, é acionada a questão levantada por Singer no que diz respeito à oposição existente entre os princípios da economia solidária e a economia capitalista. Segundo Singer, conforme apontado anteriormente, a economia solidária não possui como objetivo central a competição, no caso de uma empresa cooperativa solidária, a **solidariedade** constitui um **indicador** de eficiência, em oposição ao lucro e à competitividade nas empresas capitalistas (SINGER, 2002). Em seu discurso, Beatriz nos informa sobre a necessidade que a cooperativa possui de conseguir relações de cooperação, mas, ao mesmo tempo, sem fazer nada de graça.

O Presidente da Coopunis constitui um exemplo também muito importante para se refletir sobre os valores “solidários” acionados pelos demais cooperativados. Como já afirmamos anteriormente, esse cooperado possui uma postura mais engajada e militante em relação ao ideal de “economia solidária”. Ao falar do que é ser um cooperado, Paulo afirma:

(...) Mas eu acho que esse é o sentido da minha vida, valorizar a ciência, que eu acho que ela tem muito.... Pra humanidade e para a minha profissão, profissão de sociólogo que, eu não tenha trabalho alienado, que **eu possa trabalhar num modelo cooperativista, associado, alguém que se relaciona com outro dessa forma democrática total**, que **não tem ninguém aqui que me diga o que eu tenho que fazer**.

Paulo possui, num primeiro momento, um discurso muito afinado com os valores defendidos por Paul Singer, quando relata a possibilidade revolucionária da economia solidária superar o modelo econômico vigente. Um exemplo que ilustra essa questão é quando Paulo relata o que significa sua experiência de trabalho atual:

(...) eu acho que estar nesse projeto, eu me considero que não estou meramente num projeto cooperativista, meramente social e tal, eu penso que **essa coisa da economia solidária pra mim cooperativismo é um projeto de vida, é um projeto de vida**, é aquela frase: ah, eu não sou cooperativista, estou cooperativista, eu

não sou solidário eu estou solidário. Eu diria não, **eu sou cooperativista, eu sou solidário e acho que esse é um projeto de vida (...)**. Mas já **dentro da ideia de utopia, dentro da economia solidária** como estratégia de desenvolvimento, **ela tenderia a ir pra uma ideia também de hegemonia, ela passa de uma situação meio que lateral e passaria a ser a economia, toda a economia passaria a ser contaminada por esta ideia do componente social, onde meu trabalho e renda se remeteriam à ideia principal e não ao emprego alienado, o trabalho seria o produto e realizaria seu produtor, que o trabalho social existe essa relação de trabalho como realização**. No trabalho assalariado, o trabalho alienado é uma prestação de serviço, eu faço o trabalho e você me paga, no trabalho solidário você pode não me pagar como moeda, pode me retribuir com outro bem que eu preciso e tal e satisfazer minha necessidade. E eu no meu trabalho, eu me realizo eu faço aquilo que eu sei, que eu gosto, que eu tenho habilidade.(...) **Ela [economia solidária] é de forma simples e franca, justa, fraterna e solidária, ou seja: socialismo** (Paulo).

Porém, sua fala, em outros momentos, expressa valores defendidos por outros “especialistas engajados”. Em uma entrevista, ocorrida dois meses depois, Paulo respondeu o que significava, para ele, solidariedade:

Eu penso que **a solidariedade é a preocupação com o outro**, a preocupação com o ambiente, a preocupação com a formação, a preocupação com o crescimento das pessoas, **então solidário não é... É diferente de caridade, a minha ajuda ao outro não é porque eu tenho pena, sou caridoso**, mas sim porque **eu reconheço nele um ser humano igual a mim e que tem potencialidade, que tem limitações, que nem qualquer ser humano**, como eu, meus defeitos, minhas qualidades, então nessa troca, **o elemento da solidariedade é um elemento de reconhecimento, de pertencimento de formação de um grupo que se ajuda, que cresce junto, cresce na dificuldade (...)** (Paulo).

Nessa passagem, é possível perceber a defesa de uma concepção de solidariedade democrática no interior da visão de “economia solidária”. Para Paulo, essa noção de solidariedade é central para um projeto de vida. Essa defesa está presente na proposta conceitual de Jean Laville [e França filho], conforme já destacamos anteriormente.

Com base nas variações e nuances existentes nas falas destes cooperados, é possível afirmar a existência de diferentes concepções de “economia solidária” presentes, até mesmo, no discurso de um mesmo cooperado. Essas concepções

variam conforme o contexto e os valores acionados ora são identificados mais claramente com a proposta específica de um “especialista engajado” e ora combinam os conteúdos das propostas dos diversos autores. Porém, todas essas concepções e sentidos relativos ao trabalho cooperativo acionam “valores solidários” e reafirmam a existência de identidades de “economia solidária”.

4.8.2 Coopercostura: Identidade da negação

Em conversas, entrevistas e observações realizadas com os membros da Coopercotura, foi possível captar um elemento identitário muito marcante nos membros dessa organização. Nas falas e atitudes desses cooperados, identificamos uma relação direta existente nas propostas de: cooperativismo, economia solidária, política, universidade e o PT. Essas noções são tomadas pelos cooperados, como sendo “*tudo igual*”, ou seja, são vistas como portadoras dos mesmos problemas. E na opinião de todos os cooperados com que tive contato, há uma visão pessimista sobre esses assuntos.

Além da coordenadora Rose, figura que possui a visão mais crítica sobre esses temas, é perceptível nos demais cooperados, a mesma visão negativa referente a estas noções, porém, com menor intensidade.

Plínio afirmou possuir uma visão “*de dentro da política*”. Assim, toda a sua visão de mundo, está baseada em suas experiências que legitimam suas opiniões. Por exemplo, sobre suas experiências em governos, ele afirmou:

No governo, tu tem que engolir sapo, entende? Esse é o problema, tu.. Tu tem que inventar... Até mentiroso tu vira, tchê. Esses índices aí, é por isso que eu fico puto da cara... Porque eu vivi, eu ví bem... Eu fiquei dois anos lá dentro (...) É como eu te disse, é como em qualquer partido político acontece, tem os bons e tem os maus. Não adianta. Não tem... Eu sei, eu estive lá dentro e vi... O Secretário ia lá e batia no ombro do fulano lá, depois em reunião nossa ele baixava lenha no cara. E é isso. O problema é assim ó.... Na verdade...Tu fala em cooperativa, mas o troço não é... Os caras não atuam muito como cooperativa. Os caras é que nem governo, tem sempre um cara de olho pra te puxar, entende? Sempre tem... E na cooperativa é a mesma coisa. O que seria o ideal: **todo mundo participa dum.... Dum... Projeto, né? E vamos distribuir para todos.** Mas nem sempre é assim, por exemplo a Univens lá, a Univens é muito fechadona, ela puxa mais para ela do que distribui

para os outros. Ela só distribui quando não tem mais nada o que fazer, né? (Plínio).

Na fala de Plínio é possível apontar valores que refletem sua visão sobre a política e, conforme sua comparação, possuem tantos problemas quanto o cooperativismo. O principal elemento legitimador de suas opiniões é: “eu sei por que vivi isso”, tanto da política, quanto do cooperativismo.

Desta forma, a Coopercostura, uma cooperativa de trabalho na qual uma parte dos membros encontra sua única fonte de renda, é formada por cooperados que possuem uma postura de negação aos valores cooperativos e de “economia solidária”, juntamente com a sua descrença na política. Para seus membros, quando o assunto é solidariedade, cooperativismo e o relacionamento com outras cooperativas, as respostas começavam na maioria das vezes por: “Tu sabe qual é o problema disso” (Plínio), “Não guri, isso não existe...” (Rose) ou também “Ah, isso é difícil de ser assim” (Laís).

Em uma entrevista com Rose, perguntei sobre o fato de a Coopercostura ter sido classificada, no último mapeamento de economia solidária, como um “empreendimento de economia solidária”. Sobre isso ela respondeu:

Eu não acredito nisso, não acredito. Eu não acredito, sabe por quê? Porque é sempre as mesmas pessoas e as mesmas coisas. Tu quer entrar... E tu só entra na estatística. Então até hoje, ninguém convidou a gente para uma reunião de economia solidária. Então, né? É por aí. (...) Eu acho assim ó, eu acho que é muito difícil. (...) Eu acho que o pessoal tinha que ser mais **unido**. Quer ver, tu vai numa reunião e cada um quer ver só o seu umbigo. Todo mundo quer ver **só o seu**, claro. Eu não to preocupada com o outro, entendeu? Eu to **preocupada com o meu**. Então eu acho que no fim **economia solidária, cooperativa e empresa particular é tudo a mesma coisa. Não vejo diferença nenhuma**, tá? A não ser em legislação, essas coisa, mas no funcionamento pra mim é a mesma coisa, né? Claro, impostos, essas coisas burocráticas, mas no funcionamento pra mim, é a mesma coisa. Eu vou numas reuniões aí, e o pessoal... desculpa, mas **o pessoal mete o pau nos capitalistas** e não sei o quê. E eu digo: “gente, quem é que não é capitalista aqui? Tu tem carro? Ah tenho.. Então?” **Todo mundo é capitalista**, que mania é essa de dizer que o capitalismo, que o capitalismo, isso não existe mais, **é todo mundo trabalhando para se sustentar**. (...) Eu não enxergo economia solidária, né? É aqui que eu te disse, para mim é uma empresa como outra qualquer. Eu não vejo capitalismo... Não vejo economia solidária aí (Rose).

Assim, não seria possível, segundo essa cooperada, identificar diferenças de ordem prática entre uma empresa tradicional e uma cooperativa. Ao mesmo tempo, a postura mais engajada de crítica ao capitalismo, identificada por ela em cooperadas de outras organizações, é vista com descrença. Sua crença baseia-se na impossibilidade de existir uma prática “solidária” de trabalho, em uma sociedade capitalista. Ainda nessa passagem, é possível identificar alguns valores “solidários” acionados na fala da Rose, existentes também na proposta de Paul Singer. Porém, esses valores são acionados para construir uma oposição à noção “economia solidária” e de cooperativismo⁵⁴. Recorremos à proposta deste autor, para deixar mais clara essa constatação.

Na proposta de Singer⁵⁵, as dimensões política, democrática e participativa, constituem elementos centrais para uma construção coletiva de economia solidária (Singer, 2002). A proposta revolucionária de Singer defende que o modo de produção solidário seria capaz de superar o modo de produção capitalista. Assim, a economia solidária, segundo esse autor, carrega a possibilidade de construir uma “outra economia”. Ao analisarmos a fala da Rose, percebemos algumas referências à proposta de Singer e identificamos um processo de negação dos valores “solidários” existentes em sua concepção.

É comum nos discursos desses cooperados a afirmação de que, “uma coisa é a teoria, outra é a prática”. Assim, o cooperativismo e a economia solidária são da ordem da teoria, pois, na ordem prática, dominaria o capitalismo. Além disso, é construída uma grade valorativa por parte dos cooperados, onde os valores políticos, de economia solidária, de solidariedade e de cooperativismo só existiriam no discurso, na ordem da fala. Segundo a própria cooperada Rose, “os caras da economia solidária aí, do cooperativismo (...) quando não sabem como fazer, fazem reunião” ou “é só bla, bla, blá... Na hora de fazer, não sabem como”.

Outra questão que corrobora a legitimação maior dos conhecimentos adquiridos na prática por parte desses cooperados, pode ser exemplificada na fala

⁵⁴ Para esses cooperados, ao longo de suas falar, os conceitos: cooperativismo e economia solidária são tratados como sinônimos.

⁵⁵ Ver item “Especialistas engajados”.

de Plínio. Ao ser questionado sobre a forma como aprendeu a costurar, ele respondeu:

Minha mãe teve oito filhos, então o que ela fazia? Quando dava sarampo num, ela não ia tratar dum e depois tratar doutro e depois tratar doutro, e o que ela pegava, ela tinha uma cama enorme, uma cama de casal grande e botava todo mundo junto e vocês agora vão ter sarampo todo mundo junto (risos)... E o que todos nós sabemos fazer, todos nós sabemos fazer tricô.

O que denota que essa “ordem prática” é capaz de legitimar a construção de uma visão de mundo. Em distintas conversas, foi possível apontar uma característica comum entre os cooperados, ou seja, eles se orgulham em ter aprendido a “costurar mesmo” na prática.

Quando pergunto ao cooperado Plínio, qual o motivo da Rose ter essa postura de negação frente ao PT, ele afirma: “Não... Não... Não é o problema de aversão ao PT, é que a [Rose] politicamente ela não se liga muito... O que ela vê ela comenta, entendesse? (...) Mas eu vi isso, eu posso falar” (Plínio).

Retomamos agora dois elementos centrais para entender essa cooperativa. O uso do mesmo termo “os *caras*” ou “esses *caras*”, utilizado para referenciar: políticos, universitários, membros de outras cooperativas e membros da UNISOL, nos permitem identificar a existência de uma crítica comum a essas noções.

Assim, os *políticos* são, por exemplo, caracterizados como sujeitos motivados por interesses individuais, “só pensam em si, tem sempre interesse em tudo o que eles fazem” (Plínio). Já “o pessoal da universidade”, alunos e professores, na hora de ajudar as cooperativas, “falam muito, mas no final não dá nada certo, só se discute, mas no fim não dá em nada”. Por fim, a UNISOL, é vista como “fazedora de reunião (...) para fazer algo é um monte de reunião (...) discutem o sexo dos anjos até (risos)” (Rose).

Importante problematizar aqui uma característica particular da Coopercostura. Essa cooperativa desfruta de todos os benefícios e dificuldades de uma cooperativa inserida na realidade brasileira. Essa cooperativa não paga aluguel, paga impostos diferenciados e está inserida em um “mercado solidário”, constituído por parceiros e apoiadores, que diferentes de clientes comuns, solicitam encomendas dentro de

outros termos comerciais e políticos. Ao mesmo tempo, essa cooperativa tem as mesmas dificuldades enfrentadas por diversas cooperativas espalhadas no Brasil.

Mesmo a Coopercostura estando inserida nessa rede “solidária”, dependendo, em grande medida, que essa rede se mantenha e continue demandando trabalho e gerando assim renda, seus membros constroem um discurso de oposição frente aos ideais de “economia solidária”. Esse dado insere um novo tipo de organização nesse campo. Ou seja, seus membros dominam as noções básicas de “economia solidária”, mas não se identificam com os valores desse campo. Pode se dizer que nesse espaço existiria uma identidade de negação dos valores “solidários”.

Assim, ao contrário do que afirmam os “especialistas engajados” e os “acadêmicos”, que apontam para a importância do aprendizado dos valores solidários, e que defendem que, tendo acesso a esse conhecimento, isso evitaria a formação de uma “falsa consciência”, o que se percebe nessa cooperativa é que existem outros ingredientes capazes de nos informar sobre as construções ideológicas e que nos permitem acessar as identidades inseridas no trabalho cooperativo.

Assim, é possível identificar a importância de outras questões que orientam essa prática de trabalho, tais como relações desiguais de gênero, um grupo de trabalhadores que objetiva gerar renda, sem ter uma preocupação comum com o “projeto de economia solidária” e nem mesmo com a realização conjunta de uma trajetória profissional e intelectual. Esses são alguns dos principais ingredientes capazes de explicar como esse grupo constrói uma identidade de negação.

Um elemento capaz de explicar as disputas e diferenças existentes entre a Coopercostura e a Coopunis pode agora ser aprofundado. Os conflitos entre essas duas cooperativas, inicialmente pontuadas por ações e posturas adotadas na convivência no interior do prédio, podem ser entendidos como posturas ideológicas em oposição. A Coopunis representaria os elementos com os quais a Coopercostura não concorda e é crítica.

Podemos pensar que a negação em relação ao engajamento político, por parte dos membros da Coopercostura, é baseada no argumento da *experiência prática* vivenciada. Segundo Plínio, “vivi a política lá de dentro, vi como funciona de lá, sei bem como é isso aí”. Essa visão é corroborada com a postura de gestora da

coordenadora da Coopercostura, resultado da formação em Administração voltada para o mercado, com a qual Rose foi submetida, somada às suas experiências negativas em reuniões e projetos iniciados por pessoas que defendiam “esse discurso de economia solidária”. Essa soma de elementos construiria uma visão onde a dimensão política, as posturas críticas existentes contra o modelo econômico capitalista, e as posturas mais engajadas em relação à “economia solidária”, corresponderiam à ordem do discurso, da teoria ou de conversa. Na prática, esses valores não existiriam, sobrando a dura realidade de todos trabalharem para sobreviver dentro de uma lógica capitalista.

A negação frente à política por parte dos cooperados da Coopercostura é legitimada pela visão de que, como a cooperativa não tem partido, ela aceita trabalho de qualquer cliente, “inclusive do PT”. Um exemplo apontando pela própria Rose, ao afirmar: “uma coisa é política e outra coisa é trabalho, aqui na cooperativa não tem política, até porque, do contrário, não aceitaríamos fazer as camisetas para o PT⁵⁶”.

Por trás desse discurso, existe uma defesa implícita pelo descolamento da dimensão política e da dimensão econômica dentro de uma prática de trabalho cooperativo. Ou seja, segundo Rose, “pessoas da [coopunis] estão sempre colocando política em tudo, aqui não é um partido político, nem comício” (Rose). Assim, existiria uma crença de que o domínio econômico é uma esfera separada do político. Essa crença está presente no discurso de outros membros desta mesma cooperativa.

Essa postura das cooperadas da Coopercostura retira a possibilidade de tomada de uma posição política identificada com o “cooperativismo e economia solidária”, já que elas não discutem teoria, elas trabalham, ou segundo elas, “fazem na prática”.

No interior desse mesmo espaço, existe uma referência ao caráter empreendedor de alguns cooperados. Helena afirmou sua vontade de fazer a cooperativa crescer:

⁵⁶ O Partido dos Trabalhadores é visto de forma negativa por três dos quatro cooperados da Coopercostura.

Se Deus quiser, a partir de março vai dar uma virada, com certeza, a gente vai estar conversando sobre isso, porque assim a cooperativa tem sete anos e **não cresceu**, estabilizou ali, **mas não cresceu em nada**, as outras cooperativas que começaram já estão lá em cima, tem bastante associados trabalhando e aqui não cresceu a cooperativa, diminuiu até, porque tinha outra moça que trabalhava aqui e foi embora, depois que eu entrei. E não cresce, a cooperativa está parada, ela estabilizou aquele limite ali e não passou disso e pronto (...) **eu penso assim crescer tanto na produtividade, e pessoal aqui dentro, você procurar mais serviço pra fazer, tu aceitar mais serviço** (Helena).

Não é possível fazer uma relação direta com o que Gaiger apontou como valor de um **empreendedorismo solidário**. Porém, não se pode descartar a vontade de alguns membros dessa cooperativa, em crescer e melhorar a sua renda e incluir mais trabalhadores. O que, de alguma forma, aponta para novas demandas no interior desse espaço de trabalho e um potencial empreendedor. Além disso, ainda sobre a relação com os valores de Gaiger, esses cooperados utilizam desse **mercado solidário** como forma de construir sua **viabilidade econômica**. Assim, essa cooperativa é reconhecida como “solidária” e assim consegue a sua viabilidade econômica, dada a sua inserção em um mercado “solidário”.

A análise dessas duas realidades nos permite captar os sentidos conferidos à noção “economia solidária” e, ao mesmo tempo, identificar elementos identitários desses trabalhadores inseridos em espaços cooperativados. O conflito entre esses espaços nos permitiu captar elementos identitários constrativos, que muito nos diz sobre as relações de oposição entre cooperativas, do tipo: “nós não somos PT”, “nós não somos de economia solidária” ou ainda “nós somos o oposto do que eles são”. Ao mesmo tempo, esse exercício analítico nos permitiu compor uma identidade baseada em visões de mundo distintas. Apesar de essas duas cooperativas dividirem o mesmo espaço físico, se vincularem às mesmas instituições, fazerem parte de uma rede “solidária”, elas possuem posicionamentos divergentes e muitas vezes opostos à noção “economia solidária”.

4.9 Considerações finais

Toda crença reflete-se em todo e em cada um dos

membros de uma sociedade dada e se expressa em muitos fenômenos sociais. Por conseguinte, cada crença é complexa e, de fato, está presente na realidade social numa incrível variedade que freqüentemente é caótica, confusa e escorregadia. Dito de outra maneira, cada crença conta com uma “dimensão social” que deve ser cuidadosamente estudada; a crença deve ser analisada conforme se movimenta por esta dimensão social e será preciso examiná-la à luz dos diversos tipos de mentes e associações em que pode encontra-se (MALINOWSKI, 1974 p. 314-15).

O presente trabalho analisou como são estruturados os valores que conferem sentido à noção “economia solidária”, em distintos espaços de expressão. Nossa conclusão aponta para as diferentes formas de representação, no que diz respeito ao papel do “indivíduo solidário”, nas construções conceituais, acadêmicas e na dimensão pessoalizada existente nas práticas cooperativas. Ou seja, na prática de trabalho, o que o nosso estudo mostrou, foi a existência de uma visão de **pessoa** que englobaria os valores de **indivíduo**, que nos permitem propor a noção de “pessoa solidária” para essa dimensão prática.

Essas diferentes formas de pensar e conferir sentido ao que se denomina “economia solidária”, revelam como são concebidas as construções ideológicas, apresentando suas estruturas de pensamento e suas estratégias de legitimação em diferentes níveis de representação. É importante destacar que as lutas travadas na ordem conceitual e acadêmica coexistem na prática cooperativa, mas em outros termos. As cooperativas podem ter divergências baseadas em diferenças ideológicas que formam sua concepção do que é “economia solidária”.

Duas importantes conclusões podem ser apontadas como resultado do presente trabalho. Em primeiro lugar, a concepção dos trabalhadores inseridos em empreendimentos solidários, segundo os valores dos “especialistas engajados”, os *indivíduos* que habitam esses espaços produtivos, quanto mais inseridos nos valores “econômicos solidários”, mais se encaixam na categoria “indivíduos solidários”. Observando, porém, a prática de trabalho em duas cooperativas, foi possível apontar a existência de outras visões que se baseiam na lógica de *pessoa*.

Outra conclusão importante é a existência de dois grupos distintos no que diz respeito à formação identitária. De um lado estão os cooperados da Coopunis, que

buscam construir na cooperativa sua trajetória profissional, como um nível educacional próximo à formação dos “engajados acadêmicos”, com a chance de se tornarem um deles e, ao mesmo tempo, não dependem da cooperativa para viver. Eles reproduzem, em suas falas, muitos dos valores existentes nas propostas conceituais dos “especialistas engajados”. Isso demonstra uma identidade, um compartilhamento de valores presentes nos ideais de “economia solidária”. Além disso, alguns valores existentes nas propostas dos “especialistas engajados” são acionados, em momentos distintos dos discursos dos cooperados. Assim, a noção de “economia solidária” deve ser colocada no plural, ou seja, devem ser vistas como construções discursivas com significados flutuantes.

Já na Coopercostura, existem cooperados que possuem uma formação superior, mas abdicam de dar continuidade à sua trajetória profissional, e passam a realizar um trabalho prático no mesmo nível dos demais cooperados. Neste espaço, todos possuem uma lógica discursiva que os caracteriza como um grupo que constrói sua identidade de trabalho em oposição aos valores de “economia solidária” e de cooperativismo. O que nos permite apontar que a identidade é construída por oposição. Assim, esses cooperados sabem o que é “economia solidária” e utilizam os valores que dão sentido a esta noção apenas para propor suas diferenças e demonstrar seus problemas e fraquezas. Esses “valores solidários” são acionados como referências carregadas de forte caráter cético, e da convicção de que nenhum deles existe “na prática”.

O presente estudo, além de contribuir com um dado relevante para pensar a realidade do cooperado brasileiro, com base na realidade de trabalho de dois espaços cooperativos distintos, nos permite apontar a existência de uma dimensão de classe existente entre renda, projetos profissionais, trabalho intelectual e trabalho braçal. Vemos claramente essas questões, quando contrastamos essas duas cooperativas.

A busca pela linha comum, pelo “eixo de crenças” valorativas que conecta a dimensão teórica e a dimensão empírica do objeto de estudo, possibilitou identificar algumas pistas que nos ajudam a entender os significados atribuídos à noção “economia solidária”.

Na dimensão das “práticas cooperativas”, é possível discutir em que termos cada conjunto de cooperados compõe seu entendimento sobre economia. Se trouxermos da discussão inicial desse estudo, a análise que distingue os conceitos de “economia” e de “solidariedade”, percebemos que, no caso das duas cooperativas que foram alvo da observação, elas construiriam suas identidades através de uma configuração distinta, em que preponderam conteúdos associados a um dos conceitos.

Na Coopercostura identificamos elementos característicos dos princípios econômicos de mercado. Seus cooperados colocam a importância do trabalho em função da obtenção de renda, estabelecem relações de concorrência com outras cooperativas e defendem uma postura de empreendedorismo. Esta cooperativa, porém, só se mantém graças a sua inserção em um mercado específico, que tem bases no que se pode chamar de “campo solidário”, formado por cooperativas, por instituições Estatais, ONG’s, universidades, movimentos sociais. Apesar de negar e se opor às posturas dos grupos e dos militantes engajados no movimento da economia solidária, essa cooperativa é reconhecida como legítima por esses atores. Assim, os membros da Coopercostura teriam sua postura e práticas pautadas por uma lógica pragmática em termos econômicos, com uma identidade construída de forma contrastiva⁵⁷ (Duarte, 1986) baseadas em uma negação das práticas e dos valores reconhecidos como “solidários”. Assim, para esses cooperados, os vínculos primários: familiares, de amizade e compadrio, são reconhecidos como positivos, porém, na relação com seus clientes, é valorizada uma postura mais impessoal, pautada pela lógica da *rua* (DaMatta, 1997) ou de “indivíduo” nos termos de Adam Smith.

No caso da Coopunis, apesar de importante, a produção de renda, não aparece como elemento central para o engajamento dos cooperados. Ali, o trabalho se constrói enquanto uma prática intelectual, e que seus membros buscam a manutenção de uma identidade, construir uma trajetória profissional vista como compatível, mas não única⁵⁸, com o campo das Ciências Sociais, ao qual estão

⁵⁷ Ver pág. 23, 120 e 121.

⁵⁸ Reconhecemos que as características apontadas como compatíveis ao campo das Ciências Sociais, não são as únicas e nem as mais legítimas. Assim, os elementos apontados, tais como, o engajamento político, o

associados: o compromisso com a crítica e com as transformações sociais e com o engajamento político. Além disso, é na cooperativa que seus membros procuram participar como militantes, com graus variados de engajamento, do “projeto de economia solidária”. Nesse caso, a identidade dos cooperados é construída a partir de um valor, uma “identidade valor”⁵⁹ (Duarte, 1986), onde o ser “solidário”, englobaria as lógicas da “economia”, embora, quando confrontados com seus problemas internos, estes cooperados busquem resgatar uma postura de “indivíduo”, como forma de se evitar posturas e práticas paternalistas, criadoras de dependência.

Desta forma, com base nas conclusões aqui apresentadas, este trabalho pretendeu expandir os horizontes para futuros estudos que busquem captar os sentidos da noção “economia solidária” para quem vive e trabalha em espaços cooperativos.

compromisso com a crítica e com as transformações sociais podem ser apontados como características que importantes em uma trajetória profissional reconhecida no campo das Ciências Sociais.

⁵⁹ Ver pág. 24.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Carla. O Marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implantação de ações sociais. In. DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J e PANFICHI, Aldo (Org) A Disputa pela Construção Democrática na América Latina. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. Sociologias, Porto Alegre, ano 11 n 21, jan./Jun. 2009. p. 282-317.

BARRETO, Raquel de O. e PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. Cadernos Ebape, BR, v.7, n.2, artigo 2, RJ, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude; Passeron, Jean-Claude. A Profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petropolis, RJ. Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In. _____ (Org) A Aventura Antropológica Teoria e Pesquisa. Paz e Terra. São Paulo, 1986.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord). Dicionário internacional de economia solidária. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

CATTANI, A. D. A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean Louis. L'Économie Solidaire: une question politique. *Mouvements* – L'économie sociale et solidaire: un projet politique. Paris: La Découverte, n.19, p 11-20, janvier-février, 2002.

CRUZ, Thales Speroni Pereira da. O desenvolvimento da autonomia coletiva em empreendimentos de economia solidária: o estudo de dois casos considerados modelo no Brasil e Espanha. In. Protestantismo em Revista – Dossiê, Vol. 23, 2010.

CRUZ, Antônio. *A diferença da igualdade*: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de doutorado, Instituto de Economia. Campinas: Unicamp, 2006.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1997.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

DUMONT, Louis. *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. São Paulo. EDUSC, 2000.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. Paris, Gallimard, 1970.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.;MAGNEN, J.; (ORG) *Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva Internacional*. Salvador e Porto Alegre: Edufba, UFRGS Editora, 2006.

GAIGER, L. E LAVILE, J. *Economia Solidária*. In. CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord). *Dicionário internacional de economia solidária*. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. *A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário*. *Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, v. 2, p. 58-72, 2008.

GAIGER, L. *A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários*. *Sociedade e Estado*. Brasília, UNB, 2006.

GAIGER, L. *Emprendimientos económicos solidários*. In: CATTANI, A. (Org.). *La outra economia*. Buenos Aires, Altamira, pp. 229-241. 2004.

GAIGER, L. *A economia solidária e o projeto de outra mundialização*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, p. 799-834, 2004b.

GAIGER, L. *A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalista*. *CAPAYA Revista Venezuelana de Economia Social*. Nº 8, Ano 8, Venezuela 2004c.

GAIGER, L. *A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista*. 2002. Publicado originalmente no site www.ecosol.org.br.

GAIGER, L. *Significados e tendências da economia solidária*. In *Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT*. 1999.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. *Reciprocidade, dádiva & economia solidária*. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007, Porto Alegre. *Desafios Antropológicos*, 2007.

GUERRA, Pablo. *Socioeconomía de la solidaridad*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2002.

HOLZMANN, Lorena. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora UFScar, 2001.

LAVILLE, Jean-Louis. Definiciones e instituciones de la economia. In. Corragio, J. L. (Org). Qué es lo econômico? : materiales para un debate necessário contra El fatalismo. CICCUS, Buenos Aires, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. Revista Katálizes, Florianópolis, v.11 n. 1 p. 20-42 Jan./jun, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e economia: um quadro de análise. In. FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.;MAGNEN, J.; (ORG) Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva Internacional. Salvador e Porto Alegre: Edufba, UFRGS Editora, 2006.

HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In CALHOUN, C. (Ed.), *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992.

LAVILLE, Jean-Louis e FRANÇA FILHO, Gerauto Carvalho de. A Economia solidária: uma abordagem internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis. Fato associativo e Economia Solidária, Análise & Dados, Salvador, v.12 n.1 p. 25-34, 2002.

LECHAT, Nöelle. M. P.. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

LECHAT, Nöelle. M. P.. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002 (Disponível em <http://www.ufpa.br/itcpes/>).

LECHAT, Nöelle. M. P. Economia Moral um conceito bom para pensar economia solidária? Ciências Sociais Unisinos, Unisinos. São Leopoldo, v. 37, n. jul – Dez. p.59-102, 2001.

LE BRAS CHOPARD, A. *Métamorphoses d'une notion: la solidarité chez Pierre Leroux*, In: _____. *La solidarité: une sentiment républicain?* Centre universitaire de recherches administratives et politiques de Picardie, Paris, Presses Universitaires de France, 1992.

LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a Economia no sentido do desenvolvimento sustentável. Revista de Administração de Empresas, RAE. São Paulo, v.47, n.2 Abril/Junho 2007, p. 49-60.

LIMA, Jacob C. Reestruturação Industrial, desemprego e trabalho autogestionário: as cooperativas do Vale do Rio dos Sinos. (RS), 2005.

MACIEL, V. Trabalhadores Gerindo Fábricas: Um estudo em cinco empresas do setor metal-mecânico. In: VALLE, R. (org). Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham? Rio de Janeiro Relume Dumará, 2002.

MALINOWSKI, B. Baloma: los espíritus de los muertos em las islãs Trobrian, In Magia, Ciência Religião. Barcelona, Ariel, 1974.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discursos de representação ou como os *baloma* de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In. CARDOSO, Ruth (Org.) A Aventura Antropológica Teoria e Pesquisa. Paz e Terra. São Paulo, 1986.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Formas e razão nas sociedades arcaicas, 1974.

MONDADORE, Ana Paula Carletto. Identidade, valores e governança das cooperativas. V encontro Latino-Americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Gerson de Lima e JÚNIOR, Rui Zanata. O papel das redes de relações sociais no acesso a recursos e na construção de demandas em grupos populares: os casos de uma cooperativa de economia solidária e uma associação de moradores.. In. Protestantismo em Revista – Dossiê, Vol. 23, 2010.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Entrevista com Paul Singer. Estudos avançados, vol.22 n.62, São Paulo, Jan./Apr. 2008.

PINHO, Diva Benevides. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

RAZETO, L. M. Pueden juntarse la economia y la solidariedad? p.11-18. In: _____. Los Caminos de la economia de la solidariedad. Santiago: Vivarium, 1993.

RAZETO, L., CALCAGNI, R. Para um proyecto de desarrollo de um sector de economia popular de solidariedad y trabajo. Santiago, Chile, PET/TPH, 1989.

ROSENFELD, Cinara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo sociedade. In: GT da ANPOCS Seminário Intermediário, São Paulo, 2003.

SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. New york: Oxford University Press, 1954.

SINGER, Paul. Prefácio Um olhar diferente sobre a Economia solidária. In. (Org.) França Filho, Genauto Carvalho e Lavelle, Jean-Louis. A Economia solidária: uma abordagem internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. Estudos Avançados n.18 2004b.

SINGER, Paul. ECONOMIA SOLIDÁRIA. IN. CATTANI, A. D. A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

SINGER, Paul. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. Proposta n.97 Jul/ago 2003b.

SINGER, Paul. Introdução à Economia solidária., Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. SANTOS, B. de S. (Org.) Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p.81-129.

SINGER, Paul. Economia solidária, um modo de produção e distribuição. In. Singer, Paul e Souza, André Ricardo de. (Org.) A Economia solidária no Brasil A autogestão como resposta ao desemprego. 2000.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In. KRAYCHETE, Gabriel; Et all. (Org.) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador CESE: UCSAL, 2000a.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Edições Ediouro, 1986.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In. GUIMARAES, Gonzalo (Org.). Sindicalismo e cooperativismo: A economia solidária em debate. São Paulo: UNITRABALHO, 2000.

VIEITEZ, Carlos. G. e DAL RI, N. M. Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.